



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES

TANTAS ÁRVORES, TANTOS MUNDOS
Histórias conectadas e circulação de pau-brasil no período filipino (1580-1640)



ÉVERTON ALVES ARAGÃO

CAMPINA GRANDE, PB.

**TANTAS ÁRVORES, TANTOS MUNDOS:
Histórias conectadas e circulação de pau-brasil no período filipino (1580-1640)**

ÉVERTON ALVES ARAGÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História da linha História, Cultura e Identidades.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juciene Ricarte Cardoso

CAMPINA GRANDE, PB.

2022

A659t Aragão, Éverton Alves.
Tantas árvores, tantos mundos: histórias conectadas e circulação de pau-brasil no período filipino (1580-1640) / Éverton Alves Aragão. – Campina Grande, 2022.
167 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Prof.^a Dr.^a Juciene Ricarte Cardoso".

Referências.

1. Pau-brasil. 2. História do Brasil. 3. América Portuguesa. 4. História Ambiental. 5. Circulação de Plantas. 6. História e Planta. 7. Histórias Conectadas. 8. Circulação de Pessoas e Objetos - Séculos XVI e XVII. I. Cardoso, Juciene Ricarte. II. Título.

CDU 582.736.2(81)(091)(043)

ARAGÃO, Éverton Alves. **Tantas Árvores, Tantos Mundos:** Histórias conectadas e circulação de pau-brasil no período filipino (1580-1640). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

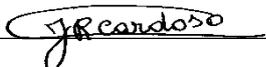
Dissertação aprovada em: **30/09/2022** com o conceito **Aprovado**.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Juciene Ricarte Cardoso (**Orientadora**)

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Julgamento: **Aprovado**

Assinatura: 

Prof. Dr. José Otávio Aguiar (**Examinador Interno**)

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Julgamento: **Aprovado**

Assinatura: 

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (Examinador Interno Suplente)

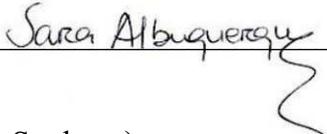
Instituição: Universidade Estadual de Pernambuco – UPE

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Sara Albuquerque (**Examinadora Externa**)

Instituição: Universidade de Évora, Portugal – UÉ

Julgamento: **Aprovado**

Assinatura: 

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez (Examinador Externo Suplente)

Instituição: Universidade Estadual Paulista – UNESP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

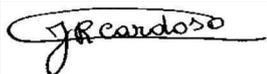
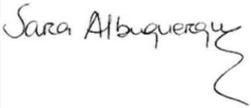


UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 08:00h (oito horas) do dia 30 (trinta) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) Éverton Alves Aragão, intitulada: **“Tantas árvores, tantos mundos: histórias conectadas e circulação de pau-brasil no período filipino (1580-1640)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“aprovado”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Juciene Ricarte Cardoso - Orientador(a), José Otávio Aguiar - Examinador(a) Interno(a) e Sara Albuquerque - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e o Coordenador do PPGH José Otávio Aguiar, para os devidos efeitos legais.

De acordo com a avaliação da banca examinadora a dissertação do aluno Éverton Alves Aragão fornece destacáveis contribuições no campo da História Ambiental no Brasil e no Exterior com abordagens, reflexões inéditas e com uma escrita brilhante sobre o tema defendido, por isso afirmamos a indicação da dissertação para publicação em formato de livro ou artigo científico. No depósito final importante passar pelas correções de Língua Portuguesa.

Lista de Presença

Orientador (a)	Juciene Ricarte Cardoso	
Examinador(a) Interno(a)	José Otávio Aguiar	
Examinador(a) Externo(a)	Sara Albuquerque	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	
Coordenador	José Otávio Aguiar	

Às minhas avós, Adalgisa Pereira Aragão, Ivone Queiroz Aragão e Linete Severina Alves.

Os saberes compartilhados, o carinho pelo verde e o cuidado pelas plantas são suas maiores heranças.

AGRADECIMENTOS

ESCREVER É SE METER EM UMA DENSA FLORESTA. Estar rodeado de perigos, muitas vezes cercado da fome, do cansaço, da angústia e do medo. Se embrenhar nas possibilidades do escrever e desenvolver uma pesquisa científica histórica no Brasil é algo desafiador, algo que sempre carrega uma mistura de ansiedades e inseguranças. E nesse cenário de instabilidades e conflitos: políticos, familiares, econômicos e pessoais, é preciso estar cercado de bons guias.

Durante o período de estudos e de escrita desta dissertação de Mestrado sempre estive cercado de pessoas a quem sou grato, mas, para mim, foi fundamental estar rodeado também de árvores. Não poderia esquecer das gameleiras centenárias situadas no marco inicial da cidade em que cresci; de vivenciar ao longo desse texto a floração dos ipês amarelos a que tanto remete as paisagens de minha infância; de suspirar aliviado sob a sombra das algarobas, uma árvore tão próxima ao sentimento e sentido do santa-cruzense, mas que é invasora dessa região – é a partir dessa planta que mais frequentemente tenho pensado e refletido sobre a circulação das plantas ao longo da história; porém, foi tão importante também me relacionar mais vagorosamente com os paus-brasis que pude plantar e por uma fração de tempo regar e monitorar em minha passagem pela Escola Municipal Professora Orlandina Arruda Aragão e pela Secretária de Educação de Santa Cruz do Capibaribe.

Com relação aos seres humanos remerceio primeiramente à Adriane, minha esposa e amiga. Durante o tempo em que me dediquei à escrita da dissertação, você foi meu porto seguro, a pessoa com quem eu podia contar para me dar apoio entre minhas frustrações e inseguranças, com todas as disciplinas com relação as metas e prazos você sem dúvida foi parte mais importante para que me tornasse um homem e um pesquisador melhor a cada dia. Agradeço pela sua compreensão nas horas em que não pude estar ao seu lado. A nossa pequena Clarice Fernanda Alves Aragão, gestada ao mesmo tempo que a produção dessas linhas; ela, certamente, saberá muito sobre as intermináveis possibilidades e conexões de nós humanos com mundo natural e com as plantas, mas sobretudo saberá sobre o amor.

Agradeço aos pequenos, Vitor Francisco Aragão de Araujo, Ana Alice Aragão de Araújo, Isadora Queiroz Aragão e Maria Helena Jacinto Aragão. A vocês e a outros mais que estão nesse mesmo momento dando os seus passos iniciais, caminhando e entendendo a cada dia que passa um pouco mais sobre o mundo, sobre a vida e sobre as diversas naturezas internas e externas a sua convivência. São vocês a minha esperança na escrita e no futuro que a história reserva.

Agradeço a Eliane Severo Alves e a Simone Queiroz Aragão de Araujo, vocês são minha base, meu apoio. Amo vocês.

À Márcio José Pereira Aragão e Marcelo Pereira Aragão, pelos ensinamentos e pelos caminhos compartilhados durante a vida.

Aos meus queridos amigos, sem citar nomes para não ser injusto. Obrigado por compartilharem comigo suas histórias, em confiar a mim parte do tempo que lhes são tão caros e a todos os momentos de alegria, risadas e reflexão, também dos momentos étlicos e de total anestesia em tempos tão difíceis em cada nova notícia de tragédia, morte e insensibilidade do Governo Federal nos últimos anos.

*

À Juciene, agradeço pela sugestão do tema da pesquisa. Essa orientadora-mãe, que reconforta, que entende nossos desafios, nossos caminhos e nossas batalhas fora do ambiente acadêmico. Reforço também minha gratidão pela aprendizagem, pelo diálogo sempre sincero e pelo voto de confiança, bem como minha admiração por uma intelectual que procura transmitir a seus orientados seu enorme respeito pela tradição do pensamento indígena e social no Brasil, incentivando-nos continuamente a conhecer, debater e levar adiante este legado.

À Marcos Saulo, para mim sempre será meu irmão acadêmico, um irmão-orientador nos momentos de angustia, de insegurança. Para além disso, sua generosa habilidade enquanto professor e historiador, sempre tendo uma indicação e uma sugestão de leitura de prontidão, como se estivesse esperando apenas meu pedido. Minha gratidão, por sempre estar ao meu lado nessa odisseia cheia de aventuras e desventuras acadêmicas desde os primeiros momentos durante a graduação.

À José Otávio com enorme gratidão por seu comprometimento com a História Ambiental. Suas palavras reforçaram em mim o desejo de (re)pensar a fascinante história brasileira através do verde, da natureza, guardo minha admiração por fazer da História Ambiental um campo presente e atuante no Nordeste brasileiro. Agradeço ainda em seu nome ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, do qual está como coordenador, ser aluno do PPGH-UFCG foi sem dúvida a realização de um grande sonho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande e à Yaggo Fernando, Secretário do PPGH, pelo suporte oferecido nos trâmites burocráticos típicos do universo acadêmico.

À professora Sara Albuquerque, que prontamente aceitou participar da Banca Examinadora de Qualificação, agradeço em grande medida por sua leitura atenta bem como a generosidade nas intervenções.

Aos colegas de mestrado da turma 2020, (Erykles Natanael de Lima Vieira, Oslan Costa Ribeiro e José Paulo Rosa da Conceição) pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas. Ao meu amigo de longa data Matheus Viana Sales, que tanto contribui com as ilustrações contidas nesta dissertação; sua criatividade e habilidade artística sempre é uma surpresa e com certeza um ânimo para minha escrita.

Ao Grupo de Pesquisa *História Colonial e Imperial*, que comigo perseveraram ao tentar entender parte da entusiasmante história do Brasil. Também ao Grupo de Pesquisa *História, Meio Ambiente e Questões Étnicas*, uma rede de estudantes e professores de história formada na Universidade Federal de Campina Grande que há anos competentemente vem reforçando e construindo novas possibilidades em se fazer História Ambiental no Nordeste brasileiro. E porque não ao *Grupo Agora*, um espaço sem vínculo institucional, mas que está a serviço do debate intelectual; este grupo é formado por professores de história, geografia e filosofia, jornalistas e advogados de Santa Cruz do Capibaribe, um importante espaço o qual tem se mostrado como ponto inicial para o pensamento crítico e político sobre o Polo das Confeções.

Em nome de meu memorável avô e ex-vereador José Fernando Arruda Aragão, agradeço a todos os representantes do povo que prestam uma atenção especial para a educação e para a ciência neste país. Em nome de vocês e de todos que fazem do Ensino Básico e Superior um caminho para igualdade, para superação dos desafios e dos problemas sociais.

ARAGÃO, Éverton Alves. **Tantas Árvores, Tantos Mundos:** Histórias conectadas e circulação de pau-brasil no período filipino (1580-1640). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

RESUMO

A Mata Atlântica brasileira após 1500 foi o palco de um drama ambiental que ultrapassou a densa floresta e chegou até nós por meio de uma documentação oficial. Nessa trama, homem e natureza protagonizam diversas relações – de destruição, mas, também de conservação e planejamento. A árvore símbolo da nação, é também a árvore que representa a propalada destruição de nossas matas. Sendo assim, o presente trabalho dialoga com as áreas de pesquisa da História Ambiental, da Ciência e da Circulação de plantas. A partir da abordagem *connected histories* – ou *histórias conectadas* – pensada primariamente a partir do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, mas também das reflexões de Serge Gruzinski, analisamos as teias e as conexões históricas realizadas através do corte, embarque e comércio do pau-brasil, com o objetivo de compreender as diversas relações socioambientais entre diferentes grupos étnicos. Para tanto, refletimos acerca dos conceitos de *paisagem, circulação de plantas e conexões imperiais* a partir da ótica de Simon Schama, Lorelai Kury e João Fragoso, respectivamente. Ademais, ao longo dos capítulos abordamos temas como o protagonismo do pau-brasil perante diversas áreas de estudos, o tema do pau-brasil na historiografia brasileira, e relação natureza e sociedade. Por fim, consideramos que há mais que seiva no alburno, e brasilina no cerne do pau-brasil – há história(s). São histórias que representam diálogos; diálogos que muitas vezes intensificam a própria história humana.

Palavras-chave: Pau-brasil; América Portuguesa; História Ambiental; Circulação de Plantas; Histórias Conectadas.

ARAGÃO, Éverton Alves. **Many Trees, Many Worlds: Connected Histories and Brazilwood Circulation in the Philippine Period (1580-1640)**. Dissertation (Master in History) – Federal University of Campina Grande, Humanities Center, 2022.

ABSTRACT

The Brazilian Atlantic Forest after 1500 was the stage of an environmental crisis that went beyond the dense forest and reached us through official documentation. In this plot, man and nature play a leading role in different relationships – of destruction, but also of planning and conservation. The tree symbol of the nation, it is also the tree that represents the widely disseminated destruction of our forests. Therefore, the present work dialogues with the research areas of Environmental History, Science and the Transit of Plants. Primarily inspired by the "connected histories" approach, from the Indian historian Sanjay Subrahmanyam, but also from Serge Gruzinski's reflections, we analyze the webs and historical connections made through the cutting, shipping and trade of brazilwood, with the objective of understanding the different socio-environmental relationships between different ethnic groups. Therefore, we reflect on the concepts of *landscape*, *transit of plants* and *imperial connections* from the perspective of Simon Schama, Lorelai Kury and João Fragoso, respectively. Furthermore, throughout the chapters, we approach topics such as the role of brazilwood in different areas of studies, the theme of brazilwood in brazilian historiography, and the relation between nature and society. Lastly, we consider that there is more than sap in sapwood, and brazilin in the core of brazilwood – there is history(ies). They are stories that represent dialogues; dialogues that often intensify human history itself.

Keywords: Brazilwood; Portuguese America; Environmental History; Transit of Plants; Connected History.

LISTAS DE IMAGENS, MAPAS, TABELAS E SIGLAS

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Pau-brasil em floração, Jardim Botânico do Rio de Janeiro.	17
Imagem 2: Semente de pau-brasil em desenvolvimento.	47
Imagem 3: Ibirapitanga Brasiliensibus – Lusitanis Pao Brasil, 1658.....	52
Imagem 4: Detalhe da Carta do Brasil, 1519.	55
Imagem 5: Tronco de pau-brasil com corte até o cerne, Jardim Botânico do Rio de Janeiro.	57
Imagem 6: Folhas de pau-brasil, UFCG.....	59
Imagem 7: Flores de pau-brasil, UFCG.	60
Imagem 8: Flores de pau-brasil, UFCG.	60
Imagem 9: Fruto verde de pau-brasil, RJ.	60
Imagem 10: Fruto maduro de pau-brasil, UFCG.....	60
Imagem 11: Fruto de pau-brasil após a maturação, UFCG.....	61
Imagem 12: Pau-brasil ao lado direito da Biblioteca Central da UFCG.	64
Imagem 13: Cortes verticais da casca ao cerne do pau-brasil.	112
Imagem 14: Detalhe da Carta do Brasil, de Lopo Homem.	144
Imagem 15: Indígenas cortando pau-brasil para os franceses.	146

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área de ocupação pela Mata Atlântica brasileira, século XV.....	66
Mapa 2: Área remanescente de Floresta Ombrófila Densa.	67
Mapa 3: Área remanescente de pau-brasil.....	68
Mapa 4: Mapa-múndi de Pierre Desceliers, de Arques, na França, de 1546	135
Mapa 5: Carta Brasil, de Giovanni Battista Ramusio, de 1556.....	141
Mapa 6: Atlas Miller, de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel, de 1519	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características da madeira do pau-brasil.....	57
Tabela 2: Áreas de ocorrência natural de pau-brasil.....	69
Tabela 3: Historiografia do pau-brasil.....	110
Tabela 4: Fontes de receitas regias (séculos XVI-XVIII).....	132
Tabela 5: Volumes de pau-brasil relatado na literatura nos séculos XVI e XVII.....	133

LISTA DE SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ALB	Academia de Letras da Bahia
ANPUH-PB	Associação Nacional de História – Seção Paraíba
ART	Antigo Regime nos Trópicos
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNCFlora	Centro Nacional de Conservação da Flora
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
HGCB	História Geral da Civilização Brasileira
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico da Bahia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico Baiano
IPGH	Instituto Pan-Americano de Geografia e História
UnB	Universidade de Brasília
UFCEG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	07
LISTAS DE IMAGENS, MAPAS, TABELAS E SIGLAS	12
PRÓLOGO	18
INTRODUÇÃO	24
1. Fontes e caminhos metodológicos para pensar o pau-brasil ao longo da história.....	27
2. Um planeta chamado Terra: mundialização, mestiçagem e conexões imperiais	31
3. Uma natureza solitária: toponímia, paisagem e circulação de plantas.....	34
4. A harmonia de conexões: restabelecendo as ligações entre natureza e seres humanos	37
PARTE I	46
CAPÍTULO I	
O PAU-BRASIL COMO SUJEITO HISTÓRICO: CONSTRUINDO CENÁRIOS, DESCONSTRUINDO BARREIRAS	48
1. O pau-brasil é um sujeito no campo da botânica.....	50
1. 1. A árvore: características botânicas gerais	54
2. O pau-brasil é um sujeito no campo da geografia	62
1. 1. A Mata Atlântica Brasileira: percepções geográficas	65
CAPÍTULO II	
A MATA ATLÂNTICA BRASILEIRA E A CAPITANIA DE PERNAMBUCO	72
1. Olhares florestais, perspectivas históricas.....	72
2. Distribuição geográfica do pau-brasil na literatura do passado.....	73
2. 1. 1. Bahia e Sergipe.....	74
2. 1. 2. Alagoas e Rio Grande do Norte	75
2. 1. 3. Pernambuco e Paraíba	76
2. 1. 4. Outros relatos sobre Rio de Janeiro e Espírito Santo	77
CAPÍTULO III	
AS ESCRITAS DO PAU-BRASIL DO PASSADO AO PRESENTE	80
1. As conexões universitárias e os universos escondidos atrás do pau-brasil	80
2. O tronco despedaçado: uma reflexão historiográfica sobre o pau-brasil	81
2. 1. Os historiadores e o pau-brasil no século XIX ao XXI.....	82
2. 2. Pau-brasil: nos anos de Império e no IHGB.....	83
2. 3. Pau-brasil: os frondosos anos 30 e suas leituras econômicas.....	86
2. 4. Pau-brasil: por alguns dos “intérpretes” do Brasil	92
2. 5. Pau-brasil: os recentes debates da história ambiental.....	96
2. 6. Pau-brasil: escrever para informar ou vender?.....	105
PARTE II	111
CAPÍTULO IV	
O MUNDO IBÉRICO E A EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL	113
1. A expansão Portuguesa (1500-1600): Contatos e Negociações.....	113
2. A exploração do pau-brasil: um feito espontâneo e localizado?	115
3. O pau-brasil no período filipino (1580-1640)	121
4. O poder simbólico do vermelho: o pau-brasil vai à Europa.....	123

CAPÍTULO V

DISPUTAS IMPERIAIS E AS NAVEGAÇÕES MARÍTIMAS PORTUGUESAS..... 125

1. O processo de navegação: racionalidade, ciência e novas técnicas na expansão portuguesa 126
2. Nos caminhos do poder: a expansão Portuguesa em um contexto global 128
3. Custos e tendências: o mito do pau-brasil no processo de fixação territorial do Império Português no Atlântico 132
4. França, Países Baixos: as disputas entre impérios e conexões 134
 - 4.1. Os caminhos no Além'mar: o contrabando francês 136
 - 4.2. Os caminhos no Além'mar: a manufatura holandesa 139
5. Os caminhos das matas: a significação e o valor indígenas 140

CONSIDERAÇÕES FINAIS 149

REFERÊNCIAS 155

I. FONTES DE PESQUISA 156

- a) Regimento do pau-brasil e demais documentos do AHU 156
- b) Relatos de cronistas e coevos 156
- c) Cartas cartográficas e outras fontes de referência 158

II. OBRAS DE REFERÊNCIAS 158

- a) História Geral do Brasil, dicionários, memórias e similares 158
- b) História do pau-brasil 159

III. BIBLIOGRAFIA 159

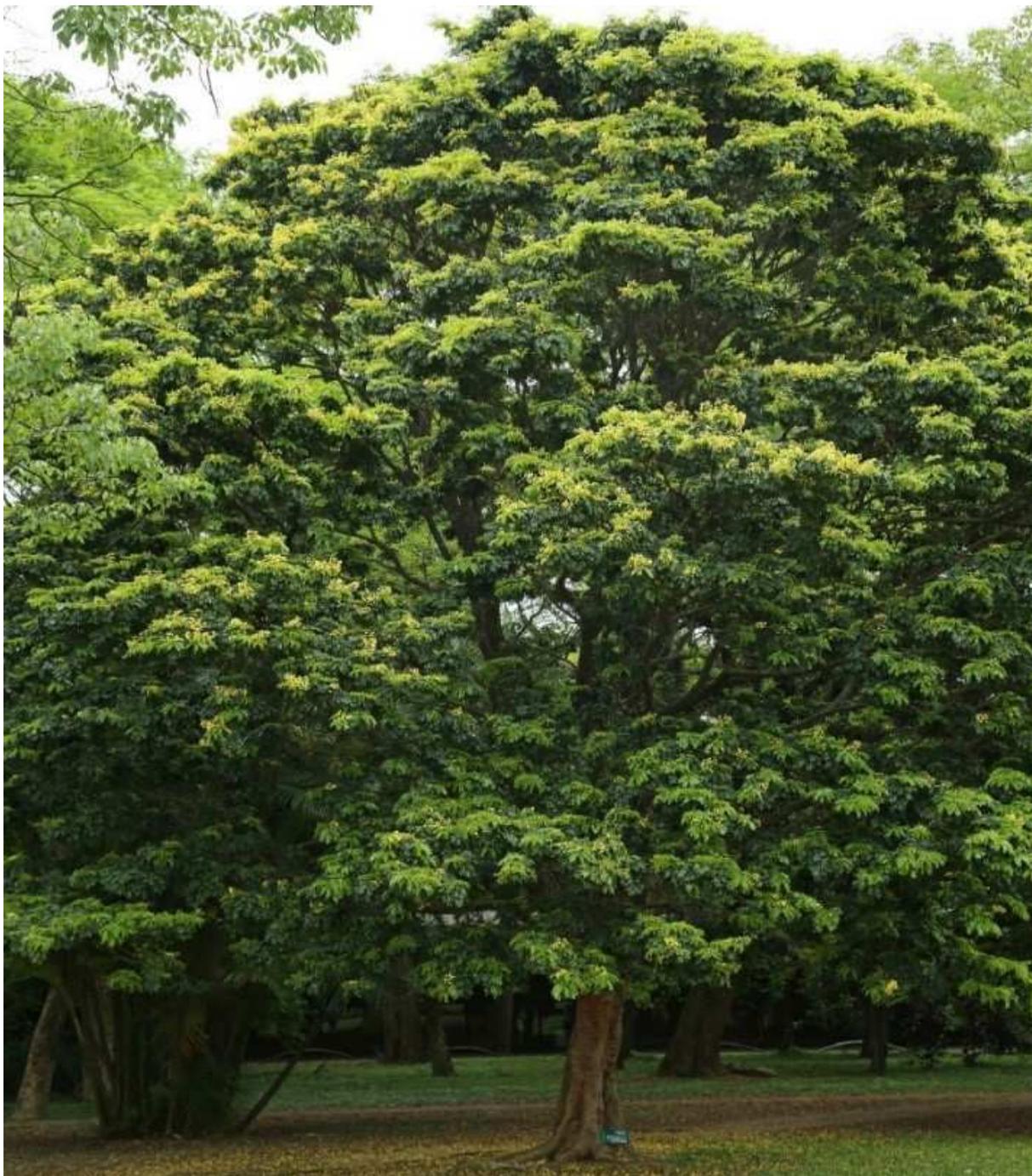
- a) História do Brasil Colonial e do Império Ultramarino Português 159
- a) Leituras de história ambiental, ecológica e verde 162
- a) Bibliografia geral 164

Epífitas, arvoredos, prados, juncos –
Tudo que lhes digo é monólogo.
e não são vocês que escutam.

Uma conversa entre nós é imperiosa e impossível.
Urgente na vida apressada
e adiada para nunca.

Wisława Szymborska, *O silêncio das plantas*, 2002.

Imagem 1: Pau-brasil em floração, Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Legenda: Pau-brasil (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). O cerne, que é a parte do centro do tronco, possui coloração avermelhada menos ou mais intensa, geralmente só aparece depois que as árvores já têm mais de dez anos de idade. Em particular, esta foto foi registrada em sua época de floração – entre dezembro e maio – pelo fotógrafo Fabio Colombini, nesta imagem podemos encontrar diversas flores amareladas sendo cinco pétalas longas com diminutos em ambas as faces, cada uma apresentando uma mancha vermelha-púrpura na base da face interna. Foto de Fabio Colombini, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

*ESCREVER HISTÓRIAS EM UM MUNDO DE FLORESTAS, ÁRVORES
E DESAFIOS*

PRÓLOGO



Só quando perdemos o mundo, é que começamos
a nos encontrar, entendemos onde estamos e
compreendemos a infinita extensão de nossas
relações.

Henry David Thoreau, *Walden*, 2018, p. 167.

HÁ MUITO TEMPO REFLITO SOBRE OS HISTORIADORES E SUAS CONVICÇÕES. E eis que me preparo para contar uma história e me unir a eles, mas quanto tempo para me decidir entre tema, fontes e metodologia! Sete anos se passaram desde o primeiro encontro com a Teoria da História e suas intermináveis possibilidades. Anos depois, em 02 de outubro de 2019, decidi iniciar a seleção para o mestrado acadêmico em História na Universidade Federal de Campina Grande, mas, muito antes disso já havia decidido ser um cientista de história... Na segunda metade do ano de 2016 notei que a escola superior era realmente a realização dos meus sonhos: estudava história num departamento tematicamente múltiplo, que suscitou meus desejos de conhecer a fundo a história da cidade que meus pais cresceram, mas também de investigar a história ambiental do Brasil. Tive também a sorte de ter no *campus I* da Universidade Federal de Campina Grande uma variedade incrível de árvores, plantas e um número fantástico de livros sobre História, Botânica e Sociologia.

Tudo que vivi e aprendi no espaço universitário foi muito diferente das experiências de minha formação básica, nos anos escolares iniciais o Ano Letivo acabava sempre antes de chegarmos até o final do livro, ainda que nas páginas finais dos materiais didáticos, houvessem temas visivelmente interessantes. – “Copie do parágrafo se você não compreende sobre o tema, mas obtenha a resposta correta” – diziam alguns dos professores de história. Se na escola podíamos contar nos dedos os livros de história presentes nas prateleiras da biblioteca e a nossa tarefa era simplesmente a de lembrar as antigas datas e os grandes feitos dos homens do passado, a universidade abria-se como um universo de possibilidades. No ambiente universitário, as leituras eram sempre tarefas pormenorizadas, ensinadas como uma receita culinária, cheia de abstrações e convocações.

Porém, no caminhar das disciplinas e encontros cotidianos, as inquietações se transformavam em regras competentemente lineares: – “Primeiro os objetivos, depois a justificativa, metodologia e conceitos, por fim as conclusões” – como se tudo fossem ao final conduzir para o acerto científico. No currículo que era imposto ao departamento de História da UFCG, o status dos professores não tinha quase nada a ver com a sua pesquisa; talvez o fato de que, eles eram avaliados pelo seu trabalho como historiador, pela sua capacidade de publicar, não de informar e inspirar a próxima geração.

Ainda assim, tive um professor de Teoria da História com o qual descobri a verdadeira elegância histórica; tive a oportunidade de falar sobre biologia, rios, viagens e viajantes no oitocentos com José Otávio Aguiar, responsável pelas disciplinas de História do Brasil Imperial e História Ambiental; foi com o professor Celso Gestemeier que adquiri pela primeira vez uma

noção de tempo histórico, das relações entre passado e presente. Celso, normalmente ministrava as disciplinas de História da América, sendo seu aluno, ao ler e descobrir em detalhes como foi o saqueamento da América Latina pelos europeus e o massacre dos povos indígenas foi algo cruel e impactante – o que aprendemos na escola é quase um conto de fadas quando comparado a realidade histórica. Não poderia deixar de recordar que, se antes não houvesse todo o encontro estabelecido na disciplina de Brasil Colonial com a professora Juciene Ricarte Cardoso, este trabalho sequer teria se iniciado, pois, foram as contundentes inquietações provocadas por Juciene que deram partida a esta jornada – antes de mim, há ela; a pessoa que me apresentou a temática e que já havia trilhado um longo caminho. Sem dúvida, existe uma atmosfera inebriante entre os círculos sociais e acadêmicos dentro das Universidades brasileiras. Grande parte dessa atmosfera, que ainda me é profundamente misteriosa, não se trata apenas de ciência e de história.

E por falar de história, quantas áreas, caminhos e possibilidades não temos: História Cultural, História Política, História das Mulheres, História das Mentalidades, História Oral, História das relações de gênero ou dos movimentos sociais... são quase intermináveis os cortes e os lados que a história pode academicamente se dividir. Mas, invariavelmente a multiplicidades das temáticas orientadas pelos docentes de História da UFCG quase sempre tencionavam para alguns poucos polos de atração historiográfica.

As relações entre sociedade e natureza ao longo da história, por exemplo, aparecia nesse contexto como um estigma ou quase sempre como uma retração – ligada somente a um nome ou a um professor ou professora. Na maioria dos casos, o restante do departamento não conseguia lidar com as inquietações ambientais ao longo do tempo com tanta facilidade, assim como outros pesquisadores de outras partes do Brasil, a quem eu tanto admirava por suas falas, repertórios de análise e saberes de prática¹.

¹A História Ambiental foi o meu primeiro grande encontro acadêmico, se trata em linhas gerais de uma forma de conhecimento que rechaça os dualismos tradicionais entre homem e meio, cultura e natureza. Foi através da epistemologia e teorias da História Ambiental que identifiquei meu sujeito científico e meu espaço de análise – área que, desde os primeiros meses da graduação em Licenciatura em História, procurei aperfeiçoar as leituras no tema. Durante esforço de compreender os temas e as experiências de pesquisa na área, muitas vezes solitário, pude ter encontros e descobertas entusiasmantes entre pessoas, livros, artigos, teses e dissertações, tais como: *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista, 1786-1888* (2002) de José Augusto Pádua (UFRJ), *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa* (1991) de José Augusto Drummond (UnB), *História & Natureza* (2013) da Regina Horta Duarte (UFMG), o famoso artigo *Para fazer história ambiental* (1991) de Donald Worster, *Paisagem & Memória* (1996) do inglês Simon Schama, a participação no minicurso *História Ambiental: estado da arte e possibilidades de pesquisa no Brasil* (2018), ministrado pela Professora Doutora Fabiula Sevilha durante o XVIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, *As cores da Mata Branca: os sertões das caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793-1815)* (2013) dissertação da Raíssa Barbosa da Costa (UFCG); também não poderia omitir neste meio os apoios e orientações do Mestre Marcos Saulo

Até certo ponto, o motivo de não haver interesse ou vigor em analisar as relações entre seres humanos e meio ambiente ao longo do tempo em um grupo intelectual distanciado do grande centro de fomento à pesquisa nesta área é fácil de ser compreendido. Pois, ainda que a história seja, sem dúvida, uma disciplina que associa a ideia de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e outras coisas mais que provoque o diálogo entre os saberes, os desejos dos diálogos, conexões e cruzamento de saberes e práticas são sempre pessoais. Ou seja, mesmo que novos diálogos surjam diariamente no âmbito acadêmico, o responsável ou o sujeito que tem o privilégio de estabelecer as relações e experiências compartilhadas entre os campos de saber é em primeiro e último caso o pesquisador, o historiador.

Porém, esses desejos que são pessoais quase sempre fabricam convicções – que também são pessoais –, e neste jogo historiográfico, nesse vai-e-vem de ideias, fontes, metodologias e conceitos, as convicções confortam e aclimatam o trabalho acadêmico, transformam o preconceito em algo estilístico e ocultado pelos tramites e pelas regras da academia.

Nesse constante (re)configurar de regras historiográficas e caminhos teóricos, a História Ambiental, a História Florestal, as discursões entre História e Planta, apresentam-se quase sempre como falas alegóricas – sem importância ou com relevos sociais menores –, ainda que a convocação seja de que: pensar esse tipo de história é sempre falar de naturezas que estão ao nosso redor, e, não de objetos considerados inanimadas, ou meros cenários, que estão em permanente silêncio, mas que vagarosamente acompanham os seres humanos atravessando os anos, séculos e milênios. Nesse sentido, a pergunta de agora é: – “Pode o historiador do agora, ou do futuro, falar sobre árvores e plantas? Pode o historiador lidar com os problemas e as reconfigurações de suas histórias pessoais e das histórias de um passado distante, enquanto hoje no mundo do presente, no mundo externo ao pesquisador, ano após ano é alertado sobre queimadas na região amazônica, no cerrado, pantanal...”. Tenho em mim muitas perguntas, pouca, pouquíssima convicção.

de Assis Nóbrega (UFCG) e José Otávio Aguiar (UFCG), que tanto recorri a suas sugestões e vasta coleção de livros de História Ambiental. Nas intermináveis leituras, nas diversas conversas compartilhadas sobre essa área teórica, orientações e sugestões, vários temas foram possíveis objetos de estudo para àquele momento: 1) História dos viajantes do século XIX; 2) História do Rio Capibaribe; 3) O agenciamento das águas no período colonial; 4) E, as relações socioambientais no trato do Pau-brasil; não é surpresa as escolhas e os caminhos que optei, todavia, alguns desses temas podem ser objeto para futuros estudos daqueles que também sintam as experiências teóricas da História Ambiental.

Mas as convicções. As convicções dos historiadores são sempre os seus carrascos pessoais. Dentre elas, falta a sensibilidade de que, escrevemos e pesquisamos cercados de nossos próprios “objetos” – e que cada tema nos é tão particular quanto qualquer outro. Por exemplo, numa realidade mais próxima, que cerca a produção historiográfica do Nordeste², falar de natureza ou posicionar a história em relação com o meio ambiente assombra os historiadores – ou pelo menos, está longe de se cristalizar como uma convicção. Por isso, é urgente abrir os olhares, diversificar nossas fontes, nossos temas e metodologias.

No campo da história, as “verdades” carregam quase sempre uma série de preconceitos e paradigmas estereotipados. Talvez, para nós historiadores, seja urgente mais do que em qualquer outro momento historiográfico perder ou se desprender de nossas certezas e metaforicamente do mundo previamente construído, para começarmos a nos encontrar, para entendermos onde estamos e compreendermos a infinita extensão das relações que o passado pode criar com o presente.

* * *

POR MAIS TEMPO AINDA TENHO NOTADO OS SILÊNCIOS DA ESCRITA E DA PESQUISA. Que os historiadores omitem os desafios de suas produções não é uma novidade, já que quase sempre a técnica e o método suprimem a razão de ser do ofício. Estudamos e pesquisamos como se estivéssemos isolados, pairando no vaco atemporal do espaço; inflexivelmente, pouco notamos sobre as histórias que nascem ao nosso lado, ao longo de uma pesquisa, da qual estamos elaborando e metodologicamente trabalhando a escrita de um passado extremamente distante – cronologicamente falando. O que quero dizer é que no intervalo entre o início e o final do curso de uma graduação, ou de um mestrado, muitas outras coisas além da pesquisa nos atordoam e interagem conosco.

Entre os anos de 2016 e 2022, por exemplo, vários empecilhos políticos e humanos surgiram: impeachment de Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República, crises e catástrofes ambientais, crimes e ataques cometidos contra ambientalistas³, desvalorização da

²No artigo de autoria própria intitulado por *Nordeste: escrevendo uma história ambiental* (2020), que foi publicado no ano de 2020 pela revista *Epígrafe* – uma revista de publicação eletrônica de caráter científico, organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FLLCH/USP) – busquei analisar o papel da região Nordeste frente aos debates da História Ambiental no Brasil, constatando que há uma concentração de incentivos à esta área de pesquisa e uma carga maior de debates compartilhados entre os eixos sul-sudeste do país em contraposição ao cenário quase desolador encontrado no Nordeste e regiões afins – como a região Norte.

³Em 2020, pelo menos vinte ambientalistas e defensores de terras indígenas na Amazônia foram mortos no Brasil, segundo a organização não governamental Global Witness. Entre 2009 e 2019, haviam sido 139. Meses antes da

ciência, crescimento de políticas anticientíficas, adaptação para o sistema remoto de Ensino, corte de bolsas para pesquisas no Ensino Superior e nos Programas de Pós-Graduação das Universidades Federais⁴, desemprego, pandemia do Covid-19, luto e morte – muita morte. O que desejo dizer é que, escrever histórias é um ato que muitas vezes vem acompanhado de tantos esforços, da fome, do cansaço, às vezes da doença; e, sempre das mil tarefas penosas que corroem os dias em vão e se transformam em desgastes inúteis para alcançar o objetivo de nossos estudos – é quase que em uma imitação do serviço militar. E isso não deve ser omitido.

E esse mundo que nos cerca, cada dia aparenta ficar pior. O Brasil é um pesadelo que se vive de olhos abertos, enfrentamos inúmeros obstáculos dia após dia. No Brasil do mundo real, a percepção cotidiana para o cientista é do abismo. Se é preocupação do ambientalista ou do historiador ecológico o fato de uma árvore ser derrubada, podemos imaginar que, antes da queda da madeira... já se tem levado de perto do homem toda a simpatia pelo próximo dia. E essa percepção não pode se desvencilhar desse texto, dessa produção. Os fragmentos e indícios dessa dissertação são metáforas do tempo presente, da política do presente, da economia que opera no presente, e das árvores que me cercam nesse mesmo momento. As histórias não acontecem simplesmente do nada, elas nascem de algum lugar. Esta, que me preparo para escrever, nasceu em um mundo de florestas e árvores – umas verdes, outras nem tanto, mas todas sempre ao nosso redor.

Ciência e plantas, histórias e política, se mesclam e se ligam pelas raízes. Não é possível pensar somente nas árvores, nos homens do passado, nos documentos arquivados; quando nas histórias de hoje os desafios atormentam. Ou quando as vivências, virtudes de fé e de política, do agora, se convergem aos textos e as fontes do historiador. É preciso se desprender dos preconceitos e das limitações acadêmicas, é preciso também sentir e conviver com o tempo presente.

defesa desta dissertação, em junho de 2022, o Brasil e o mundo mais uma vez parou diante do assassinato cruel de Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira.

⁴Não é possível negar ou omitir que, para a produção desta dissertação não houve nenhum projeto de financiamento, seja ele: federal, estadual ou municipal. Hoje, o panorama da ciência no Brasil é assustador e ameaçador, nas ciências humanas quase não há mais perspectiva de estabilidade. Entre cortes e reformulações para concessão de bolsas cedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o futuro parece ser incompreensível e até mesmo irreversível. Há anos as produções científicas nas áreas humanas está prejudicada; além dessa, muitas outras pesquisas e pesquisadores continuam sendo afetados. Em último caso, após severas análises de conceitos aqui empreendidos, métodos aqui utilizados ou de digressões apresentadas, este é também um documento para se observar conjunturas políticas, para perceber os significados de uma ânsia pelo conhecimento, de uma batalha cotidiana pela sobrevivência e de um esforço em nome das ciências.

INTRODUÇÃO

UM MUNDO CONECTADO, NATUREZAS DESCONECTADAS



Este novo mundo pode ser mais seguro, se for informado sobre os perigos das doenças do antigo.

John Donne, *An anotomie of the world – The first anniversary*, 1611.

EM UM MUNDO CADA VEZ MAIS CONECTADO parte da população brasileira parece estar desconectada do tempo e do mundo do presente, nesse sentido, este é um estudo que busca reconectar as histórias que o tempo, as pessoas e alguns historiadores do passado ignoraram⁵. Tendo isso em vista, é preciso em primeiro lugar restabelecer as relações entre as histórias do pau-brasil, árvore típica da Mata Atlântica brasileira⁶, (árvore que primeiro testemunhou a devastação que sofreu “a ferro e fogo”⁷), e a sociedade brasileira, pois, foi essa árvore que desde as primeiras décadas da colonização portuguesa e espanhola nas américas, foi sendo derrubada, apanhada e silenciada da história brasileira. Além disso, é importante também pronunciar sobre as múltiplas histórias que levaram a materialização deste estudo.

O ano era de 2019, iniciava os meus primeiros estudos e ensaios historiográficos sobre o pau-brasil, ao termino deste mesmo ano já tinha em mãos o primeiro resultado dessas pesquisas: a monografia intitulada por *Muito antes do Brasil, o pau-brasil: Circulação de plantas na América Portuguesa na primeira metade do século XVI*⁸ sob os pressupostos teórico-metodológicos da *connected histories* do indiano Sanjay Subrahmanyam e das dinâmicas de *circulação de plantas* pensadas a partir de Lorelai Kury – principalmente sob uso da reconhecida obra produzida sob sua organização: *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX*⁹, publicada em 2013.

Dois anos depois, após a conclusão desse estudo realizado sob orientação da professora Juciene Ricarte Cardoso, início este novo estudo que em grande parte de suas

⁵A perspectiva das *histórias conectadas* significa que as histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de electricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras. (GRUZINSKI, 2001, p. 176).

⁶Entendemos a Mata Atlântica aqui a partir de Warren Dean (2004), isto é, observemos um bioma que é cicatrizado pela ocupação e pelo trabalho humano. E por isso abriga diversos protagonistas: índios, missionários, exploradores, cientistas, e até mesmo árvores – as quais não se isolam, nem se apartam do curso histórico. Porém, não ignoramos as críticas feitas por Ely Bergo de Carvalho em *Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo* (2010), e outros, como o livro *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial* (2014) de Diogo de Carvalho Cabral à obra de Dean (2004). Ou seja, não reduzimos nossas análises a ideia de que as florestas, as árvores, foram tão somente destruídas (de forma lenta ou acelerada), procuramos, entretanto, ver quais inter-relações seres humanos estabeleceram com ela.

⁷Referência a metáfora da destruição da Mata Atlântica brasileira feita pelo brasilianista Warren Dean na obra *A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira* (2004).

⁸ARAGÃO, Éverton Alves. *Muito antes do Brasil, o pau-brasil: Circulação de plantas na América Portuguesa na primeira metade do século XVI*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2019.

⁹KURY, Lorelai. *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX* / Lorelai Kury...[et al.]; Organização Lorelai Kury; tradução Chris Hieatt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

discussões e esforços de análise aqui presentes são desdobramentos, readaptações e acréscimos à essa produção monográfica¹⁰.

Entre o final do ano de 2019 e a primeira metade do ano de 2020 muita coisa ocorreu, muitos dos acontecimentos e das experiências do povo brasileiro frente à pandemia da Covid-19 serão motivos de penosas reflexões para os historiadores do futuro. Morte, insegurança, desemprego e pandemia, foram assuntos e vivências cotidianas, e, nesse meio tempo me obriguei exaustivamente a pensar o porquê de continuar pesquisando e estudando sobre a História Ambiental do pau-brasil. Parecia não haver sentido: – “na cidade que cresci e que vivo desde a infância, no Agreste pernambucano, existe somente 20 árvores de pau-brasil em fases de desenvolvimento distintos¹¹ e cerca de 10 mudas na Sementeira Municipal, qual a relevância desse texto e dos debates aqui apresentados para uma cidade de mais de cem mil habitantes, mesmo sabendo que nesta cidade apenas um grupo seletivo de poucas pessoas sabem identificar uma árvore de pau-brasil?”. Talvez, a maior angústia era imaginar como pode o historiador se recolher a estudar um passado tão distante quando o caos do presente se manifesta de outras formas tão distintas.

Bem sabemos que nem todos os assuntos são “atemporais”, nem todos os temas são demandas urgentes de um tempo. Mas, ainda assim, me colocava na obrigação de estabelecer uma justificativa para o tema, para a dissertação. E nesse turbilhão, uma das reflexões que havia concluído a partir de meu pequeno texto monográfico sempre se mostrava vivida e presente:

¹⁰A partir desse estudo de caso monográfico, no qual ensaiamos o protagonismo do pau-brasil perante diversas áreas de estudos, o tema do pau-brasil na historiografia brasileira e a relação natureza e sociedade a partir do trato do lenho de pau-brasil. Problematicamos para a dissertação a colonização e a exploração do território brasileiro, pensando como parte de um processo conjunto, sistêmico e organizado; no qual houveram esforços para planejar e gerir o corte e o envio de pau-brasil; no qual é possível também inferir que mais do que um simples componente natural o corante do pau-brasil – a brasilina – foi um forte elemento para que os tons do vermelho de tingir panos tivesse a capacidade de ligar povos, unir culturas, regiões e diversificar costumes.

¹¹Através de levantamento de campo foi registrado três espécimes de *Paubrasilia echinata* no Parque Florestal Fernando Silvestre da Silva – bairro Centro; dois em via urbana: na rua Vereador José Vieira de Araújo – bairro Cruz Alta – e na rua Maria Carneiro Pontes – bairro Nova Santa Cruz. A grande maioria das árvores estão localizadas nas partes internas de residências situadas nos bairros mais antigos da cidade, normalmente moradias de idosos, que tem mais apreço pela história nacional aprendida na primeira infância e em Escolas da Rede Municipal. Após o levantamento foi realizada uma ação pessoal junto com alguns membros da comunidade em prol do plantio de novas mudas de pau-brasil em diferentes bairros da cidade, normalmente nas proximidades de Escolas Municipais e Estaduais.

o historiador Warren Dean, que certa vez disse: “[no Brasil] o valor da terra nua tornou-se o padrão do banqueiro para o cálculo da caução”¹². Em tempos de governo Bolsonaro, o qual anuncia internacionalmente que: “o Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”, estamos: com nossas florestas e matas nuas à força, frente aos banqueiros internacionais¹³.

Essa tímida consideração não tardou para que se confirmasse ou pelo menos se estreitasse com o tempo presente: primeiro às políticas oportunistas, negacionistas e anticientíficas do Governo Federal ao enfretamento da pandemia da Covid-19; segundo, após o Supremo Tribunal Federal autorizar a abertura de inquérito para investigar Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, por exportação ilegal de madeira. A justificativa para essa produção dessa dissertação, portanto, é clara e objetiva: as elites políticas e econômicas do Brasil promovem há décadas um plano de destruição sistemático de nossas matas, de nossas naturezas, este é um país que nos últimos anos, perversamente, se operam o caos de uma necropolítica, de uma política do terror, anticientífica e antiambientalista. Logo, pensar historicamente esse processo é uma demanda urgente, é necessário pensar o meio ambiente a partir de uma perspectiva histórica e científica. Para tanto, nesse trabalho me proponho a analisar o papel do pau-brasil no conjunto das diversas relações socioambientais e econômicas, no âmbito da circulação de plantas e das relações interétnicas, a partir de documentos produzidos entre o final do século XVI e início do século XVII.

1. Fontes e caminhos metodológicos para pensar o pau-brasil ao longo da história

E por falar nos documentos, nós historiadores apropriamos deles por meio de abordagens específicas, métodos diferentes e técnicas variadas¹⁴. É um caso de cumplicidade e longas horas de análise entre o historiador/fonte. Alguns historiadores até dizem que são elas – as fontes – que nos escolhem por algum motivo, e posso concordar com isso em partes, o que é certo também é que vamos com nossas vontades, inquietações e toda nossa subjetividade ao encontro com as fontes. E nesse encontro, o que me atraiu

¹²CF: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 380.

¹³ARAGÃO, Éverton Alves. *Muito antes do Brasil, o Pau-brasil: circulação de plantas na América Portuguesa na primeira metade do século XVI*. Monografia apresentada ao Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

¹⁴PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto 2005, p. 7.

nos documentos não foi o potencial econômico do pau-brasil e seu comércio nos primeiros anos de extração – algo que para mim é comum em praticamente todos os estudos sobre o pau-brasil –, mas sim, me chamou atenção o fato de como essa madeira esteve presente em uma série de disputas simbólicas, políticas e cotidianas em dado contexto histórico-social.

Cartas, Requerimentos, Ofícios e Consultas do Conselho Ultramarino Português ao Rei fazem parte do corpo documental trabalhados nesta dissertação. Muitos desses documentos, que expressam a administração, o arrendamento, o contrato, as licenças e os conflitos no corte e embarque do pau-brasil estão depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, o qual podemos acessar a partir do Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”¹⁵.

O teor desses documentos consiste, por exemplo, em cartas indicando que os jesuítas tomassem o controle da administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, na capitania de Pernambuco, pois era comum os desvios ocasionados pelos particulares que tiravam o sustento dessa fonte de renda. Acreditava-se que os votos de pobreza dos inacianos, iriam impedir que eles contrabandassem o pau-brasil, incidindo num maior lucro para as partes envolvidas¹⁶. Porém, para Priscilla Silva¹⁷, os jesuítas eram uma Ordem de contrastes, já que enquanto pregavam o voto da pobreza viviam em completa abundância a partir das regalias que o Rei passou a dar para que eles ajudassem na colonização do Brasil. Mesmo que esses mesmos Reis tivessem a intenção de barrar o crescimento exacerbado do patrimônio jesuítico, cediam perante à necessidade de seus favores, notadamente no que dizia respeito aos índios. Assegura também Maria Manso, que alguns deles, se beneficiavam inclusive da escravidão indígena, como ocorreu no

¹⁵Criado na década de 1990, o Projeto Resgate foi e continua sendo uma grande iniciativa de preservação e valorização do patrimônio documental do Brasil, sendo responsável pela identificação, catalogação e digitalização de mais de 340 mil documentos em menos de dez anos de trabalho. Toda essa documentação foi microfilmada, gravada em CD-ROMS e, entre os anos de 1993 e 2013, distribuída pelo Ministério da Cultura para os principais arquivos, centros de pesquisas, universidades e bibliotecas do país e depois disponibilizado digitalmente no site da Biblioteca Nacional do Brasil. Atualmente o Projeto Resgate Barão do rio Branco junto com a UNESCO está criando recorte temáticos com os milhares de verbetes publicados e os milhões de imagens manuscritas disponibilizadas online sob a consultoria da Professora Juciene Ricarte Cardoso que atualmente é uma das coordenadoras técnicas, enquanto consultora internacional da UNESCO.

¹⁶Carta do [ex-governador geral do Estado do Brasil] Gaspar de Sousa, ao rei [D. Filipe III], sobre ser impróprio ceder aos jesuítas a administração do corte, transporte e guarda do pau-brasil, sugerindo que esta responsabilidade seja transferida aos governadores e capitães das capitanias. *AHU_CU_015, Cx. 2, D. 111*.

¹⁷SILVA, Priscilla de Souza Mariano e. *A justiça no período Josefino: atividade judiciária e irregularidades dos ouvidores na comarca de Pernambuco entre 1750 e 1777*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

Japão¹⁸. Sabendo que os jesuítas utilizaram inúmeras formas de atrair as populações locais para a cristandade. Seja negociando, cedendo, adaptando seus dogmas e também guerreando quando preciso.

Assim como lemos e analisamos diferentes tipos documentais do fundo do AHU, analisamos também fontes cartográficas através da Biblioteca Nacional Digital. Tais como o Atlas Delle Navigazione e Viaggi, de Giacomo Gastaldi de 1556; Terra Brasilis, de Lopo Homem publicado em 1519, que representa o Litoral brasileiro e parte do oceano Atlântico; Mapa-múndi, de Pierre Desceliers datado de 1546, que recorta a América do Sul, parte da América Central e Antártida; Novus Brasiliae Typus, de Guglielmo Blaeus de 1630, um mapa holandês que apresenta o Litoral brasileiro; entre outros como, De Santo Agostinho à Paraíba, de João Texeira Albaernaz publicado em 1631.

Entre os séculos XVI e XVII surgiram na França, Países Baixos, Itália e em outros países numerosos mapas, todos copiados ou tendo por base os mapas portugueses ou espanhóis, pois embora não tivessem participado das grandes navegações, seus reis aguardavam apenas o momento adequado para interferir na política do Atlântico – e para isso precisavam manter-se informados das movimentações de Portugal e Espanha. O planisfério do francês Pierre Desceliers (Mapa 4), é um exemplo disso, também conhecido como de Francisco I (rei da França), que o teria mandando fazer em 1546, que possui informações e características semelhantes a Carta do Brasil de Lopo Homem de 1519. Embora esses mapas tivessem um uso eminentemente político, isso não nos impede também de ler esses mapas como obras artísticas, como pontos de representação do cotidiano e do trato do pau-brasil.

Além das fontes cartográficas, algumas outras complementam a construção deste texto, como, por exemplo: as Cartas de D. João III de Portugal, outorgando poderes a Martim Afonso de Souza; a Carta do rei da França, François I; a Carta de doação da Capitania da Bahia a Francisco Pereira Coutinho; Foral de Duarte Coelho, dado por D. João III; a carta de Pietro Rondinelli, escrita de Sevilha em 3 de outubro de 1502, publicada na *Raccolta colombiana*, através da qual sabemos um pouco sobre o primeiro contrato de arrendamento do Brasil. Na carta de Pietro Rondinelli, lemos que após a

¹⁸MANSO, M. de D.B. *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais*. Macau: Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009. 274 p. Resenha de: AMANTINO, Marcia. A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): atividades religiosas, poderes e contactos culturais. *História Unisinos* 15(3):466-467, Setembro/Dezembro 2011.

chegada das primeiras armadas exploradora, D. Manuel arrendou o Brasil a um grupo de capitalistas, cristãos-novos, ou judeus conversos, à frente dos quais estava Fernão de Loronha. Obras como *Viagem à Terra do Brasil*, publicada em 1578 pelo francês Jean de Léry, onde o autor relata as experiências vividas em meio à presença de quase um ano na França Antártica, projeto efêmero de colonização francesa ao sul do Brasil, na Baía da Guanabara, no que é atualmente o Rio de Janeiro; *Diálogos das grandezas do Brasil*, escrito em 1618 por Ambrósio Fernandes Brandão, que após ter sido acusado da prática de judaísmo viajou para o Brasil, onde viveu durante vinte e cinco anos, primeiro em Olinda – 1583 a 1597 –, depois na Paraíba como senhor de engenho – de 1607 a 1618.

Enfim, se mais pudesse ser dito, diria que: o fator preponderante, foram os documentos e fontes históricas que me abriram os caminhos por meio das matas até o pau-brasil. Em sua grande maioria, os manuscritos trazem em si normas e códigos que vigoravam D'aquém e D'além mar. Com efeito, eles fazem referência, essencialmente, às dominações do Império Ultramarino português localizados na Mata Atlântica brasileira (Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte) – com maior referência a Capitania de Pernambuco e as cidades de Recife e Olinda.

Quanto à Capitania de Pernambuco, o recorte espacial, foi devido a sua importância enquanto centro político-administrativo e comercial da América Portuguesa, assim como, uma das capitanias com maior predominância de fontes no Arquivo Histórico Ultramarino no que se refere aos conflitos no trato do pau-brasil no século XVII. Todavia, faz-se premente destacar que foram arroladas fontes documentais nas capitanias como Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba, o que corrobora para uma reflexão não apenas de caráter local, mas também nacional. Ademais, a exequibilidade desta pesquisa, diante de variantes como o cronograma de execução – um ano para a pesquisa e produção do texto final –, revisão de literatura, transcrição paleográfica e análise das fontes, obrigou-me a agir de modo metódico e pragmático diante das ambições investigativas.

Já a escolha temporal dos anos entre 1580 e 1640 ocorreu porque esta é a data de maior concentração e produção dos manuscritos estudados. Calha também deste mesmo período de anos estar compreendido o período da União Ibérica entre Espanha e Portugal, logo após o desaparecimento sem herdeiros de D. Sebastião em 1578 e do cardeal-rei D. Henrique em 1580, passando a coroa para Filipe II de Espanha, neto de D. Manuel I. Nesse mesmo período foi redigido o Regimento do Pau-brasil de 1605, assinado

por Filipe II, em 12 de dezembro do mesmo ano, foi este regimento o primeiro instrumento leal contendo medidas visando racionalizar o extrativismo e conservar para futuras explorações as matas de pau-brasil.

De modo geral, é importante deixar registrado que, falar dessa árvore típica da Mata Atlântica brasileira é falar sempre de algo inédito, novo, é antes de tudo lembrar algo silenciado. Falar dessa árvore que dá o nome ao nosso país é, quase sempre, trazer para os debates da historiografia brasileira um tema invisibilizado; omitido muitas vezes no percurso didático entre professor-aluno nas disciplinas de história. Não é difícil pensar ao longo dessas linhas que se seguem que ao estudar as teias políticas e econômicas que envolvem a história do pau-brasil podemos dizer que há muito o que (re)considerar, (re)pensar, há muito o que trazer para o rastro do tempo sobre relações não somente de comércio ou os casos de importância tintorial para cultura europeia dos séculos XVI e XVII, mas de disputas políticas, simbólicas, de conflitos confrontos culturais, e se assim podemos dizer, de uma rede de tramas que ultrapassam as habituais e antigas linhas fronteiriças, pois, a história do pau-brasil se trata de uma história global, uma história conectada.

2. Um planeta chamado Terra: mundialização, mestiçagem e conexões imperiais

Um velho Tupinambá e um missionário francês. Pau-brasil e as lições de uma viagem feita à Terra do Brasil / Litoral, França Antártica, 1556.

Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu *arabutan* [pau-brasil]. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, *mairs* e *pêros* [franceses e portugueses] buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas.

Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? – Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. – Ah! Retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que me falas não morre? – Sim, disse eu, morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? – Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos. – Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros *mairs* sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como

dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados¹⁹.

Para nos aprofundarmos nas dinâmicas específicas das fontes elencadas para nosso trabalho, e para darmos entendimento ao nosso recorte espacial, temos que entender um pouco sobre o *Império Português*, mas também deles com os indígenas, e com outros impérios: o francês e o holandês, por exemplo. Para tanto, optamos por dialogar também com o conceito de *conexões imperiais*.

A partir do historiador João Fragoso²⁰, compreendemos que utilizar sistematicamente o conceito de *conexões imperiais* é afirmar que não observamos um todo homogêneo comandado por uma poderosa metrópole. Observamos – em contrapartida – um *Império* português como um conjunto heterogêneo de possessões ultramarinas, cuja relação com a metrópole variava conforme as conjunturas, e, também, de acordo com os variados processos históricos que constituíram essas mesmas possessões²¹. Isto é, devemos considerar as mais variadas relações entre o poder central e os diversos poderes locais. Conexões imperiais obriga-nos a voltar a nossa atenção para as demais possessões ultramarinas que constituíam o *Império* português, sem as quais sabemos, hoje, não ser possível conhecer de fato a sociedade colonial brasileira.

Porém, para nos aprofundarmos nessas dinâmicas, temos que entender um pouco sobre as redes de contato entre portugueses, mas também deles com os indígenas, e com outros impérios: o francês, o holandês e o inglês etc. Para tanto, as redes são aqui entendidas como *networks* de relacionamentos, constituídos a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si. Essas diferenças potencializavam a possibilidade de sua imbricação, tirando-se assim partido das fraturas que cotidianamente eram identificadas

¹⁹LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução e notas Sérgio Milliet. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, p. 135, 1980. Esta leitura de um viajante não se trata da primeira obra publicada na Europa com ilustrações que retratam o cotidiano dos povos indígenas brasileiros ou da realidade natural deste local, porém, para nós é de vital importância devido à proximidade de sua publicação e divulgação com nossa escolha temporal, tendo em vista que a obra foi transmitida ao público europeu entre fins da década de 1570 e início da década de 1580.

²⁰FRAGOSO...[et. al], organizadores. *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. – Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

²¹Ibidem, FRAGOSO, 2006, p. 11.

nos diversos cenários sociais e ambientais que compunham o império português – e seus diálogos com outros impérios.

Diante disso, as discussões provocadas a partir desse conceito resultam de uma influência direta dos debates promovidos nos livros *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráficos e relações sociais no mundo português*²², e *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*²³, que, no geral, se qualificam como um esforço de pesquisas de diferentes historiadores e historiadoras das Universidades Federal do Rio de Janeiro, Federal de Juiz de Fora e Federal do Rio Grande do Sul, principalmente de algumas produções organizadas pelo historiador João Luis Ribeiro Fragoso. Entre outros, ele é um dos que divulga discussões dos temas e os conceitos mais fundamentais que tanto têm mobilizado o debate acadêmico na área de estudos da História do Brasil na Época Moderna, o *Brasil colonial*, tal como: *conexões imperiais e redes de contato*.

Sem deixar de lado, também, os processos de mestiçagem e de mundialização. Se analisarmos o livro de Serge Gruzinski²⁴, *As quatro partes do mundo: uma mundialização*²⁵, essa obra que foi traduzida por associação da Editora UFMG com a Edusp, apresenta toda a aceleração do fluxo de pessoas e mercadorias e informações em um contexto de crises sistêmica do capitalismo, o surgimento de novas tensões políticas e fronteiras nacionais em todo o mundo, bem como a austeridade das políticas de imigração nos países centrais (e os diferentes tipos de relação a ela), esses são fenômenos que segundo Gruzinski pode ser esclarecido a partir das dinâmicas das transformações originadas mundialmente no contexto das navegações marítimas dos séculos XVI e XVII e ainda hoje processada.

A mundialização a que se refere o subtítulo é aquela associada ao poderio da monarquia ibérica - expressão empregada pelo autor sempre na forma singular, realçando

²²Idem, FRAGOSO, 2006.

²³João e GOUVÊA, M. F. (orgs.) *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁴O autor se posiciona favoravelmente à perspectiva das *connected histories*, conforme proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. Na sua interpretação, “trata-se de apreender ou restabelecer as conexões surgidas entre os mundos e as sociedades, um pouco à maneira de um electricista que viria reparar o que o tempo e os historiadores desuniram” (GRUZINSKI, 2014, p. 45). E, uma vez assumida essa ótica, posiciona-se de maneira crítica frente às principais tendências historiográficas hoje vigentes.

²⁵GRUZINSKI, SERGE. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Tradução de Mourão, Cleonice Paes Barreto; Santiago; Consuelo Fortes. Belo Horizonte. Editora UFMG, São Paulo: Edusp, 2014.

a época de unidade das coroas portuguesa e espanhola, entre os anos 1580 e 1640. O autor cuida, no entanto, para que o leitor não identifique na mundialização ibérica a origem imediata da mundialização americana, pois se trataria antes de um antecedente remoto. A razão do paralelo consiste em “mostrar que a história permanece uma maravilhosa caixa de ferramentas para compreender o que está em jogo, há vários séculos, entre ocidentalização, mestiçagem e mundialização”²⁶. Em outras palavras, a história da monarquia ibérica serve-nos como um admirável “teatro de observação”²⁷ do mundo presente.

Já com relação a mestiçagem o fenômeno da mestiçagem do qual dão conta os numerosos eventos levantados por Gruzinski (tocantes a cada um dos quatro continentes) não seria menos que a ebulição dos complexos antagonismos entre expectativas, lugares e papéis sociais gerados no seio da mundialização ibérica. Expressava, pois, não qualquer tipo de harmonia ou conformidade social entre dominados e dominadores, mas as contradições inerentes ao processo mesmo de dominação, que envolviam toda a variedade de agentes governados pela monarquia, fossem eles europeus, nativos ou crioulos.

3. Uma natureza solitária: toponímia, paisagem e circulação de plantas

Um calvinista francês e as árvores do Novo Mundo. Daquilo que recordei, vejo e descrevo / Litoral, França Antártica, 1556.

Devo começar pela descrição de uma das árvores mais notáveis e apreciadas entre nós por causa da tinta que dela se extrai: o pau-brasil que deu nome a essa região. Essa árvore, a que os selvagens chamam *arabutan* [pau-brasil] engalha como carvalho das nossas florestas e algumas há tão grossas que três homens não bastam para abraçar-lhes o tronco.

A respeito de árvores grossas, diz o autor da “História Geral das Índias Ocidentais” que nessas regiões lhe foi dado ver duas árvores com troncos de extraordinária grossura; um media mais de oito braças de circunferência e outro além de dezesseis. Conta ainda que a primeira era tão alta que ninguém lhe podia alcançar o cimo com uma pedrada e nela um cacique, por segurança, armara a sua choça. Disso se riam os espanhóis, pois parecia pousar-se ali como uma cegonha. A segunda árvore era também maravilhosa, mas o autor refere ainda que no país de Nicarágua existe uma árvore chamada *cerba* que engrossa a ponto de quinze homens não poderem abraçá-la²⁸.

²⁶Idem, GRUZINSKI, 2014, p. 23.

²⁷Idem, GRUZINSKI, 2014, p. 45.

²⁸Idem, LÉRY, 1980, p. 135.

Imagine, uma pessoa contemplando o mar pela primeira vez depois de 16 anos de nascimento. Essa mesma pessoa desde a infância esteve em contato mais direto com grandes açudes e banhos de rios, mas, nunca de mar. Involuntariamente os sentidos que se dão, os dizeres populares do que é mar ou do que pode ser um mar vão sendo projetadas na imaginação daquela pessoa – os estratos de *paisagem* daquilo que é o mar não estão inteiramente formados na mentalidade do sujeito. Após a descoberta, o sentir o que é o mar, a areia que lhe cerca a imensidão do olhar para o horizonte marítimo faz crer um turbilhão de *memórias* e de reconfigurações de *paisagens* em sua mente²⁹. *Paisagem & Memória*³⁰, dois conceitos formulados pelo historiador inglês Simon Schama. É neste sentido que os historiadores e historiadoras ambientais pensam a terra como um documento histórico carregado de informações – pois, vejamos: Schama, aponta que “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto”³¹. Logo, “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a *paisagem* é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”³². Sendo assim, para o historiador, a *paisagem* é cultura antes de ser natureza – ou seja, uma paisagem é repleta de significados identitários e simbólicos, construídos e reproduzidos, que acabam alimentando o imaginário social e os modos de viver em sociedade.

Porém, não quer dizer que *paisagem* não possa ser entendida de outras formas. Nem tão pouco que não tenha sido detalhada a partir de outros pressupostos – que muitas vezes se complementam. Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos: “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”³³. E mais, “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”³⁴. Nesse sentido, “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva”³⁵.

²⁹No Agreste e Sertão Pernambucano é muito comum diversos adolescentes, jovens e adultos conhecerem o mar e a zona litorânea depois de muitos anos de vida, ao contrário daqueles que possuem um vínculo afetivo mais próximo com cidades localizadas pelas praias e mares – seja por questões familiares ou financeiras. Utilizei de forma metafórica a situação dos meus conterrâneos que nunca contemplaram os mares, mas nessa mesma proporção podemos pensar em sujeitos naturais como: árvores, animais etc.

³⁰SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³¹Idem, SCHAMA, 1996, p. 20.

³²Ibidem, SCHAMA, 1996, p. 17.

³³SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009.

³⁴Ibidem, SANTOS, 2009, 67.

³⁵Ibidem, SANTOS, 2009, 69.

Não obstante o conceito de *paisagem*, temos o de *memória*. A partir desse, podemos inferir que a natureza brasileira – e, sobretudo, o pau-brasil – também é lugar para a criação de múltiplos significados. Pois, “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a *paisagem* é obra da mente.”³⁶. E é justamente no dito “Novo Mundo”, onde o cronista como o francês Jean de Léry citado anteriormente, vai explorar, além da paisagem natural, a sua *memória*, permitindo assim aos que se dispuseram nessa aventura, nos séculos XVI ao XVII, criar as imagens mais metafóricas e fragmentárias, estabelecendo complexas relações de semelhanças e diferenças entre as espécies nativas D'aquém e D'além mar. Trata-se, portanto, de uma relação de *eu* (europeu), com o *outro* (pau-brasil). E mais, é uma relação de alteridade entre europeu, natureza e povos indígenas, todos interligados pela *paisagem* e pela *memória*. Sobretudo uma memória que é também um instrumento e um objeto de poder³⁷.

Diferente, contradizendo ou até mesmo complementando e inter-relacionando os conceitos de *paisagem & memória*, para Simon Schama ou de *Paisagem* para Milton Santos e o de *Memória* para Jacques Le Goff, temos o neologismo definido pelo geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan: *Topofilia*, o termo chave que dá título ao livro³⁸, é definido por Tuan como “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”³⁹. A topofilia pode assumir assim muitas formas, variando em amplitude emocional e intensidade. Podem ser considerados exemplos topofílicos distintos a apreciação estética do meio através do turismo, o contato físico com o meio ambiente do pequeno agricultor, o patriotismo e a relação emocional da pessoa com seu lar e seus pertences. Nota-se então, que o termo associa sentimentos com meio ambiente e, ao fazer isso, promove a ideia de lugar. Contudo, “o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais”⁴⁰.

Por fim, pode-se afirmar que a leitura de Topofilia proporciona novas perspectivas para os estudos da relação entre pessoas e o meio ambiente, o que pode ser

³⁶Ibidem, SCHAMA, 1996, p. 17.

³⁷LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 447.

³⁸TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

³⁹Idem, TUAN, 1980, p. 107.

⁴⁰Ibidem, TUAN, 1980, p. 129.

ampliada através da leitura de outras obras de Tuan, como “Espaço e Lugar”⁴¹ e “Paisagens do Medo”⁴². Muitos dos conceitos abordados no livro referem-se à emoção com que as pessoas se relacionam com o meio ambiente, fazendo deste um lugar. Justamente por isso é importante apreciar o fato de que, antes do contato europeu com uma única tora que fosse de pau-brasil, antes de imaginar que havia outros povos e outras culturas antes não imaginadas, tinham que cruzar um vasto oceano. Dessa maneira, o movimento, a mudança, o passar do tempo e a mobilidade espacial são tratados aqui como ações que transformaram de algum modo os objetos, as plantas e os seres humanos⁴³.

Sendo assim, é imprescindível destacar que, em seus deslocamentos, as plantas não permaneceram as mesmas. Através da historiadora Lorelai Kury⁴⁴, podemos evidenciar que a *circulação de plantas*, nesse caso, de pau-brasil, constrói novas relações com o ambiente natural e humano, aprimora ou inibe suas virtudes, aumenta ou diminui sua importância, faz com que sejam usadas de maneira habitual ou inesperada, que cresçam em florestas, jardins botânicos ou estufas, que sejam ingeridas, cultivadas, colhidas, desprezadas ou admiradas⁴⁵.

4. A harmonia de conexões: restabelecendo as ligações entre natureza e seres humanos

Sou a lenha que te aquece amorosamente no inverno
 E que te oferece sombra, quando o sol ardente te queima
 Sou a viga do seu teto e a tábua de tua mesa
 Dou leito para o teu sono quieto e à tua barca um mastro forte
 Sou a viga da construção, portal de tua morada
 Em teus tempos de infância, fui o berço que te ninou
 Morto, é comigo que teu corpo se cobre embaixo da terra
 Sou a madeira santa e dou a flor em que seu fruto amadurece.
 Homem, escuta minha oração, não destruas o que sou!⁴⁶

Uma das principais regiões de bioma do Brasil, a Mata Atlântica, configura-se como um mosaico de paisagens complexo, herança de processos geo-históricos de

⁴¹TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

⁴²TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

⁴³A historiografia tem tratado de forma rica e variada do tema da circulação de plantas. Ver, entre outros: Beinart, William; Middleton, Karen. Transferência de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão (2009).

⁴⁴Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai. Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX / Lorelai Kury...[et al.]; Organização Lorelai Kury; tradução Chris Hieatt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

⁴⁵Idem, KURY, 2013.

⁴⁶Paráfrase de um texto alemão anônimo.

ocupação humana, exploração econômica e ambiental. Em um primeiro olhar não há como perceber uma suposta “harmonia” de conexões, pois hoje, as notícias conforme Keith Thomas⁴⁷ já pronunciava, não são as melhores possíveis: não se pode abrir um jornal sem se deparar com alguma discussão exaltada sobre o abate de animais, o desmatamento de reservas florestais, ou a salvação de animais selvagens ameaçados de extinção; também vivo sendo bombardeado pelas mídias sociais com essas notícias. Todavia, as conectividades entre seres humanos e natureza está justamente na forma a qual se convivem e se montam perspectivas e laços humanos e não-humanos ao longo do tempo. Os traços de afetividades emocionais e comportamentais com as quais Yi-Fu Tuan estabeleceu a partir dos exemplos topofílicos.

Epistemologicamente no campo da História existe a História Ambiental⁴⁸, que também trata não somente de enxergar essas “harmonias” ou esses laços de “conectividades” entre seres humanos e meio ambiente. É nesse sentido que surge a História Ambiental, uma parte tão importante e fundamental para este trabalho, que busca trazer às discussões históricas uma árvore (mas que, ao mesmo tempo, não é somente uma árvore), que é também parte essencial para diversas prospecções da história.

Através dela, dessa história ambiental, podemos desenvolver uma interação mais próxima entre sociedade e natureza. Conforme vimos anteriormente, se Marc Bloch diz que a história é: “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo”⁴⁹. Podemos dizer que a História Ambiental é o estudo das relações entre homem e meio ambiente ao longo do tempo. Desde a década de 1970 vários historiadores e historiadoras produzem um debate historiográfico sob essa rubrica desenvolvida nos Estados Unidos. Os que se

⁴⁷THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁴⁸A história ambiental foi um termo que já está presente desde as primeiras linhas, tanto no resumo, prólogo e introdução, porém ao longo do texto se fara mais presente, ainda que de forma diluída. Ao longo desta apresentação esse termo será em grande medida utilizado e apresentado, pois querendo ou não é o termo de uso recorrente no meio acadêmico. Foi dessa forma que a *Evirommental History* se popularizou no Brasil. Porém, poderíamos enquadrar essas impulsões teóricas dentro da Geo-História.

Ocorre que foram os geo-historiadores que impulsionaram novos tipos de fontes, além da documentação mais tradicional, tais como os próprios vestígios da Natureza. (*Ver*: Ladurie (1990) (2008), Braudel (1995), Febvre(1989)).

Somente a partir das últimas décadas do século XX começaram a surgir outras modalidades historiográficas próximas à Geo-História, como por exemplo a História Ambiental ou Ecológica, que é já uma demanda das últimas décadas, assombradas pelos desastres naturais, pelas devastações florestais, pela ameaça de extinção de inúmeras espécies animais, pelo aumento da poluição e pelo crescimento desordenado nas cidades. A História Ambiental ou Ecológica, então, podemos dizer que é de certo modo uma Geo-História acrescida de uma preocupação ecológica fundamental.

⁴⁹BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 55.

denominam historiadores ambientais não apenas chamam a atenção para a ausência da natureza em nossos processos de compreensão das sociedades no tempo; eles nos recordam de que a natureza não é uma paisagem passiva, ela também é dotada de agência⁵⁰.

Para entender melhor o que é essa “história ambiental”, temos que reavaliar um dos primeiros clamores ambientalistas. Por mais difícil e longa que seja as discussões entorno do ambientalismo – que reverbera em discussões como protecionismo, conservacionismo, ecologismo etc. – podemos apontar algumas divagações “ambientalistas” no século XIX, tal como: “a natureza e a vida humana são tão variadas quanto nossas várias constituições”⁵¹, ou mais: “sejamos primeiro simples e saudáveis como a Natureza”⁵², ou não sejamos somente como ela, mas também tomemos o sentido contrário pois, “só quando nos perdemos totalmente ou damos uma volta ao contrário [...] é que apreciamos a imensidão e a estranheza da Natureza”⁵³.

Foram estas palavras e ensinamentos que nas matas, perto do lago Walden – em Massachusetts, EUA –, Henry David Thoreau passou a sentir e escrever seu mundo. Em uma espécie de “testamento ético-espiritual” escreveu seu livro, que ficou conhecido como *Walden* ou *A vida nos bosques*⁵⁴. Anos depois, na segunda metade do século XX, os envolvidos nos movimentos da contracultura e hippie, que estabeleceram o ambientalismo moderno – o qual conhecemos – discutiram e se utilizaram das páginas de Thoreau para fundamentar suas ideias. Enfim, se torna importante destacar que, se ele não carregava em si o pensamento ambientalista, ao menos devemos a ele partes importantes do ambientalismo moderno.

Somente 112 anos depois, o ambientalismo toma conotações mais políticas e ecológicas e adentra nas discussões acadêmicas. Nessa esteira, a voz da bióloga Rachel Carson, em seu livro *Primavera Silenciosa*⁵⁵, foi um alerta pioneiro e profundo. Nele, a autora alertava sobre o uso dos pesticidas e das aplicações de componentes químicos, analisando suas respectivas consequências para vida e saúde humana.

⁵⁰CARVALHO, Ely Bergo. *Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A ferro e fogo*. v. 12 n. 13, 2005.

⁵¹THOREAU, Henry David. *Walden*. Tradução Denise Bottman. – Porto Alegre, RS; L&PM, 2018, p. 24.

⁵²Ibidem, THOREAU, 2018, p. 83.

⁵³Ibidem, THOREAU, 2018, p. 166.

⁵⁴Idem, THOREAU, 2018.

⁵⁵CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. Trad. Sant’Anna Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Gaia, 2010.

Na mesma perspectiva ambiental, e utilitária, o filósofo Peter Singer, no livro *Libertação animal*⁵⁶, raciocina sobre a tirania dos animais humanos sobre os não-humanos. Segundo ele, “essa tirania provoca ainda hoje dor e sofrimento só comparáveis àqueles resultantes de séculos de tirania dos humanos brancos sobre os humanos negros”⁵⁷. Para ele, a luta contra essa tirania é uma luta tão importante quanto qualquer outra das causas morais e sociais que foram defendidas nos anos recentes – em sentido contrário, e, balanceando o pensamento de Singer, podemos aludir ao historiador E. P. Thompson, pois em seu livro *Senhores & Caçadores*⁵⁸ Thompson parte da relação homem natureza como um resultado, diferente de Singer que utilizou dela como um objetivo primário, logo, para o historiador o ponto de partida é o homem.

Diante disso, o meio ambiente se concretizou como uma dimensão relevante para o pensamento histórico, “assim como foram as de gênero e classe em décadas passadas”⁵⁹. Porém, além de a questão ambiental não ser historicamente nova para a História Ambiental, a relação entre história e geografia já era utilizada antes do aforismo: História Ambiental. Através da Geo-História, essa relação já estava presente, por exemplo, em obras como *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*⁶⁰, de Fernand Braudel; e, *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia occitana 1294-1324*⁶¹, de Emmanuel Le Roy Ladurie. Vemos que, em *Montaillou*, Le Roy Ladurie no capítulo *Meio e poderes*, constrói um panorama do relevo, comenta sobre a distribuição das terras, sobre o clima e também analisa o gado e os animais de tração, e, em *Historia del clima desde el año mil*⁶², o autor nota que os germânicos migraram para o Sul da Europa por causa do frio e os vikings o fizeram por causa do calor, de modo que situações climáticas opostas trouxeram o mesmo resultado, embora o clima seja o fator explicativo central em ambos os casos.

⁵⁶SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Editora Lugano, 2004.

⁵⁷Idem, SINGER, 2004, p. 4.

⁵⁸THOMPSON, E. P. *Senhores & Caçadores: a origem da lei negra*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁵⁹WINIWARTER, Verena. *Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos*. Abordagens Geográficas – volume I, número I, 2010: out.nov., p. 1.

⁶⁰BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2ª edição. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1995.

⁶¹LADURIE, Emmanuel le Roy. *Montaillou: Cataros e Catolicos numa aldeia Occitana 1294-1324*. Edições 70. 1º ed. 2008.

⁶²LADURIE, Emmanuel le Roy. *Historia del clima desde el año mil*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1990.

Sabendo disso, é pertinente apontar uma característica definidora da História Ambiental: ela está intrinsecamente ligada com inúmeras disciplinas do conhecimento como a geografia, biologia, climatologia etc. Sendo assim, esse campo histórico abre as portas para uma interdisciplinaridade, isto é, possibilita novas abordagens metodológicas para História, e isso é muito importante. Para Castro⁶³, pensar a história em estreita relação com o ambiente no qual os seres humanos desenvolvem suas existências exige refletirmos sobre os distintos modos como nos organizamos para a produção e reprodução de nossas vidas, bem como em termos das práticas e das concepções sobre a natureza⁶⁴.

Os historiadores Simon Schama e Clive Ponting, em *Paisagem e Memória*⁶⁵ e em *Uma História Verde do Mundo*⁶⁶ respectivamente, se debruçam em um estudo similar ao que Castro refletiu. Schama esmiúça bem a relação do homem com o espaço. O autor explica o fato em que “debaixo do lugar-comum, há uma longa, rica e significativa história de associações entre o bosque primitivo dos pagãos, sua idolatria da árvore e as formas características da arquitetura gótica [...] Nem todas as culturas abraçam natureza e paisagem com igual ardor”⁶⁷. Ou seja, as concepções sobre a natureza se modificam. Já Ponting parte de indagações similares a: “como o meio ambiente da Terra moldou a história humana e como os povos formaram e alteram o mundo em que vivem?”⁶⁸. Desse modo, analisa ações antrópicas e mudanças naturais para entender os distintos modos como nos organizamos – para a produção e reprodução de nossas vidas.

Assim sendo, para entender os sentidos naturais e humanos, os historiadores ambientais debruçam sobre a história cultural e social, recorrerem aos mais longínquos tempos – se necessário – para perceber as séries de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Para isso o historiador E. P. Thompson é fundamental, visto que ele partiu da experiência de empobrecidos moradores das florestas e seguiu, “através de evidências contemporâneas superficiais, as linhas que os ligavam ao poder, em certo sentido as

⁶³CASTRO, M. I. M. *Reflexões sobre a história ambiental*. Universitas-FACE / História, Brasília, v. 01, 2003. p. 25.

⁶⁴Assim, as palavras de Marx (1986, p. 15) poderiam ser assinadas por Ladurie: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha”. Para Marx, o homem faz a história em condições muito associadas à organização e à apropriação desigual da produção; para os *Annales*, o que limita a ação humana são os fatores ecodemográficos.

⁶⁵Idem, SCHAMA, 1996.

⁶⁶PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

⁶⁷Ibidem, SCHAMA, 1996, p. 25.

⁶⁸Ibidem, PONTING, 1995, p. 29.

próprias fontes me obrigaram a encarar a sociedade inglesa em 1723 tal como elas mesmas a encaravam, a partir de baixo”⁶⁹, afirma ele no livro *Senhores & Caçadores*⁷⁰. Digo mais, se quisermos encarar a sociedade da América portuguesa em seus múltiplos diálogos com a natureza ao longo do tempo, temos que encará-la a partir de baixo, de muito mais embaixo que as próprias camadas sociais: do ponto mais profundo das raízes das árvores.

Elucidando um pouco mais, uma das principais premissas de um historiador ou historiadora ambiental é que os eventos da história se revelam no tempo, mas também no espaço. Como pontuou a historiadora Verena Winiwarter, “tudo o que acontece não tem somente um ‘quando’, mas também um ‘onde’, determinando a sua qualidade e a sua importância”⁷¹. A história ambiental preocupa-se, então, com as interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado, dá importância ao lugar e tenta associar a história humana com os sistemas naturais⁷².

A questão que acrescento às discussões da história ambiental é que, nós, historiadores e historiadoras, somos muito inclinados ao curto prazo e quase nunca pensamos no longo prazo, mas temos que ir mais além, pois aquelas mulheres e homens que não administram o fator *natureza* (que é dado no longo prazo) em suas análises é justificar que nossa vida e nossa história não está ligada ao planeta terra. No mais, não pretendo ser repetitivo no tocante as reflexões da história ambiental, por isso mesmo decidi diluir ao longo do trabalho suas condutas e apontamentos. Pois, parafraseando as importantes falas do historiador Paulo Henrique Martinez⁷³, ainda há muitos desafios para enfrentar na História Ambiental do Brasil.

Feito esse apanhado do que é a História Ambiental, é importante ressaltar que nas próximas páginas a chave que abrirá as portas das discussões será a interdisciplinaridade. Isso é: a associação que será criada entre a história com outras disciplinas como a geografia e a biologia. Assim como fez Alfred W. Crosby, em *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*⁷⁴, estudo em que,

⁶⁹Ibidem, THOMPSON, 1987, p. 17.

⁷⁰Ibidem, THOMPSON, 1987.

⁷¹Ibidem, WINIWARTER, 2010, p. 2.

⁷²Ibidem, WINIWARTER, 2010, p. 2.

⁷³MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: Desafios para uma história ambiental. No. 22. Abril 2005. Universidade Central – Colombia. p. 26-35.

⁷⁴CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900. Trad. José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

apesar de apresentar uma tese já superada: a de que existem biomas superiores a outros, não podemos deixar de mencionar as relações que ele estabelece entre biologia e história, dentre elas: o contexto da descoberta do Novo Mundo.

Se traçamos, epistemologicamente, um caminho a partir da História Ambiental, a abordagem *connected histories*, se mostra como elemento chave para o entendimento desse trabalho, pois, pensamos a partir de uma metodologia que investiga a dinâmica de circulação de pau-brasil através de diferentes regiões globais. Nesse sentido, a *connected histories* – ou *histórias conectadas* – fornece bases metodológicas para analisarmos as conexões reais, os contatos entre os povos, que inicialmente se opuseram geograficamente, mas que podem ser entendidas por meio de uma nova compreensão:

O primeiro é superar a partição da pesquisa histórica em linhas nacionais, a fim de levar em consideração todos os fenômenos que ocorrem através das fronteiras estaduais. De fato, partições ao longo de linhas nacionais tendem a desconsiderar ou ofuscar todas as interações ou conexões, assumindo que as fronteiras são impermeáveis e removendo objetos de seus contextos e vínculos transnacionais. Por exemplo, como podemos escrever uma história da Ibero-América se considerarmos os mundos espanhol e português como estritamente distintos? O segundo objetivo é escrever uma história do mundo que não seja apenas dominada por um ponto de vista ocidental⁷⁵.

História conectada é, portanto, o esforço de interpretações que visam olhar para o conjunto de interações múltiplas realizadas através do vai-e-vem, entre as diferentes escalas de análise e por um descentramento do olhar⁷⁶. Em outras palavras, *história conectada* nos serve para compreender as conexões entre diferentes histórias para além de seus próprios territórios regionais, nacionais e continentais, porém, é importante levar em consideração que cada espaço e contexto possui passados e processos extremamente distintos uns dos outros, estabelecendo diferentes relações políticas, sociais e culturais⁷⁷.

O historiador Serge Gruzinski, em *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*⁷⁸, por exemplo, trabalha a partir da categoria “mundialização”, que, no seu entendimento, se refere à escala planetária dos horizontes de atuação e às

⁷⁵DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. Histoire globale, histoires connectées: un changement d'échelle historiographique? [Global History, connected histories: a shift of historiographical scale?]. Revue d'histoire moderne et contemporaine - Traduzido do francês por Cadenza Academic Translations, 2007.

⁷⁶Ibidem, DOUKI; MINARD, 2007.

⁷⁷HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global. História, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

⁷⁸GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo: história de uma mundialização. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

interconexões humanas, materiais e simbólicas que se construíram sob o marco da dominação colonial da monarquia católica nos continentes europeu, africano, asiático e americano. Que aflora nos diferentes agentes históricos “um estado de espírito, uma sensibilidade, um saber sobre o mundo nascidos da confrontação de uma dominação de visão planetária com outras sociedades e outras civilizações”⁷⁹.

Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, **o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais** que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras⁸⁰.

Diante disso, podemos notar nossa inclinação à abordagem das *connected histories*, conforme proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. Uma investigação histórica marcada pela geração de mediadores sociais e espaços intermediários de convergência do “local” com o “global”, além de choques culturais, dominação, adaptações, mestiçagem e resistências⁸¹, que se tornam parte do papel do historiador, conectar as paisagens misturadas:

Longe das visões dualistas – que costumam opor o Ocidente aos outros, os espanhóis aos índios, os vencedores aos vencidos –, **as fontes nos revelam paisagens misturadas**, muitas vezes surpreendentes e sempre imprevisíveis⁸².

Nesse sentido, nós entendemos que a exploração do pau-brasil, seu corte, embarque e trato, parte não como algo feito por acaso, mas sim através de um processo de integração econômica em escala global, entre povos indígenas, portugueses, franceses, holandeses etc. Mas devemos dizer que as conexões não se limitaram apenas aos portugueses. Fomos também colonizados – para não dizer explorados – por outros, para além desses. Os franceses, por exemplo, dividiam espaços com os adversários portugueses. Logo, esses também se puseram como agentes exploradores, criando redes e teias de contatos com povos indígenas, obtendo informações e controlando posições para o contrabando e a defesa do pau-brasil.

⁷⁹Ibidem, GRUZINSKI, 2014, p. 32.

⁸⁰GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Topoi, Rio de Janeiro, n. 2, p. 175-195, 2001, p. 176 (Grifo meu).

⁸¹SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. Modern Asian Studies, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

⁸²Ibidem, GRUZINSKI, Serge. 2001, p. 176 (Grifo meu).

Contudo, as análises de relatos de cronistas exigem metodologia própria, tendo em vista que a *connected histories* fornece suporte para tratar os sujeitos em suas conexões históricas, para além de seus contextos e espaços, mas não o olhar próprio de um sujeito específico sobre determinado evento. Tendo isso em vista, ao analisarmos os relatos, buscamos pensar quais aspectos os cronistas em seus relatos consideraram relevantes ressaltarem ou omitirem. Processo este denominado por Mary Louise Pratt, em *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*⁸³, como uma “anticonquista”, que busca, através de diferentes estratégias, transmitir a negação da guerra, da conquista, da exploração – com base em um horizonte superior, pretensamente altruísta de ciência Ocidental.

⁸³PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Gutierrez: Bauru, EDUSC, 1999, 394p.

PARTE I
UMA HISTÓRIA COM FORMA E NOME:
PENSANDO INTERDISCIPLINARMENTE A ÁRVORE DE PAU-BRASIL



Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que, a 22 de abril de 1500, alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano nos 17 graus de latitude sul, foi derrubar uma árvore.

Warren Dean, *A ferro e fogo*, 1996.

Imagem 2: Semente de pau-brasil em desenvolvimento.



Legenda: Semente de Pau-brasil em processo de germinação (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). As sementes antes de se desenvolverem são achatadas, circulares, elípticas, de textura lisa e brilhante, medindo de 0,8 a 1,5 centímetros de diâmetro e 0,3 centímetros de espessura. Sua cor costuma ser castanha, com pontos de tonalidades que vão do verde ao arroxeadado, embora algumas árvores produzam sementes totalmente arroxeadas e outras totalmente marrons. Na foto já percebemos as primeiras divisões de suas folhas, que são do tipo bipinadas. Entender a germinação da semente do pau-brasil é perceber também que o estudo histórico desta planta não se limita somente as considerações e observações feitas pela história e a partir de historiadores. Fotografia registrada por Fabio Colombini, São Paulo, SP, 2012.

CAPÍTULO I

O PAU-BRASIL COMO SUJEITO HISTÓRICO: CONSTRUINDO CENÁRIOS, DESCONSTRUINDO BARREIRAS

No passado, os historiadores poderiam ser acusados de conhecer somente os grandes feitos, dos “grandes homens”. Mas hoje, é claro, não é mais assim – ou pelo menos pretendemos que não seja. Cada vez mais os historiadores e historiadoras se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. Carlo Ginzburg, historiador italiano do século XX, já escrevia sobre isso em seu prefácio à obra famosa de sua autoria, *O queijo e os vermes*⁸⁴.

E isso foi, sem dúvidas, uma ruptura importante para os modos de se fazer história(s): as mulheres souberam aproveitar dessas recentes (e ainda vagas) introduções, a história dos negros/as e indígenas de igual forma ganham novos olhares a partir dos novos estudos desses historiadores; enfim, podemos dizer que os “subalternizados da história” passaram a ser descritos enquanto protagonistas. Se pesarmos tendo em mente um olhar retrospectivo, avançamos um passo largo e muito importante no ato de historiar.

Novos diálogos interdisciplinares surgem e a história há algum tempo vem dialogando com a antropologia, linguística, biologia entre outros campos do saber. É nesse cenário que passei a me inquietar com outras epistemes, além de propriamente a “história”, uma dessas, ainda que não totalmente agrupada com essas novas sensibilizações dos historiadores, e também sociólogos, mas ao mesmo tempo é um assunto tão próximo a nós (como que o oxigênio que respiramos), trata-se de algo vulgarmente conhecido por *natureza*⁸⁵ e/ou *ciências do ambiente*.

Algo que sempre me inquietou ao ler livros de história era, justamente, a falta de diálogo com outras grandes áreas; ou melhor, me chamava a atenção a falta de entusiasmos entre os historiadores e as historiadoras de se perscrutar e valorizar à *natureza* ao longo do tempo, de posicionar determinado contexto, evento – de curta ou

⁸⁴GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁸⁵O conceito de natureza é múltiplo, ou seja, a palavra natureza pode possuir vários significados. Podemos dizer que desde a antiguidade a natureza em seu significado, seu simbolismo, vem sendo pensado e repensado por inúmeros intelectuais – filósofos, biólogos, geógrafos etc. –, de Aristóteles até Darwin, e mais, muitos outros discutem sobre o conceito de natureza. Logo podemos perceber que não se trata de algo uniforme e homogêneo. Apesar de ter o sentido amplo de ser aquilo que se relaciona com o mundo físico, concreto, estabelecido naturalmente – como a vida –, veremos que a natureza é também construção cultural.

longa duração –, em seu ambiente geográfico ou em suas relações com o meio ambiente. Ora, se houve uma Revolução Industrial na Inglaterra o que possibilitou isso além da astúcia humana, se não algo natural: o carvão mineral e quais os efeitos de sua extração e utilização? Por que não relacionar conceitos, expressões, metodologias da história e das ciências naturais? Das ciências exatas?

Diante disso, pretendo posicionar meu objeto de estudo em suas diversas formas de análise – que não somente os seres humanos. Mas, é claro, não pretendo esvaziar as discussões sobre o pau-brasil nessas áreas, espero apenas mostrar que um objeto de estudo não se restringe a discussão apenas entre seus pares, podemos fazer múltiplas ligações entre história e botânica, geografia, e estas com a história. Devemos apenas ficar nesse momento com a fala da bióloga marinha, Rachel Carson, que em 1962 já dizia que: “A história da vida na Terra tem sido uma história de interação entre os seres vivos e seu ambiente”⁸⁶.

Nesta parte, portanto, trato do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; como o historiador Donald Worster orientou, incluímos nessa parte:

tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano, que tem sido um elo nas cadeias alimentares da natureza, atuando ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de microorganismos, ora como uma espécie de parasita⁸⁷.

Mas, ainda assim, só o fato de tentar entender a natureza é um caminho longo, árduo e muitas vezes dificultado pelos rigores acadêmicos e até estéticos de cada área. Enquanto historiador, posso apenas fazer ponderações, por exemplo, ao longo dos estudos me deparei com muitos termos e conceitos que tive contato com eles recentemente – fora das discussões da História. Mesmo assim não pretendo ser impreciso. Por isso mesmo não poderia deixar essa parte do trabalho como um assunto meramente expositivo – como muitos fazem com a história para simples efeito de contextualização –, não poderia esquecer o papel analítico que a ciência exerce.

⁸⁶CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. Trad. Sant’Anna Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Gaia, 2010, p. 22.

⁸⁷WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 203.

A diversidade biológica — “biodiversidade”, como se diz hoje em dia — é a chave da preservação do mundo como o conhecemos. A vida num local assolado por uma tempestade passageira logo se recupera porque ainda existe bastante diversidade. Espécies oportunistas que evoluíram justamente para tais ocasiões correm para preencher os espaços vazios, dando início a uma sucessão que acabará por retornar a algo semelhante ao estado original do meio ambiente⁸⁸.

Não somente sua ordem analítica, mas capaz de gerar multiplicidade entre os encontros variados que pode surgir entre os contatos e diálogos com a diversidade biológica e humano ao longo do tempo; pois, a humanidade co-evoluiu com todo o resto da vida neste planeta.

1. O pau-brasil é um sujeito no campo da botânica

Antes de tudo é preciso ver a flora, ver o pau-brasil, para enxergar o Brasil. Neste tópico, e nos subseqüentes, partirmos de uma reflexão simples: a natureza é tomada como o ponto no qual se cruzam a história do país com a identidade de um povo – e veremos muito mais. Conhecer o Brasil sem conhecer sua originalidade botânica é tempo perdido, logo, escrever sobre as particularidades botânicas do pau-brasil acaba sendo uma história do tempo perdido, mas que não poderemos voltar a perder. Porém, é claro, sem fazer dessa história uma exaltação, mas, sobretudo, uma reflexão sobre uma árvore que atravessa o tempo emaranhada entre belezas e contradições. Pois, ao mesmo tempo que atravessa humanos perpassa as seivas das árvores.

Falar isso é, antes de tudo, uma forma de bravejar novamente um forte: “terra à vista!”, porém repensando novos cenários. Pois de Caminha para cá, foram inúmeros os que aportaram no país em busca de conhecimento – ou aventura – em um cenário que sempre se impôs como exuberância, fascinação, mistério. Durante todo o processo de exploração do Novo Mundo, e principalmente do localizado na costa do pau-brasil, a flora foi um mediador fundamental entre o “Novo” e “Velho Mundo. Assim, é possível perceber que no decorrer do tempo, os sentidos para as viagens foram se reinventado, a própria ciência e os métodos científicos se reinventaram, foram aprofundados e ampliados

⁸⁸WILSON, Edward Osborne. Diversidade da vida. – São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. 22.

no decorrer do tempo. E os estudos botânicos, a análise científica da flora nativa, não ficaram de fora desses processos de transformação científica.

Os trabalhos desses homens da ciência botânica são, portanto, referências de um largo processo de conhecimento, que vem sendo compartilhado e transformado. E, como tenho dito, ao longo da história diferentes abordagens científicas marcaram a aproximação entre o homem e a natureza que o cerca. O pensamento científico se transformou, é certo, mas, temos que ter em mente que ele continua se transformando. Por exemplo, o pau-brasil até pouco tempo atrás era denominado por *Caesalpinia echinata* – classificação feita por Jean-Baptiste de Lamarck, em 1785 –, se transformou em *Paubrasilia echinata* em 2016. A partir de estudos realizados por Gagnon, H. C. Lima e G. P. Lewis, através de uma análise recente que comparou sequências de DNA do pau-brasil com as de 200 outras plantas geneticamente próximas, e, também provenientes dos trópicos, revelou que a árvore brasileira representa uma distinta e única linhagem evolucionária, o que lhe conferiu o direito de ter um gênero próprio: *Paubrasilia*, da espécie *Paubrasilia echinata*.

Outra relação entre história e botânica é que a natureza foi um importante fio condutor da diplomacia, principalmente através de viajantes e pesquisas de naturalistas luso-brasileiros que mudaram qualitativamente o repertório científico do século XVI em diante. Vários trabalhos de botânica foram publicados em Portugal, sobretudo sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa e da Tipografia do Arco do Cego, dirigida justamente pelo brasileiro frei Mariano da Conceição, o Frei Veloso. Mas, apesar da existência de algumas descrições do Brasil no século XVI, feita pelos portugueses, os primeiros estudos sistemáticos impressos sobre a flora brasileira foram realizados no período da colonização holandesa, que durou de 1624 a 1654.

De fato, desde o início do século XVII os Países Baixos estabeleceram jardins botânicos em suas colônias, tornando a história natural uma aliada na administração de suas conquistas. Maurício de Nassau, conde encarregado da administração da colônia holandesa no Brasil de 1637 a 1644, estabeleceu um jardim no Recife no qual foram cultivadas dezenas de espécies de plantas nativas e exóticas. De igual forma, dois notáveis cientistas holandeses, ambos trazidos ao Brasil por Nassau: os jovens Geroge Marcgrave e Willem Piso, realizaram várias expedições botânicas na zona de ocupação holandesa – Marcgrave possivelmente coletou amostras de pau-brasil, próximo a Alagoas –, publicando seus estudos em 1658, em *Historia Naturalis Brasiliae*.

Nesse contexto de transformações na maneira de apreender o mundo natural, diversos historiadores convergem para a ideia de que a *Historia Naturalis Brasiliae* é representação de algumas das mudanças que a história natural sofreu na Era Moderna. Piso e Marcgraf não teriam se dedicado a estudar o mundo natural perscrutando livros e manuscritos, nem se limitado a recolher informações aleatórias sobre o que encontraram na colônia. Pelo contrário, eles teriam conduzido suas investigações *in loco*, procurando esquadrihar as enfermidades e a natureza da colônia neerlandesa no Brasil através da observação criteriosa e da experiência fundamentada. Por outras palavras, os dois teriam conduzido suas investigações por meio de uma abordagem “empírica” e “objetiva”, guiada pela observação cuidadosa e práticas experimentais, valorizando em suas descrições a acuidade, a precisão e o detalhamento⁸⁹.

Imagem 3: Ibirapitanga Brasiliensibus – Lusitanis Pao Brasil, 1658.



Legenda: História Natural do Brasil ilustrada, na qual se descrevem, não só as plantas e os animais, mas também as doenças, engenhos e costumes dos indígenas, e ilustrados com mais de quinhentas figuras.

Fonte: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1948 [1648].

⁸⁹O historiador Henrique Carneiro (2009, p. 55- 56), por exemplo, escreveu que “o pressuposto experimental, pilar da ciência moderna, vicejou em Piso (...)”. Ver também, para citar apenas alguns exemplos: DE ASÚA; FRENCH, 2005, p. 115-123, 136-139, 234; FURTADO, 2008; MOTOYAMA, 2004, p. 97.

É de Piso e Marcgrav a primeira descrição e representação propriamente botânica da *Ibirapitanga Brasiliensibus – Lusitanis Pao Brasil* (Imagem 3). Dez anos mais tarde, Piso apresentaria uma versão ligeiramente diferente em *De Indiae Ultriusque re Naturalis et medica*⁹⁰, acrescentando algumas observações quanto à excelência dessa madeira tintorial ralada pelos prisioneiros do Rasphuis de Amsterdam.

Ambos os casos resumem que as autoridades dos dois países começaram desde cedo a incentivar a realização de pesquisas “botânicas”. Tinham a intenção de conhecer a recém “descoberta” natureza, e, sobretudo com os objetivos de controlar, conquistar e explorar. Pois se engana quem acha que nessa época havia interesse ao valor biológico do pau-brasil, ou a simples admiração dos homens da ciência perante a natureza das florestas, as pesquisas científicas tinham antes de tudo a clara indicação do desejo europeu de explorar lucrativamente as abundâncias naturais da América, conforme aponta o historiador José Augusto Pádua⁹¹.

O papel da ciência botânica foi sistematizar o uso da flora brasileira, que acompanhou os europeus, desse modo, nessa vasta empresa colonizadora. Porém, o desconhecimento sobre as complexidades botânicas do pau-brasil ainda é muito grande, nem mesmo os mais de 300 anos das primeiras invasões portuguesas no atual território brasileiro deram conta para explicar suas características. Muito embora, hoje, o uso medicinal do pau-brasil, por exemplo, vem crescendo nos últimos anos, já que a espécie tem propriedades adstringentes, fortificantes e secantes. Embora as pesquisas ainda estejam na fase dos testes, o extrato de pau-brasil poderá se revelar um agente eficaz no combate ao câncer: de acordo com o trabalho realizado pelos professores José Camarotti e Ivone de Souza na Universidade Federal de Pernambuco, a ação antineoplásica do extrato de pau-brasil tem obtido índice de 87,1% de inibição ao crescimento de tumores⁹².

⁹⁰PISO, Willem. *História natural e médica da Índia Ocidental: em cinco livros*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957 [1658].

⁹¹PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 84.

⁹²A quimioterapia antineoplásica é aquela realizada através da administração de fármacos para o tratamento de câncer atuando em nível celular, porém sem especificidade, ou seja, os medicamentos não destroem exclusivamente as células tumorais.

1. 1. A árvore: características botânicas gerais

Em condições naturais, o pau-brasil ocupa o extrato superior da Mata Atlântica, formado pelas copas das árvores mais altas, de vinte a trinta metros. A copa arredondada proporciona boa sombra. A folhagem, de cor verde, é brilhante, variando de tons escuros a mais claros em regiões de seca ou com alta insolação. É assim que Erika Amano⁹³ e Gagnon, H. C. Lima & G. P. Lewis⁹⁴ descreve as primeiras características botânicas do pau-brasil, são estudos como esse sobre o qual nos utilizaremos, neste momento, para pensar a respeito das características botânicas do pau-brasil.

Apesar de em alguns relatos de viagens do século XVI descreverem exemplares de dimensões gigantescas, cujos troncos superariam as braçadas de três homens,

Devo começar pela descrição de uma das árvores mais notáveis e apreciadas entre nós por causa da tinta que dela se extrai: o pau-brasil que deu nome a essa região. Essa árvore, a que os selvagens chamam *arabutan* [pau-brasil] engalha como carvalho das nossas florestas e algumas há tão grossas que três homens não bastam para abraçar-lhes o tronco⁹⁵.

Contudo, o tronco (figuras 5 e tabela 1) apesar de ser geralmente irregular e suas fibras serem longas e retas, trata-se de uma espécie de porte arbóreo mediano que raramente apresenta altura superior a 20 metros. O tronco das grandes árvores adultas atualmente observadas na natureza varia entre 30 e 50 centímetros de diâmetro, raras vezes atingindo 70 centímetros. Então, é cabível nos questionar: será que eles descreviam de fato o pau-brasil ou outra planta? Por quais razões há essas diferenças entre descrição, iconografia e realidade? Inclusive essa confusão está enraizada na imaginação social, de que o pau-brasil.

A segunda árvore era também maravilhosa, mas o autor refere ainda que no país de Nicarágua existe uma árvore chamada *cerba* que engrossa a ponto de quinze homens não poderem abraçá-la⁹⁶.

Esta passagem tem sido muito utilizada por alguns pesquisadores de áreas diversas – ou seja, que não necessariamente possuem formação no curso de História –,

⁹³AMANO, Erika. *Pau-brasil, madeira e casca: formação, desenvolvimento e estrutura*. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Departamento de Botânica, 2007.

⁹⁴LEWIS, G. P. *A revision of the Poicianella – Erythrostemon Group*. Kew, Royal Botanic Garden, 1998.

⁹⁵Idem, LÉRY, 1980, p. 135.

⁹⁶Idem, LÉRY, 1980, p. 135.

para simularem o fato de que o pau-brasil em literaturas antigas seria uma árvore grandiosa e aparentemente fácil de ser localizada pelo seu tamanho e pela sua estrutura de porte avantajado, escalas essas muitas vezes estrambólicas ou jocosas. Pois, uma árvore adulta de pau-brasil tem entre 12 a 30 metros de altura e 40-70 centímetros de diâmetro. Há, portanto, uma pequena confusão de espécies, pois o próprio autor ao citar os arvoredos de portes inimagináveis para mentalidade europeia se referindo a outras regiões como a Nicarágua e outras árvores como a *cerba*. Muito embora, tenha sido realizado alguns estudos e descobertas de árvore de pau-brasil com idades avançadas AP 500 anos, como foi registrado ao sul do estado da Bahia um exemplar medindo 7.13 metros de CAP – circunferência na altura do peito – e 1.30 metros do solo, ou seja 2,27 metros DA– Diâmetro aproximado⁹⁷.

Imagem 4: Detalhe da Carta do Brasil, 1519.



Legenda: Indígenas administrando o corte e retirada de pau-brasil na costa brasileira. **Fonte:** "Terra Brasilis", Miller Atlas, 1519, Biblioteca Nacional Francesa em Paris.

Podemos até mesmo perceber que, na própria iconografia produzida ao longo do primeiro século de presença europeia no Brasil, as árvores representadas jamais possuíam grandes dimensões e suas toras (tanto as armazenadas quanto as transportadas pelos indígenas) não ultrapassavam as medidas do dorso de um homem.

⁹⁷MENEGASSI, DUDA. *Pau-brasil com mais de 600 anos é descoberto no sul da Bahia*. Apoia ((o))eco – 8 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/pau-brasil-com-mais-de-600-anos-descoberto-no-sul-da-bahia/>. Acesso em 27 de julho de 2022.

Em 1517, o rei D. Manuel I de Portugal entregou a Lopo Homem um foral que lhe confere o privilégio de certificar e alterar todas as agulhas de bússola nas embarcações. Esta carta foi revalidada em 1524 pelo Rei D. João III de Portugal. Sempre que outra pessoa realizasse essas tarefas, deveria ter pago ao cartógrafo vinte *cruzados*⁹⁸. Dois anos depois, Lopo Homem participou da confecção do atlas conhecido como *Lopo Homem-Reineis Atlas* ou *Miller Atlas* com o cartógrafo Pedro Reinel e seu filho, Jorge Reinel. Eles foram considerados os melhores cartógrafos de sua época, com o imperador Carlos V querendo que trabalhassem para ele⁹⁹¹⁰⁰.

Outra característica é que, quando jovem, a casca (Imagem 5 e Tabela 1) tem cor cinza claro e quantidade variável de acúleos (falsos espinhos) que recobrem também os galhos, mas diminuem sensivelmente com a idade da planta. Trata-se de uma árvore de crescimento lento, mas com grandes variações nesse ritmo dependendo da região, das condições climáticas, e de serem árvores cultivadas ou silvestres. Além disso, o cerne (Imagem 5 e Tabela 1) é mais denso e escuro nas árvores de florestas nativas, que crescem mais lentamente do que as cultivadas. É no cerne que se concentra a *brasilina*, pigmento quanto exposto ao ar se transforma em vermelho púrpura. Pigmento que durante séculos tingiu as vestes da elite europeia.

⁹⁸CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae monumenta cartographica (v. IV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Reprodução fac-similar da edição de 1960.

⁹⁹VITERBO, Sousa. *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, Séculos XVI e XVII*. Lisboa: INCM, 1988.

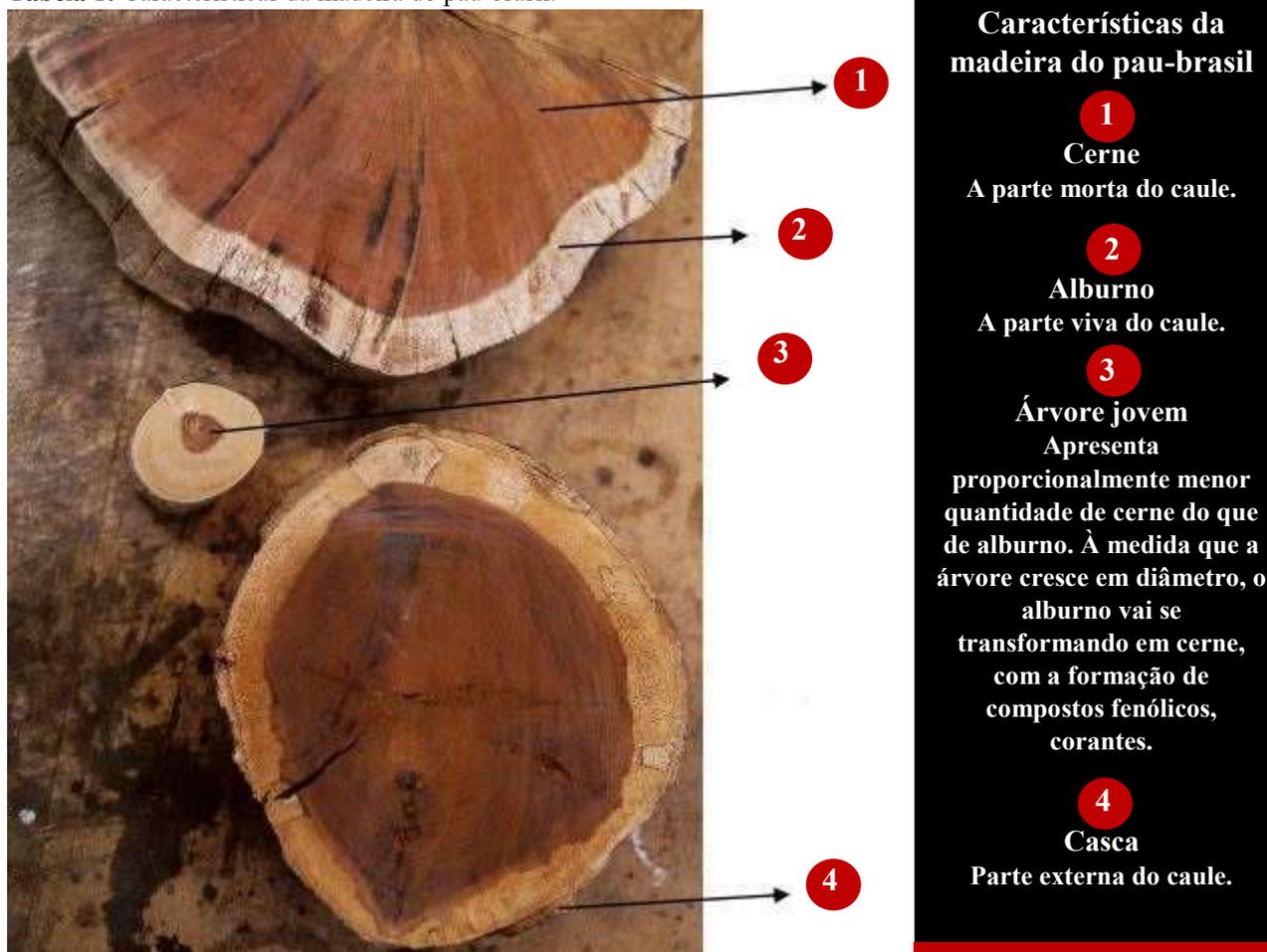
¹⁰⁰DIAS, Maria Helena; BOTELHO, Henrique Ferreira (coord.). *Quatro séculos de imagens da Cartografia portuguesa = Quatro séculos de imagens da Cartografia Portuguesa (2ª ed.)*. Lisboa: Comissão Nacional de Geografia [etc.], 1999. ISBN 972-765-787-7.

Imagem 5: Tronco de pau-brasil com corte até o cerne, Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Legenda: Sequência de cortes ligeiramente verticais feitos no centro do tronco do pau-brasil, que lhe atravessa da casca até o cerne. **Fonte:** Fabio Colombini – Jardim botânico, Rio de Janeiro, RJ.

Em ambiente natural, onde há intensa disputa por luz, o tronco se torna mais regular e retilíneo, com formação da copa acima de dez metros de altura. Nas plantas jovens, o alburno (camada, como dita, imediatamente sob a casca) é amarelo esbranquiçado. É uma madeira resistente inclusive à umidade, e bastante pesada, o que faz que afunde na água.

Tabela 1: Características da madeira do pau-brasil.

Legenda: Esquema representativo de como podemos averiguar os percursos de crescimento do pau-brasil; a cor da madeira é pardo-amarelada-claro, e depois de cortada se torna vermelha. **Fonte:** Éverton Alves Aragão, 2022.

Características da madeira do pau-brasil

1

Cerne

A parte morta do caule.

2

Alburno

A parte viva do caule.

3

Árvore jovem

Apresenta

proporcionalmente menor quantidade de cerne do que de alburno. À medida que a árvore cresce em diâmetro, o alburno vai se transformando em cerne, com a formação de compostos fenólicos, corantes.

4

Casca

Parte externa do caule.

Há indicações da existência de pelo menos três variedades de *Paubrasilia echinata* Lam. no Brasil, que se diferenciam basicamente pelo tamanho das folhas, que têm longa duração. Temos a variedade de folha menor – do tamanho da folha de arruda; a variedade que apresenta folhas de porte médio – do tamanho das do cafeeiro; e a terceira variedade com as maiores folhas – de tamanho semelhante ao das laranjeiras. Todas elas são bipinadas, isso quer dizer que ela é duplamente pinada (cada lado tem um folíolo).

Na imagem 6, temos como exemplo representativo o segundo tipo de folha, a qual exhibe folíolos menos numerosos, porém maiores: de três a oito folíolos de cerca de sete centímetros e de três a cinco pinas cada. Entretanto, há indicações da existência de pelo menos três variedades de folhas, que se diferenciam basicamente pelo tamanho. A variedade de folha menor é a mais comum sendo encontrada desde o Rio Grande do Norte

até o Rio de Janeiro. Essa variedade apresenta quantidade maior de folíolos e de pinas do que as outras duas variedades: de doze a 21 folíolos de quatro centímetros e de cinco a dez pinas cada.

Imagem 6: Folhas de pau-brasil, UFCG.



Legenda: Folíolos de pau-brasil do tipo mais comum – os menores, que se assemelham ao tamanho de folhas de arruda. (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). **Fonte:** Éverton Alves Aragão – Universidade Federal de Campina Grande, Campus I, PB.

Com relação às flores (Imagens 7 e 8), podemos dizer que são amarelo-ouro, muito perfumadas e hermafroditas (bissexuadas). Cada uma possui cinco pétalas longas com diminutos pelos em ambas as faces, sendo que em uma delas apresenta uma mancha vermelha-púrpura na base da face interna. As flores estão reunidas num cacho simples, composto por cerca de quarenta unidades.

Para muitos, são as flores do pau-brasil – com exceção da cor rubra do cerne – uma das partes mais bela da árvore. Porém, devemos destacar, conforme aponta Lorelai Kury¹⁰¹, que no emaranhado trânsito da circulação das plantas, elas nunca permanecem as mesmas. Somos nós, seres humanos, que aprimoramos ou inibimos suas virtudes,

¹⁰¹Ibidem, KURY, 2013.

aumentamos ou diminuimos sua importância. Enfim, somos nós que fazemos com que as plantas, as flores, sejam desprezadas ou admiradas.

Imagem 7: Flores de pau-brasil, UFCG.



Imagem 8: Flores de pau-brasil, UFCG.



Legenda: Flores de pau-brasil em processo em período de pico (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). **Fonte:** Éverton Alves Aragão – Universidade Federal de Campina Grande, Campus I, PB, 2019.

Já o fruto (Imagens 9, 10 e 11) é uma vagem rígida recoberta por espinhos, surge pouco depois da polinização das flores – normalmente realizada por abelhas –, sendo de coloração verde na fase jovem e marrom na fase madura. Trata-se de uma vagem do tipo deiscente – isto é, abre de forma explosiva –, que expele suas sementes a uma distância de até oito metros.

Imagem 9: Fruto verde de pau-brasil, RJ.



Imagem 10: Fruto maduro de pau-brasil, UFCG.



Legenda: Fruto de pau-brasil em processo de maturação (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). **Fonte:** Fabio Colombini – Jardim botânico, RJ. Éverton Alves Aragão – Universidade Federal de Campina Grande, Campus I, PB, 2019.

Como dito, os frutos se abrem espontaneamente após a maturação, liberando as sementes. Os frutos, que são normalmente secos, se torcem ao liberar as sementes para

ajudar a aumentar a distância de dispersão das sementes. O tempo de amadurecimento das vagens no Nordeste é de trinta a 35 dias a partir da queda das flores. Já no Sudeste, ocorre em torno de cinquenta dias após o pico da floração.

Imagem 11: Fruto de pau-brasil após a maturação, UFCG.



Legenda: Semente de pau-brasil após o processo de maturação (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). **Fonte:** Éverton Alves Aragão – Universidade Federal de Campina Grande, Campus I, PB, 2019.

As sementes são achatadas, circulares, elípticas, de textura lisa e brilhante, medindo de 0,8 a 1,5 centímetros de diâmetro e 0,3 centímetros de espessura. Sua cor costuma ser castanha, com pontos de tonalidades que vão do verde ao arroxeadado, embora algumas árvores produzam sementes totalmente arroxeadas e outras totalmente marrons.

Por fim, com relação a raiz, ela se caracteriza por ser do tipo axial ou pivotante, ou seja, a planta se caracteriza por ter uma raiz principal que penetra verticalmente o solo, dando origem a raízes laterais secundárias. Esse tipo de raiz proporciona grande estabilidade à árvore, permitindo-lhe ocupar os estratos mais altos da Mata Atlântica.

2. O pau-brasil é um sujeito no campo da geografia

Hoje, a árvore de pau-brasil não está tão distante de nós, registrada e cravada apenas no passado. A geografia deste lenho se estende de forma saudável e consciente em parques botânicos, vias urbanas, residências, em escolas e universidades. Mas, como explicar esse fato? Assim como em muitos momentos da história global, plantas e objetos circulam cada vez mais no espaço e se adaptam com o passar do tempo em diferentes biomas, podemos destacar que assim se insere o pau-brasil. Soma-se a isso o intenso investimento político, crescente na década de 1970, em tornar o pau-brasil um símbolo nacional.

LEI Nº 6.607, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978. **Declara o Pau-Brasil árvore nacional e dá outras providências.** O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faz saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É declarada Árvore Nacional a leguminosa denominada Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*, Lam.), cuja festa será comemorada, anualmente, quando o Ministério da Educação e Cultura promoverá campanha elucidativa sobre a relevância daquela espécie vegetal na História do Brasil. Art. 2º O Ministério da Agricultura promoverá, através de seu órgão especializado, a implantação, em todo o território nacional, de viveiros de mudas de pau-brasil, visando à sua conservação e distribuição para finalidades cívicas. Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 7 de dezembro de 1978, 157º da Independência e 90º da República¹⁰².

Sendo assim, o Ministério da Agricultura, através de seu órgão especializado, promoveria a implantação, em todo o território nacional, de viveiros de mudas de pau-brasil, visando a sua conservação e distribuição para finalidades “cívicas”. Porém, notamos que a árvore foi declarada “árvore nacional” e não “símbolo nacional”. Além disso, conforme foi visto, não fica instituído o dia 3 de maio como o dia do pau-brasil, já que a expressão foi retirada. Ainda assim, o objetivo principal, que é de lembrar a árvore, conduz a uma ideia de que a árvore é um dos símbolos do país¹⁰³.

Desta forma, percebemos que após a Lei de 1978, provavelmente várias mudas de pau-brasil foram espalhadas por regiões “brasileiras”, onde a árvore não ocorre naturalmente. Conforme Lima¹⁰⁴, isso acrescenta a ideia de que a intenção de conservar

¹⁰²ERNESTO GEISEL. Alysson Paulinelli Euro Brandão. Lei nº 6.607, de 7 de dezembro de 1978. Declara o Pau-Brasil Árvore Nacional, institui o dia do Pau-Brasil, e dá outras providências. Ato em alusão ao 157º aniversário da Independência e 90º da República. Grifo meu.

¹⁰³Idem, LIMA, 2009.

¹⁰⁴Idem, LIMA, 2009.

e de plantar era envolvida por um ato simbólico. Era como se fosse necessário um exemplar em cada região de um país imenso, trazendo a ideia de que todos os “brasileiros” eram responsáveis pelo plantio daquela árvore.

Como observam Hobsbawm e Ranger¹⁰⁵, toda tradição é uma invenção que surgiu em algum lugar do passado, podendo ser alterada em algum lugar do futuro. As tradições estão sempre mudando, mas há algo em relação à noção de tradição que pressupõe persistência: se for tradicional, uma crença ou prática tem uma integridade e continuidade que resistem aos contratempos e às mudanças.

O domínio da Mata Atlântica engloba um variado conjunto de ecossistemas florestais (Florestas Ombrófilas Densas, Florestas Estacionais, Florestas Ombrófilas Abertas e Mistas, Matas Serranas do Nordeste), vegetação de restingas, manguezais, praias e vegetação de dunas que apresentam um alto grau de endemismo e representam um rico patrimônio natural e histórico-cultural que deu fundamento a própria identidade nacional¹⁰⁶.

Segundo Giddens¹⁰⁷, a tradição é contextual, gradativa, uma combinação de ritual e verdade formular. É a verdade formular que torna os aspectos centrais da tradição intocáveis e confere integridade ao presente em relação ao passado¹⁰⁸. A tradição percebida como dinâmica e não estática é, enfim, uma maneira de evitar choques entre diferentes valores e modos de vida, agindo como articuladora de atores e grupos sociais (incorporando relações de poder e naturalizando-as), entre as diferentes instâncias do mundo social.

É provável que a árvore tenha sido plantada simbolicamente desde o início do século XX, pois o Dia da Árvore foi comemorado no Brasil pela primeira vez na cidade de Araras, no Estado de São Paulo, em 1902. Na primeira década do século XX também na “cidade jardim” de Belo Horizonte, há comemorações do Dia da Árvore. Em 1925, um decreto federal oficializou o dia 21 de setembro para a comemoração em todo o país. Uma das características daquelas primeiras comemorações era a associação entre árvores e nação. Dessa forma, até meados de 1920 a comemoração do Dia das árvores foram

¹⁰⁵HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁰⁶ALMDEIDA, D., S. Recuperação ambiental da Mata Atlântica. Ilhéus: Editus, 2000. p. 130.

¹⁰⁷GIDDENS, A. Risco, confiança e reflexividade. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização Reflexiva. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

¹⁰⁸ Ibidem, GIDDENS, A., 1997, p. 127.

inúmeras vezes realizada no mesmo dia da data da Proclamação da Independência do Brasil, sete de setembro, numa clara associação entre a nação e a natureza de seu território¹⁰⁹.

Imagem 12: Pau-brasil ao lado direito da Biblioteca Central da UFCG.



Legenda: Árvore de pau-brasil de AP 15 anos, localizada ao lado direito da Biblioteca Central. **Fonte:** Éverton Alves Aragão – Universidade Federal de Campina Grande, Campus I, PB, 2019.

¹⁰⁹A tese do historiador José Luiz de Andrade Franco, intitulada *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940* traz uma releitura de alguns cientistas brasileiros pioneiros na reflexão sobre a riqueza natural do Brasil. Frederico Carlos Hoehne, Cândido de Mello Leitão, Armando Magalhães Corrêa e Alberto José Sampaio são alguns autores que viam a natureza brasileira como um fator marcante de sua identidade.

FRANCO, J.L.A. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940*. Tese de. Doutorado, Departamento de História da Universidade de Brasília, 2002. Citado por DRUMMOND, Jose Augusto. “Anotações de um integrante de bancas examinadoras”. In *Ambiente e Sociedade*, vol. V, nº 2, ago.-dez., 2002 e nº 1, jan.-jul., 2003.

Enfim, para efeito de aprofundamento, e para uma reflexão mais próxima com a realidade que nos cerca. Casos parecidos com o da imagem 12 são registrado no campus de Campina Grande, da Universidade Federal de Campina Grande¹¹⁰, no Agreste do estado da Paraíba – conforme observamos na imagem 12, logo acima. Bem como em zonas domiciliares ao longo da cidade, em que grandes árvores adornam os quintais e as fachadas das casas.

1. 1. A Mata Atlântica Brasileira: percepções geográficas

Na época dos primeiros contatos entre europeus com o atual território brasileiro, uma cobertura florestal praticamente contínua e diversificada, estendia-se ao longo da costa, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, com amplas extensões para o interior, cobrindo quase totalidade dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além de partes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e Mato Grosso do Sul. A partir disso percebemos que o pau-brasil teve uma distribuição muito mais ampla ao longo da costa oriental do Brasil; sempre, porém, dentro do domínio da Mata Atlântica e das florestas estacionais a ela associadas.

Porém, não existe um conceito único de Mata Atlântica pois alguns autores consideram apenas as florestas densas da costa atlântica como a verdadeira Mata Atlântica, outros, também incluem as florestas do interior do Brasil; por ser um complexo vegetal, seu conceito deve inclui “todas as formações florestais que fazem parte do Domínio das Matas Atlânticas, juntamente com seus ecossistemas associados¹¹¹”.

Assim, o Domínio da Mata Atlântica pode ser considerado como “um bloco florestal heterogêneo, porém com substituições contínuas de suas espécies ao longo de toda sua extensão”¹¹². Para mais, não discuto a respeito das definições existentes sobre o Domínio Atlântico em questão. Mas, concordo que todo esse domínio florestal atlântico deve ser entendido como um conjunto de formações de vegetação determinando pelas condições geológicas, geomorfológicas, climáticas, hidrológicas e

¹¹⁰Através de catalogação própria foi enumerado o valor de 4 árvores de pau-brasil, plantadas por iniciativa desconhecida, no campus de Campina Grande.

¹¹¹FURLAN, S. A. & NUCCI, J. C. *A conservação das florestas tropicais*. São Paulo: Atual, 1999.

¹¹² SCUDELLER, V. V. *Análise fitogeográfica da Mata Atlântica – Brasil*. Tese (Doutorado em Biologia) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

pedológicas e toda as inter-relações entre o meio físico e a biota, além dos fatores antrópicos que atual em sua transformação.

Mapa 1: Área de ocupação pela Mata Atlântica brasileira, século XV.

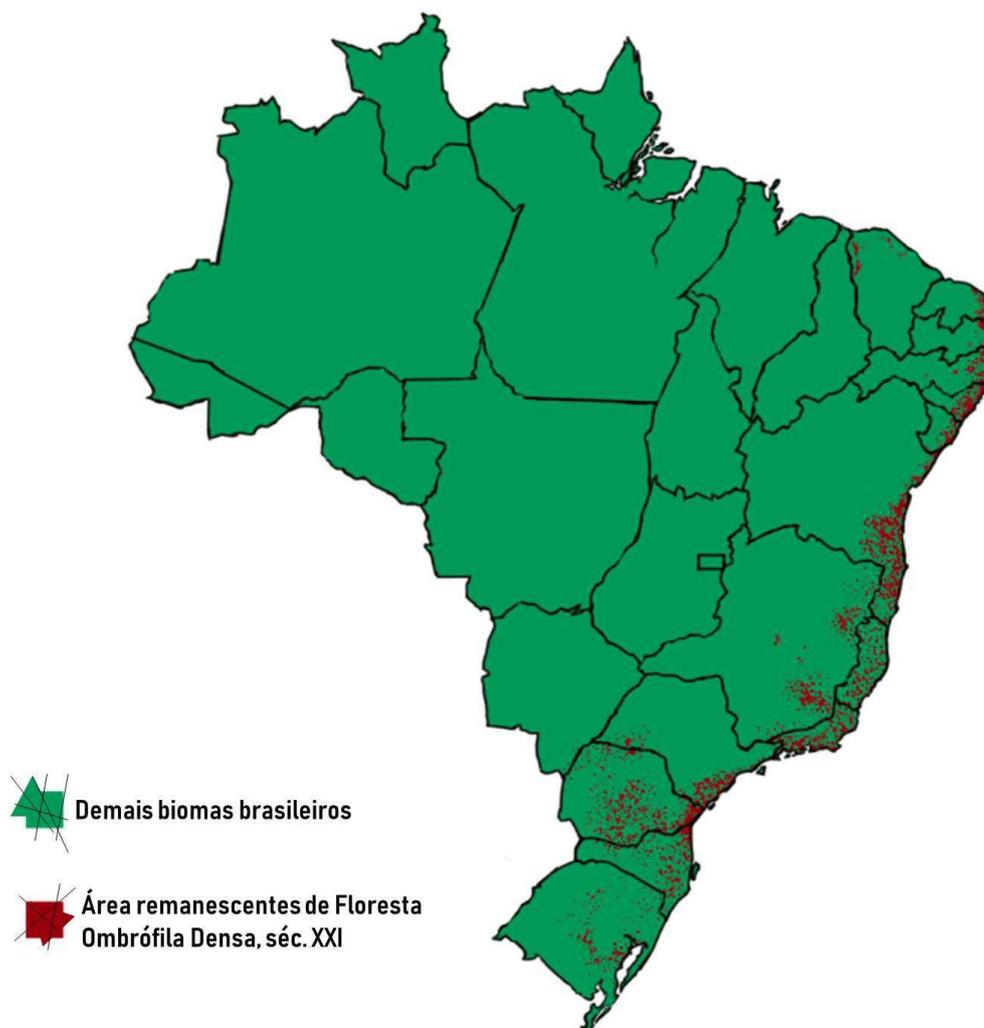


Legenda: Cobertura vegetal da Mata Atlântica brasileira abrangia diferentes regiões e grande parte dos estados costeiros do território da América Portuguesa no século XV. **Fonte:** Éverton Alves Aragão, 2022. **Ilustração** feita por Matheus Viana Sales – Santa Cruz do Capibaribe, 2022.

Porém, como bem sabemos, o pau-brasil é uma espécie de grande importância econômica e possui o histórico de mais de 500 anos de exploração. E sendo típica da Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados do mundo, e ocorre em Floresta Estacional Semi-decidual, Floresta Ombrófila Densa e em Restingas, ambientes que vêm sendo severamente degradados desde a colonização até os dias de hoje, o que causou um intenso declínio na qualidade do hábitat, e a extinção de subpopulações. Essas extinções locais foram responsáveis pela fragmentação da espécie, que passou a apresentar distribuição

agregada, causando redução da variabilidade genética, com fluxo gênico cada vez menor entre as subpopulações.

Mapa 2: Área remanescente de Floresta Ombrófila Densa.

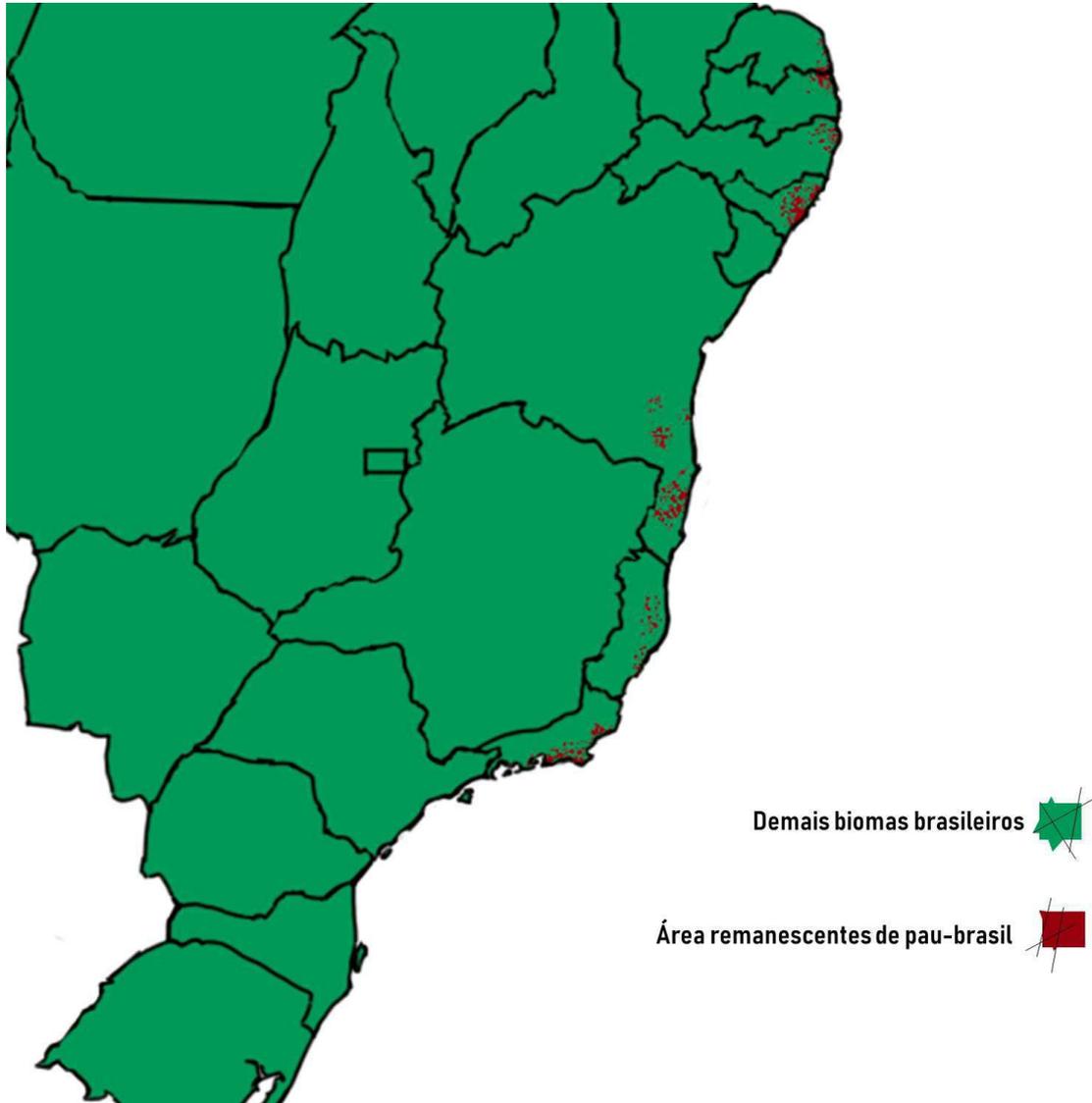


Legenda: Apesar da representação espaça de área remanescentes de Floresta Ombrófila Densa, 63% das espécies também ocorrem em outras formações florestais, como: cerrado, floresta estacional semidecidual e floresta montana de Pernambuco. **Fonte:** Éverton Alves Aragão, 2022. **Ilustração** feita por Matheus Viana Sales – Santa Cruz do Capibaribe, 2022.

O Domínio da Mata Atlântica foi, inicialmente, alterado pela “exploração da madeira de suas árvores, sendo em seguida substituída pela agricultura e pecuária. A construção inicial dos povoados na zona costeira, o que permanece até hoje, com o crescente aumento em seus números e densidades, é mais um fator de pressão sobre esse

domínio¹¹³. No Nordeste do Brasil, existe atualmente apenas 2% da floresta original que se encontra dispersa na forma de pequenos fragmentos, circundados por áreas abertas ou localizados dentro de áreas urbanas, sendo esta considerada a região mais ameaçada da Mata Atlântica em todo território¹¹⁴.

Mapa 3: Área remanescente de pau-brasil.



Legenda: De acordo com dados disponíveis no Centro Nacional de Conservação da Flora, a demanda anual da espécie é de 200 m³, o que permite estimar que de 125 a 1.131 indivíduos maduros (variando de acordo com o porte) estejam sendo retirados da natureza. **Fonte:** Éverton Alves Aragão, 2022 – Adaptado: CNFlora, 2012. **Ilustração** feita por Matheus Viana Sales – Santa Cruz do Capibaribe, 2022.

¹¹³LANDIM DE SOUZA, M. F. & SIQUEIRA, E. R. *Caracterização florística e ecológica da Mata Atlântica de Sergipe*. In: SIQUEIRA, E. R. & RIBEIRO, F. E. *Mata Atlântica de Sergipe*. Aracaju: Embrapa, 2001, p. 9-50.

¹¹⁴RANTA, P et al. The fragmented Atlantic rain forest of Brazil: size, shape and distribution of forest fragments. *Biodiversity Conservation*, v.7, p. 385-403, 1998.

Embora revogada, a Portaria IBAMA n.37-N, de três de abril de 1992¹¹⁵, declarou o pau-brasil como espécie da flora brasileira em perigo de extinção. Todas as ações que contribuírem para a retirada da espécie dessa categoria são importantes, uma vez que o número de árvores ameaçadas e em perigo de extinção existentes num país é parâmetro para mensurar a seriedade e a com e competência da nação no gerenciamento e manutenção de seu respectivo patrimônio ambiental remanescente, ou seja, de sua diversidade biológica.

O mapa 3 foi baseado no registro de ocorrência elaborado pelo CNCFlora¹¹⁶, trata-se de uma representação espacial da distribuição da espécie, baseada nos registros de amostras botânicas disponíveis em plataformas de dados online e devidamente validados pelo especialista botânico. Cada registro possui uma série de informações associadas (ex.: o coletor, o ano da coleta, o estado, o município, uma descrição da localidade e a posição geográfica da coleta, ou seja, as coordenadas geográficas) descritas pelo coletor da amostra botânica. Essas informações nem sempre estão completas ou corretas, sendo necessária à sua correção para que o registro possa ser usado na avaliação de risco de extinção. Portanto, os analistas do CNCFlora realizam um processo criterioso de verificação e aferição das informações, geralmente, atribuindo um par de coordenadas ao registro para localizá-lo espacialmente.

Tabela 2: Áreas de ocorrência natural de pau-brasil.

Estado	Distribuição
RN	Do extremo sul ao Cabo de Touros
PB	Mamanguape e Camaratuba
PE	São Lourenço da Mata até Vitória de Santo Antão, Nazaré da Mata, Tracunhaém, Pau-d'Alho, Timbaúba e Goiana
AL	Junqueira
BA	Porto Seguro, Eunápolis, Itamaraju, Barrolândia, Jussari, Ipiaú, Caraíva, Camacã, Pau-brasil, Ubaitaba, Tapera e Guaratinga
ES	Aracruz
RJ	Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Rio de Janeiro e Guaratiba
SP	Ilhabela e Ubatuba

Legenda: Distribuição de localidades e estados em que há ocorrências de pau-brasil ao longo da Mata Atlântica. **Fonte:** Éverton Alves Aragão, 2022 – Adaptado: CNFlora, 2012.

¹¹⁵IBAMA. Portaria 37, de 03 de abril de 1992. *Reconhece e publica a lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.* Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=95519>>. Acesso em 30 de julho de 2022.

¹¹⁶CNCFlora. *Caesalpinia echinata in Lista Vermelha da flora brasileira versão 2012.2.* Centro Nacional de Conservação da Flora. Disponível em: <http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Caesalpinia_echinata>. Acesso em 28 julho 2022.

A partir das informações apresentadas (mapa 3 e tabela 2) podemos perceber alguns aspectos, tais como: 1) as áreas remanescentes onde a espécie ocorre se localizam, de modo geral, na zona costeira, em locais tipicamente florestados. 2) por mais que se considere que o pau-brasil está em sua totalidade retido no passado e no dito “ciclo do pau-brasil”, hoje, há diversas informações precisas sobre a distribuição da espécie e estimativas do tamanho das populações ou da área total de florestas com o pau-brasil.

É importante acrescentar que, ao lermos o livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, do brasilianista Warren Dean, fica claro que, o corte do pau-brasil não foi o fator de destruição da Mata Atlântica, até porque este bioma não tinha a sua flora composta em sua totalidade por essa árvore, e, também é possível notar que, a partir somente do século XIX que se instalou um severo processo de degradação da floresta.

Nos primeiros séculos de presença europeia, contudo, devido a agricultura itinerante dos grupos indígenas, e, o processo da coivara, criou-se imensos espaços vazios, o que contribuiu (embora não propositalmente) para a conservação da floresta primária e recuperação de muitas áreas secundárias. Pois, nesta prática que consiste na abertura de uma clareira onde são feitas plantações de culturas de subsistência, durante 1 ou 2 anos; após esse período, o local é abandonado e a floresta acaba se regenerando de floresta secundária. Nesse mesmo sentido, a extração do pau-brasil e os cultivos de cana-de-açúcar e trigo, embora extremamente degradadores em âmbito local, não foram preponderantes para a destruição da vegetação nativa de forma ampla e larga, que permaneceu conservada em grande parte de sua ocorrência até pelo menos, o século XIX¹¹⁷.

Entretanto, não havia uma "consciência ecológica", ou qualquer preocupação com o uso do solo, e cada vez mais, havia uma divisão clara entre o que era civilização e "mundo natural", que passava, inclusive, a ser desprezada pela modernidade. Ao contrário do que havia ocorrido em suas colônias na Ásia, os portugueses não demonstravam grande interesse pela biota americana, com exceção de alguns jesuítas: este fato foi mudar a partir do século XIX, com a chegada do rei D. João VI ao Brasil em 1808, permitindo, inclusive, a entrada de cientistas que não eram portugueses. Mas,

¹¹⁷Ibidem, DEAN, 2004.

o incentivo da Coroa Portuguesa em se conhecer a Mata Atlântica era mais por motivos econômicos, do que por "curiosidade": o objetivo era conhecer a região para que fosse possível fazer a introdução de espécies exóticas tropicais, vindas da África e Ásia¹¹⁸.

Segundo Warren Dean¹¹⁹, somente a partir do século XVIII, há uma aceleração na devastação da floresta no Sudeste, principalmente devido ao “ciclo do ouro” e a criação de gado, inclusive, com a introdução de pastagens exóticas, o que deve ter destruído pelo menos, 30 mil km² da Mata Atlântica nesse século. Em Ouro Preto, por exemplo, a extração do ouro, além do desmatamento, provocou erosão e surgimento de inúmeras voçorocas – um fenômeno geológico que consiste na formação de grandes buracos de erosão causados pela água da chuva e intempéries em solos onde a vegetação não protege mais o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas.

Enfim, mais do que no passado, ou tanto quanto no passado: o pau-brasil é uma árvore que se localiza sobretudo em meio a um ecossistema ameaçado. E a Mata Atlântica assim como tantas outras florestas equatoriais foi o palco da maior tragédia ecológicas verificada no Brasil. O cenário, portanto, não pode ser separado do desenrolar desta história.

¹¹⁸Ibidem, DEAN, 2004.

¹¹⁹Ibidem, DEAN, 2004.

CAPÍTULO III

A MATA ATLÂNTICA BRASILEIRA E A CAPITANIA DE PERNAMBUCO

1. Olhares florestais, perspectivas históricas

Poucos ecossistemas no Brasil apresentam uma situação de diversidade semelhante à que ocorre na extensa formação costeira brasileira conhecida como Mata Atlântica, onde a paisagem apresenta-se multi-fragmentada e profusamente variada ao longo do litoral. Este mosaico de florestas pluviais, planícies e montanhas costeiras, denominado em conjunto de mata atlântica, ocupa principalmente a vertente atlântica das serranias.

A ancianidade da Mata Atlântica é um fator relevante e presente em todas as suas manifestações, quer bióticas ou abióticas. Segundo Leitão-Filho¹²⁰, a floresta atlântica é a formação florestal mais antiga do Brasil, sendo que a maioria das famílias de angiospermas modernas estabeleceram-se na era Mesozóica, no final do período Cretáceo – há cerca de 70 milhões de anos¹²¹. As particularidades de sua formação geológica estão ligadas ao fato de que a Mata Atlântica reveste uma ampla faixa de domínios estruturais e geológicos, abarcando distintas formas geomorfológicas. Apesar da ocorrência de solos muito distintos, uma característica comum à maioria dos mesmos é a sua baixa fertilidade.

Somando-se a este fator, é preciso salientar que a megadiversidade, característica da Mata Atlântica, é influenciada pela variedade de biótopos: sua altitude varia do nível do mar a quase três mil metros, apresentando encostas voltadas para diferentes quadrantes geográficos. A variabilidade de climas deste bioma também é intensa, seja na dimensão horizontal (alterações ligadas à amplitude latitudinal), como na vertical (os gradientes altitudinais e fitofisionômicos que a compõem).

Toda esta variabilidade no quadro físico forma a base para o estabelecimento de ecossistemas extremamente diversos no que se refere a sua biocenose. Em qualquer escala em que se estude a Mata Atlântica, impõem-se as elevadas diversidades genéticas de espécies, ecossistemas e da própria paisagem.

¹²⁰LEITÃO FILHO, H. (org.). *Ecologia da mata atlântica em Cubatão*. Campinas: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 184 p.

¹²¹SALGADO-LABORIAU, M. L. *História ecológica da Terra*. São Paulo: Edgard Blücher, 1994. 304 p.

Em contraste com essa diversidade e exuberância, é importante levar em consideração que mais de 70% da população brasileira vivem no território da Mata Atlântica. Além de abrigar a maioria das cidades e regiões metropolitanas do país, a área originalmente coberta pela floresta sedia também os grandes polos industriais, petroleiros e portuários do Brasil, respondendo por mais de 80% do PIB nacional.

No quadro das resultantes ambientais deste processo, um campo amplo de estudos é o da transformação da paisagem pela ação do homem. A paisagem atual da Mata Atlântica constitui um sistema extremamente complexo, em que processos evolutivos chegaram ao presente evidenciando como característica uma marcada interação com a presença humana, que alteraria para sempre seu funcionamento, estrutura e espacialização. Seja qual for o recorte histórico – os grupamentos de coletores-caçadores do litoral de cinco mil anos atrás; os aldeamentos indígenas que os sucederam; as populações tradicionais já mestiçadas com o branco (caiçaras, etc.), ou os ciclos econômicos que tiveram a Mata Atlântica como palco, a característica principal sempre foi a substituição da paisagem natural pela cultural.

Mais recentemente, somou-se a estes a grande expansão dos centros urbanos e industriais, que acrescentou novos agentes à dinâmica desta formação, como deposição de poluentes, uso intensivo de encostas, turismo descontrolado, etc. Assim, a dimensão da presença humana na Mata Atlântica, em quaisquer escalas ou recortes de tempo, parece ser um fato marcante e constitui um processo interativo, cuja característica principal é apresentar sua gênese e atuais manifestações ligadas ao passado.

2. Distribuição geográfica do pau-brasil na literatura do passado

A capitania de Pernambuco, em seu auge territorial, abrangia os atuais estados federados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e a porção oeste do atual estado da Bahia, região à época denominada "Comarca do Rio de São Francisco", que hoje corresponde, grosso modo, à mesorregião estatística do Extremo Oeste Baiano. O Além São Francisco, outra denominação da região, em 1824 foi desmembrado de Pernambuco por ordem do imperador Dom Pedro I como punição pela participação da elite política pernambucana no movimento separatista da Confederação do Equador.

Há uma diversidade de relatos sobre a natureza, ao longo dos séculos de contato entre a Europa e o Brasil. Através desses relatos, de cronistas e viajantes, conseguimos perceber manifestações significativas da imaginação daqueles que escreveram, mas também temos em mãos múltiplas possibilidades, tais como: “a possibilidade de perceber limites históricos do olhar, ou seja, os significados do que a visão pode captar, como criação e descrição, recortando objetos do contexto, ou compondo novos contextos”¹²².

E mais, a diversidade de temas que encontramos nesses relatos aproximam as ciências físicas, biológicas e humanas, e, justamente por isso escolhemos alguns desses relatos como fonte. Nesse sentido, a partir desses documentos históricos e referências bibliográficas, podemos obter informações sobre a distribuição geográfica do pau-brasil a partir do século XVI.

No geral, ao longo do século XVI, averiguamos que há relatos de viajantes e registros de ocorrência do pau-brasil nos atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse sentido, tinha-se ocorrência do pau-brasil de melhor qualidade ao longo do litoral do atual Nordeste, por outro lado, a madeira, após os primeiros séculos de exploração, quase não era mais encontrada ao sul de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro¹²³.

O geógrafo Yuri Tavares Rocha¹²⁴ comenta que, o pau-brasil ocorria nas matas costeiras localizadas entre Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro, até Nísia Floresta – cidade localizada a 36 quilômetros ao sul de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Além disso, cita que não havia pau-brasil na capitania de São Vicente, nem no litoral norte do atual estado de São Paulo ou em suas ilhas (tais como São Sebastião e Anchieta), nem tão pouco ao sul do Rio de Janeiro, como a região da ilha Grande.

2. 1. 1. Bahia e Sergipe

Na atual Bahia há relatos que já em 1590, era registrada a ocorrência de pau-brasil na então Capitania da Baía de Todos os Santos, mas localizado em matas um pouco mais distante do litoral, em comparação à forma que era encontrado no Rio de Janeiro ou em Pernambuco. Também ocorria em Geremoabo, Porto Seguro, Ilhéus, Jequiçá, Jequié

¹²²Ibidem, FIGUEIREDO, 2013, p. 12.

¹²³Op. cit, Sousa, 1978; Op. cit, Silva 1999.

¹²⁴ROCHA, Yuri Tavares.

e nas margens do rio Real – hoje linha divisória entre a Bahia e Sergipe. Em 1610, no rio Patipe (Pipite), ao norte de Ilhéus, muitas caravelas de cem toneladas chegavam para buscar o pau-brasil, considerado de grande qualidade e com facilidade de acesso e carregamento.

Em 1612, em Porto Seguro e nas margens dos rios Macuripe (Mucuri), Peruípe e Caravelas havia muito pau-brasil de grande qualidade; porém, já não era mais encontrado nas cercanias da baía de Todos os Santos. Em 1668, o pau-brasil era abundante e formava matas inteiras desde o rio São Francisco até o rio Paraíba, além da região entre o rio das Contas e o rio Santa Cruz, na região de Porto Seguro e também na região de Ilhéus. Entre 1784 e 1787, toras de pau-brasil eram retiradas das regiões de Porto Seguro, Ilhéus, Vila da Cachoeira, rio das Contas e rio Patipe. Em 1950, o pau-brasil era encontrado em maiores quantidades na Bahia. Em 1998, uma população de pau-brasil foi localizada e estudada em Eunápolis¹²⁵.

Em Sergipe, no século XVI, o pau-brasil ocorria na região de Propriá e nas margens do rio Cerigipe ou Sergipe¹²⁶ e do rio Cotinguiba¹²⁷. Alguns documentos consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) apresentavam os topônimos sergipanos Ibira e Ibura como locais ou regiões de onde era extraído pau-brasil, de meados até o final do século XVIII. Em 1994, o pau-brasil ocorria raramente na Serra de Itabaiana¹²⁸.

2. 1. 2. Alagoas e Rio Grande do Norte

Em 1587, no atual estado de Alagoas, existia pau-brasil às margens do rio Santo Antônio Merim, do rio São Miguel e do rio Coruripe, além da região do porto dos Franceses. Em Poxim, antigamente chamada de Vila Real de São José do Poxim do Sul, ao sul de Maceió, existiam também nessa época, densas florestas onde predominava o pau-brasil. Na região de Coruripe, também ao sul de Alagoas, existia muito pau-brasil, onde possivelmente existiu um entreposto comercial francês nas margens do rio Coruripe, para melhorar sua exploração¹²⁹.

¹²⁵CARDOSO et al., 1998.

¹²⁶Op. cit, SOUSA, 1978.

¹²⁷Op. cit, SOUSA, 1978.

¹²⁸CARVALHO, 1994 *apud* ROCHA 2010.

¹²⁹Op. cit, SOUSA, 1978.

Documentos do século XVIII consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) indicaram os seguintes topônimos alagoanos como regiões de corte de pau-brasil, de meados até o final desse século: Curceripe, Cururipe, Cororipe, Coruripe, Cararipe, Pituba, Jaquiá, Jequiá, Jiquiá Giguiá e São Miguel. Em 1834, na região de Coruripe, um escrivão registrou a ocorrência de pau-brasil em suas matas. Em meados do século XX, Alagoas era considerado o estado com maior abundância de pau-brasil.

O território do Rio grande do Norte, existia pau-brasil na região de cabo de São Roque, do porto de Búzios, dos rios Baquipe e Grande e das enseadas Tabatinga e Aretipicaba, no século XVI, de acordo com Sousa¹³⁰. Também na região de Nísia Floresta, antigamente chamada de Papari, o pau-brasil era muito frequente nas capoeiras litorâneas¹³¹. Mas, no século XVII, em seu primeiro quartel, o pau-brasil já era considerado raro em muitas destas regiões. Documentos consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), de meados até o final do século XVIII, indicam os topônimos Tibaús, Tibau, Tebau e Pirangi como locais de extração do pau-brasil. Em meados do século XX, ainda havia muito pau-brasil nas matas litorâneas desse estado, como na região de Nísia Floresta¹³².

2. 1. 3. Pernambuco e Paraíba

Em sua expedição de 1530 a 1533, Martim Afonso de Sousa passou por Pernambuco e registrou a existência de um núcleo de povoamento português e abundância de pau-brasil. Em 1573, havia muito pau-brasil nas matas da capitania de Pernambuco e era considerado o de melhor qualidade para a produção de tinta¹³³. Soares (1989), em 1590, também indicava o pau-brasil pernambucano como o melhor no Brasil. Em 1587, Gabriel Soares de Sousa relatou que a região do rio Magoape, perto da ilha de Itamaracá, era de ocorrência de pau-brasil. Também existiam populações de pau-brasil na Serra do Araripe, próximo ao Brejo de Areia, na Borburema e entre Iguaçu e Goyana¹³⁴.

¹³⁰Idem, SOUSA, 1978.

¹³¹TAVARES, 1959, *apud* ROCHA, 2010.

¹³²Ibidem, TAVARES, 1959.

¹³³Ibidem, GRANDAVO, 1989.

¹³⁴Op. cit, SOUSA, 1978.

Em 1612, havia pau-brasil em Itamaracá, de grande qualidade, até o norte do cabo de Santo Agostinho. Em 1618, o pau-brasil, considerado o mais perfeito e de maior valia, estava de 12 a 20 léguas (72 a 120 km) de distância de Recife e Olinda. Alguns documentos de meados ao final do século XVIII, consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), citavam os seguintes topônimos pernambucanos como locais ou regiões de onde era extraído pau-brasil: Gibebu, Goiana, Goyanna, Junqui, Pequiá, Piquiá, São Lourenço, São Pernambuquinho, Itapissuma, Tapemima, Tapessima, Tapeçima e Tingus.

Em São Lourenço da Mata, no final da década de 1920, João Vasconcelos Sobrinho, aluno do antigo Colégio São Bento, e o Dr. Bento Pickel fizeram coletas botânicas de pau-brasil na Mata do Toró, hoje integrante da Estação Ecológica Tapacurá¹³⁵. Em 1950, o pau-brasil ainda era encontrado em maiores quantidades em Pernambuco.

A região que atualmente é o estado da Paraíba, em 1584, tinha pau-brasil de boa qualidade. Em 1587, também existia pau-brasil na baía da Traição e nas margens do rio Paraíba. Em 1612, o pau-brasil era abundante nas matas paraibanas, sendo cortado e enviado a Portugal. Em 1618, o pau-brasil paraibano era considerado de grande valor comercial. Em documentos de meados até o final do século XVIII, consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), surgiram os seguintes topônimos paraibanos de onde era cortado pau-brasil: Monteiro, Baía da Traição, Formosa, Ferosa, Tabatinga, Cidade da Parayba e Mamanguape. Em 1949, na região de Mamanguape, populações de pau-brasil foram encontradas em matas da zona úmida.

2. 1. 4. Outros relatos sobre Rio de Janeiro e Espírito Santo

Se tratando, inicialmente, do atual Rio de Janeiro sabemos que desde as primeiras décadas de 1500, o pau-brasil existia ao redor da baía de Guanabara até Cabo Frio. Pois foi numa das ilhas dessa mesma baía, que fora ocupada temporariamente pelos franceses, que André Thevet¹³⁶ relatou, em 1556, a ocorrência de muitas palmeiras, cedro, arbustos aromáticos e pau-brasil. E mais, na mesma expedição francesa, a França

¹³⁵SOUSA, s. d.

¹³⁶Idem, THEVET, 1978.

Antártica – breve colônia francesa estabelecida na região da Baía do Rio de Janeiro –, o pastor missionário Jean de Léry¹³⁷, comenta que durante sua estadia fizeram muitas fogueiras com o pau-brasil.

No mesmo século, em 1587, o português Gabriel Soares de Sousa, a partir de um memorial das terras que visitou no Além-mar, “do que os reis passados tanto se descuidaram, a el-rei nosso senhor convém, e ao bem do seu serviço, que lhe mostre, por estas lembranças, os grandes merecimentos deste seu Estado, as qualidades e estranhezas dele”¹³⁸, descreve partes do litoral brasileiro, os quais em seu registro mostra pontos onde havia pau-brasil, entre eles Cabo Frio, oito ou nove ilhas da baía da Guanabara e Rio de Janeiro: “Atravessando esta ilha por mar à cidade são duas léguas, a qual ilha tem em redor de si oito ou nove ilhas, que dão pau-brasil”¹³⁹. Outro que cita a região do pau-brasil é o padre Simão de Vasconcelos, o qual ressalta que do norte do estado do Rio de Janeiro até Cabo Frio, em 1668, havia matas com grande quantidade de pau-brasil, que era explorado e enviado para a Europa¹⁴⁰.

Mais recentemente, alguns pesquisadores do tema afirmam que na ilha Maracajá, do Gato ou do Governador, também na mesma baía, existiam populações de pau-brasil¹⁴¹. E, além da dita baía, Angra do Reis, Itacurussá e Niterói também foram relatadas como detentoras de populações de pau-brasil¹⁴². Sem contar que, nos últimos anos foram registradas populações naturais de pau-brasil nos municípios de Saquarema, São Pedro d’Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação de Búzios; em Cabo Frio, o pau-brasil ocorre nas matas de dois morros, chamados da Piaçava e do Mico¹⁴³.

No atual estado do Espírito Santo, temos menções que em 1618, a região do rio Cricaré, na então capitania do Espírito Santo, era alvo de corte, retirada e contrabando de pau-brasil. Além disso, Simão de Vasconcelos afirma que do rio Doce até a região norte do estado do Rio de Janeiro, em 1668, havia muito pau-brasil, que era cortado e exportado para a Europa¹⁴⁴. No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, alguns documentos que

¹³⁷Op. cit, LERY, 1980.

¹³⁸ Gabriel Soares de Sousa, p. 39

¹³⁹ Gabriel Soares de Sousa, p. 102

¹⁴⁰ VASCONCELOS, 2001.

¹⁴¹Fernandes, 1996 apud ROCHA, 2010

¹⁴² SOUZA, 1978

¹⁴³CAPOSSOLI & PEREIRA, 2003 apud ROCHA, 2010

¹⁴⁴Idem, VASCONCELOS, 2001

fazem menção entre os anos 1784 e 1787, informa que toras de pau-brasil eram retiradas da então capitania do Espírito Santo¹⁴⁵. E em outros documentos do mesmo arquivo, diz que, próximo ao ano de 1800, a região dos rios Carahípe e Piranhem, ao norte da Vila de Vitória, era região de contrabando de pau-brasil¹⁴⁶. Já em meados do século XX, o pau-brasil ocorria apenas em florestas costeiras no município de Aracruz¹⁴⁷.

¹⁴⁵Idem, ROCHA, 2010.

¹⁴⁶Idem, ROCHA, 2010.

¹⁴⁷Idem, ROCHA, 2010.

CAPÍTULO IV

AS ESCRITAS DO PAU-BRASIL DO PASSADO AO PRESENTE

1. As conexões universitárias e os universos escondidos atrás do pau-brasil

Antes de iniciar a pesquisa, digo, voltar minha atenção para as fontes do *Período Filipino 1580-1640*, busquei entender como trilhamos, academicamente, este percurso que nos leva até o ano de 2022; entender quais foram as escolhas metodológicas, analíticas e ensaísticas pelos historiadores sobre a *História do Pau-brasil* ao longo de 170 anos de produções historiográficas.

Primeiro é extremamente relevante pontuar a importância e lembrar o fato de que muitos historiadores e historiadoras pesquisam/pesquisaram sobre o *Brasil Colonial*; além disso, é coerente dizer com base nos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa *Antigo Regime nos Trópicos: Centro de Estudos sobre a Dinâmica Imperial no Mundo Português, sécs. XVI-XIX* (ART), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que a colonização portuguesa partiu de um processo sistêmico e de uma organização social, política e econômica. Não é algo novo dizer isso. Mas, é sem dúvida importante dizer que parte desse processo pode ser entendido através do estudo das relações socioambientais que brotavam, naquela época, do trato do pau-brasil.

Por causa dos lucros que a árvore propiciou, na historiografia brasileira chegou-se a noção de “Ciclo Econômico do Pau-brasil”¹⁴⁸ como um dos primeiros da história do país, me pergunto se atualmente essa ideia já foi superada?¹⁴⁹ Pois, mesmo sabendo que a exploração do pau tintorial continuou ativa durante todo o período colonial – ainda na segunda metade do século XIX aparecia com destaque nas exportações –, muitos são os recém e antigos historiadores referindo-se ao “Ciclo do Pau-brasil” ou informando a seus

¹⁴⁸Na historiografia tradicional a economia colonial da América Portuguesa se restringe ao grande comércio, voltado para a exportação. Durante certo período de tempo, a economia da colônia era definida pelos chamados “ciclos econômicos”, sempre voltados para a exportação dos seus produtos: *Ciclo da Exploração do Pau-Brasil*, *Ciclo da Cana-de-Açúcar* e *Ciclo do Ouro*. Entretanto, esta visão generalista da economia da América Portuguesa há muito que os historiadores não usam mais. A historiografia recente defende a existência de uma dinâmica interna própria, dissociada da economia externa europeia. João Fragoso em seu livro *Homens de Grossa Aventura* (1992) é um dos que defendem essa tese. Para ele, durante o período colonial havia, na América Portuguesa, diversas formas de produção que não respondia diretamente as demandas do mercado internacional.

¹⁴⁹FRAGOSO, Joao Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

discentes que não existe mais lenho de pau-brasil, que este foi inteiramente extinto de nossas matas.

O rastro de todas essas leituras ainda atravessa a mentalidade acadêmica e principalmente escolar – onde a qual devemos mais nos preocupar. Por isso, olhar a historiografia do pau-brasil como um tronco despedaçado, segmentado e sem um caminho unificado e coerente é uma das possibilidades mais presentes nos dias atuais.

2. O tronco despedaçado: uma reflexão historiográfica sobre o pau-brasil

O pau-brasil é um tema bastante mencionado e comentado, apesar de quase nunca ser estudado mais profundamente entre os historiadores. No ensino fundamental, por exemplo, aprendemos que somos “brasileiros” devido ao nome da árvore que se chama pau-brasil, do qual deriva o próprio nome Brasil. Além disso a exploração do pau-brasil é muito conhecida como componente importante na “história oficial do Brasil”, quase todo brasileiro sabe “contar” que além de dar seu nome ao país o pau-brasil foi o “primeiro produto de interesse dos portugueses”¹⁵⁰.

Muito além disso, na historiografia, apesar das muitas citações da existência da dita árvore e da importância econômica do pau-brasil no início da colonização, as histórias desse lenho tintorial ainda têm muito a ser investigado por parte dos historiadores(as). Por exemplo, não somente como se deu sua exploração, mas sua conservação, também os tratos políticos e sociais que estavam contornando sua complexidade ao longo da história.

Com base nisso, é fundamental haver uma compreensão sobre o que foi estudado sobre o pau-brasil. Isso, certamente, ajudará a identificar a proposta deste trabalho e posicionará nosso estudo dentre as demais contribuições realizadas ao longo do século XX – período inicial das análises e de mais intenso debate – e as demais produções do presente século.

¹⁵⁰LIMA, Josemara Salles. *Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos de conservação - séculos XIX e XX*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

2. 1. Os historiadores e o pau-brasil no século XIX ao XXI

Outras revisões historiográficas sobre os estudos do pau-brasil, no século XX, já foram feitas. A primeira produção de um “Estado da Arte” foi realizada pelo jornalista Eduardo Bueno, em seu livro nomeado por *Pau-Brasil*¹⁵¹. Nele Bueno destaca uma dita “historiografia” do pau-brasil; dita, pois, sua produção historiográfica esteve esfacelada e reclusa à década de 1930, como se após as obras de Simonse¹⁵²; Bernadino de Souza¹⁵³ e Ferraz¹⁵⁴, houvesse uma lacuna de 63 anos e seu livro fosse a grande obra que reavivou o pau-brasil na história nacional – ignorando assim as produções acadêmicas mais recentes e demais discussões anteriores.

Já a segunda produção de revisão foi parte da dissertação de mestrado de Josemara Salles Lima, intitulada por *Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos para a sua conservação, nos séculos XIX e XX*¹⁵⁵, por sua vez essa revisão historiográfica é mais consistente, tendo em vista primeiro que partiu de critérios acadêmicos bem delimitados e segundo por compreender melhor o “Estado da Arte” de seu objeto de estudo. Seu esforço parte, assim como Bueno, da década de 30, contudo se estende para autores como Caio Prado Jr., Sergio Buarque de Holanda, e outros nomes mais recentes ligado ao campo da história ambiental como Warren Dean e José Augusto Pádua.

Porém, a medida que realizei levantamentos ao tema percebi que outros nomes, outras obras e outras reflexões poderiam ser acrescentadas ou refletidas de uma forma diferente. Por exemplo, ainda que a historiadora Josemara Lima, tenha se encarregado de dar início a essa longa caminhada, de fazer um esforço historiográfico sobre o pau-brasil, ela não contemplou trabalhos e produções históricas anteriores a década de 1930 – como já havia sendo superficialmente postulado por Bueno –, pois foi no século XIX, com o IHGB que, como veremos, se deu o início da historiografia do pau-brasil.

¹⁵¹BUENO, Eduardo (org.). *Pau-Brasil*. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

¹⁵²SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

¹⁵³SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

¹⁵⁴FERRAZ, A. L. Pereira. *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

¹⁵⁵LIMA, Josemara Salles, Op. cit.

2. 2. Pau-brasil: nos anos de Império e no IHGB

Podemos dividir o tronco historiográfico do pau-brasil em duas partes substanciais – as quais veremos à frente. Mas, qualquer tronco de árvore necessita de uma sustentação na qual consiga se manter firme, ereta, e sobreviver, isto é: o tronco de uma árvore é inseparável de suas raízes. E é justamente sobre as raízes historiográficas do pau-brasil e sua relação com a própria história do Brasil, que analisaremos nesta parte.

Durante o período regencial (1831–1840), na regência de Pedro Araújo Lima, além do IHGB, também o Arquivo do Império tinha o apoio do governo e o objetivo da construção da memória e da escrita da história da nação. O IHGB¹⁵⁶ teve como projeto fazer uma “gênese da nação brasileira”, colocando-a dentro da civilização e progresso, desejava-se uma espécie de civilização branca e europeia. Os trabalhos tinham o objetivo de coletar e publicar documentos relevantes para a história do Brasil e incentivar no ensino público estudos de natureza histórica¹⁵⁷.

Durante o reinado de D. Pedro II, entre 1840 a 1889, houve maior esforço para a constituição da ideia de nação e de nacionalidade no Império brasileiro. A figura de D. Pedro II foi representada através de símbolos variados com o objetivo de estabelecer uma relação de identidade entre o monarca e o povo. Esses símbolos como a Coroa, as roupas e as cerimônias foram fundamentais. O Imperador “tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional que também seria obrigatoriamente cultural”¹⁵⁸.

Na Academia Imperial de belas Artes, por exemplo, foi produzido um conjunto de pinturas históricas que contribuíram para a criação da identidade nacional. Nesse local, nas produções artísticas em geral havia a exaltação do exótico, da natureza e do indígena romântico¹⁵⁹.

¹⁵⁶O IHGB surgiu em 1838, com o objetivo de “inventar uma memória para um país”, assim havia uma preocupação em conservar toda memória que seus integrantes julgassem importante para a constituição desta memória. No próprio IHGB foi pensada a preservação de uma memória sobre a exploração do pau-brasil. O livro de Bernardino foi publicado principalmente pelo mérito de ter reunido tantas fontes sobre a exploração da árvore.

¹⁵⁷GUIMARAES, M. L. L. S. “*Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional*”. In *Revista Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27. Rio de Janeiro, 1988.

¹⁵⁸SCHWARCZ, Lilia Moritz. “*As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*”. Companhia das letras, 2edição, 1998, p. 127.

¹⁵⁹SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 144-150.

Também houve debate sobre quais seriam as origens da nação e do povo brasileiro. Um grupo de intelectuais, muitos falando através de instituições como o IHGB e patrocinados por D. Pedro II, escreveram sobre o assunto. Em 1840, o IHGB promoveu um concurso para premiar o melhor plano para se escrever a história do Brasil. O naturalista Carl von Martius, que escreveu o texto *Como se deve escrever a história do Brasil*¹⁶⁰, ganhou o prêmio. Em 1854, o primeiro-secretário do IHGB, Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu *História Geral do Brasil* considerado o livro fundador da historiografia brasileira¹⁶¹.

No texto de Martius há a definição de algumas linhas que a historiografia deveria seguir para dar uma identidade à nação que se formava. O historiador deveria mostrar a missão do Brasil de mesclar as três raças. Por fim, e coincidindo com o projeto centralizador que ocorria na política, ele propõe que a história nacional produzida deveria unir e transmitir “um conjunto único e articulado de interpretações do passado”¹⁶².

Segundo o historiador, pesquisador e autor de diversos livros sobre teoria da história, José Carlos Reis, no interior do processo de independência política e constitucional do Estado nacional brasileiro, no século XIX, ocorreram uma série de transformações. Uma delas foi o surgimento de uma condição favorável tanto da obra de Varnhagen, como da institucionalização da reflexão e da pesquisa histórica no IHGB. A partir disso, nos anos 1850, Varnhagen e outros intelectuais relacionados ao instituto desenharam o perfil de Brasil independente, mais, ofereceram bases a uma nova nação, um passado, a partir do qual ele poderia elaborar um futuro¹⁶³.

Mas, é indispensável dizer que nos escritos do IHGB predominava uma história político-administrativa e biográfica, valorizando as ações e documentos oficiais. O IHGB, no século XIX, tinha o papel de fazer o Brasil reconhecer-se geográfica e historicamente. Em seu projeto tinha a tarefa de situar as cidades, vilas, rios, serras, portos; de conhecer e engrandecer a natureza brasileira. Mas, deveria também eternizar os fatos memoráveis da pátria e saltar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos¹⁶⁴. Em outras palavras o projeto político do IHGB, e oportunamente de Varnhagen, era o de se fazer um

¹⁶⁰MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil. Coleção Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

¹⁶¹SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit.

¹⁶²GUIMARAES, M. L. L. S. Op. Cit.

¹⁶³REIS, José Carlos Reis. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Volume 1, FGV Editora, 2007.

¹⁶⁴Ibidem, REIS, José Carlos Reis., 2007.

elogio ao passado brasileiro, um elogio a colonização portuguesa e a família imperial. Devia-se, antes de tudo, fazer uma história que realizasse um elogio do Brasil, uma história sem tensões, separações e contradições.

Enfim, sabendo disso, voltemos para o livro *História geral do Brasil*. Ele se inicia com uma descrição geral da natureza brasileira, descrição feita por alguém que a “descobre”, que a observa pela primeira vez. E nessa aventura o coração do descobridor se aperta diante da imensidão da mata e de seus perigos. Há plantas exóticas, desconhecidas, mas que poderão ser úteis à Europa e sustentarão o comércio, entre elas: o pau-brasil¹⁶⁵. Foram, no geral, as matas de pau-brasil, de pau-d’arco, de jacarandá, de macaúba ou ipê, as matas virgens e puras, outrora ricas, as matas brasileiras e sobretudo a Mata Atlântica que primeiro despertou a cobiça francesa, e, por sua pujança sustentou a economia colonial e encabeçou o futuro de uma nação grandiosa territorialmente¹⁶⁶. Nesse sentido, observamos uma espécie de pragmatismo (de ser útil) como regra em seus aportes românticos.

Todavia, podemos refletir, ainda que panoramicamente, sobre outras historiografias que emergiram, concomitantemente, em meio ao processo de construção e consolidação de uma narrativa histórica para o recém independente Estado do Brasil. Temos nesse contexto o discurso de Januário da Cunha Barbosa, historiador com forte tendência empirista e apreciador dos ditos filosóficos de Cícero (106 a.C.- 43 a.C) que, conforme sabemos, preconizada uma história mestra da vida, aquela que transmite ensinamentos através dos tempos. Para Lúcia M. P. Guimarães, Januário Barbosa vai impor um projeto de “sustentação de um projeto político”, que “...seria viável através de uma militância intelectual homogênea...”¹⁶⁷ desse modo, via uma unidade do discurso dentro do instituto.

As obras de Januário da Cunha Barbosa em meio tempo de sua trajetória à primeiro secretário do instituto, era de cunho político partidária, carregava em seu discurso a maçonaria e uma dura crítica ao governo imperial de D. Pedro I, logo mais em seu discurso de apresentação, apresentaria a falta de foco dentre as produções literatas

¹⁶⁵VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil* [...] (Volume 1, 2. ed.) [...] antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. 2. Ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

¹⁶⁶Ibidem, VARNHAGEN, Francisco Adolfo de., 1877.

¹⁶⁷GUIMARAES, M. L. L. S. Op. Cit.

brasileira¹⁶⁸. Segundo Lucia Guimarães (1995) Januário era um “estrategista político”, seu afincamento principal era uma consolidação política de vanguarda. Januário em um artigo diz que „a perspectiva predominante nas discussões dos integrantes do IHGB, que apontava na direção de um possível projeto de política indigenista para o Estado, no qual o autor discorre sobre o melhor sistema de colonizar os índios e afirma que, os indígenas que levam uma vida errante e selvagem, deve-se inculcar ideias de trabalho e o amor a este, e assim que se habituarem à comodidade dos brancos, irão sair do estado de natureza, amando a propriedade e formando povoações¹⁶⁹.

Diante a isso, podemos deixar delimitado que o desejo da história oitocentista não era fazer da sua percepção de natureza o centro das atenções. Seus desejos estavam voltados para o mundo do homem, em tudo o que isto pôde significar no século XIX brasileiro – humano, mas também masculino, racional e, sobretudo, senhorial. Os desejos da civilização deixavam expresso o distanciamento do mundo da natureza e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o tomava como paisagem, recurso e ciência¹⁷⁰.

2. 3. Pau-brasil: os frondosos anos 30 e suas leituras econômicas

Como dito anteriormente, o tronco historiográfico do pau-brasil está dividido, além da raiz, em duas partes substanciais. Pois bem, a primeira delas trata-se do período inicial de produções acadêmicas a respeito dessa árvore na história do Brasil, esses escritos foram em sua maioria publicados na década de 1930, na qual predominou nas análises de seus estudiosos os fatores econômicos, e, que em muito ainda percebemos influências das produções do IHGB.

Neste grupo, o primeiro estudo de maior relevância sobre o pau-brasil foi produzido durante um curso de História da Economia Nacional, na Escola Livre de Sociologia e Política, pelo industrial, político, intelectual e escritor Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), que se formou em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da

¹⁶⁸DURAN, Maria Renata da Cruz. *Ecos do Púlpito: Oratória Sagrada no tempo de D. João VI*. São Paulo, Ed. Unesp, 2010, p. 117.

¹⁶⁹BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso*. In: Revista Trimensal de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, IHGB, tomo 1, n. 1, 1839, p. 3.

¹⁷⁰LOSADA, Janaina Zito. *A natureza na historiografia brasileira oitocentista: idéias e história nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

capital paulista e dedicou-se a intensa atividade industrial e comercial. Começou a trabalhar, em 1909, na Southern Brazil Railway. De 1911 a 1912, ocupou a Diretoria-geral de Obras da Prefeitura de Santos. Logo a seguir, aos 24 anos de idade, fundou a Companhia Construtora de Santos e Em 1932, integrou-se ao Movimento Constitucionalista de São Paulo. Desempenhou papel importante no grupo de intelectuais que lançou o manifesto de que decorreu a fundação da primeira Escola de Sociologia e Política existente no Brasil, e ali assumiu a cadeira de professor de História da Economia Nacional. Depois Simonsen acabou transformado seu curso em um dos capítulos de sua obra *História Econômica do Brasil, 1500-1822*, publicado em 1937.

Tanto o curso como seu texto, não conseguem por si só representar o entendimento do contexto no qual nasceu este estudo pioneiro sobre a extração, trato e envio do pau-brasil para Europa. Temos, nesse sentido, de compreender brevemente a Revolução Paulista ou constitucionalista de 1932.

Essa revolução surgiu de uma insatisfação da elite paulista que se viu frente a um novo governo, que havia desarticulado as eleições de 1930, e impediu que um representante da elite paulista assumisse o cargo de presidente da república. Foi assim que, entre os anos de 1932 e 1933, lutando pela promulgação de uma nova Constituição, já que a anterior fora sujada, denegrida, pela revolução de 1930, um grupo de intelectuais paulistas, decidiram fundar, em São Paulo, a partir de um manifesto, uma Escola Livre de Sociologia e Política. Como o próprio Roberto Simonsen conclama:

Nesse documento, demonstravam que não tendo podido ver triunfante pela força das armas o seu ponto de vista, compreendiam, mais do que nunca, a profunda desarmonia existente entre as nossas aspirações e a realidade político-econômico-social do país. Pregavam a urgente necessidade de se criarem escolas de formação de “elites”, em que se divulgassem as noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo, com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante, de que São Paulo era, e é, a vítima principal¹⁷¹.

Com base nesse discurso, percebemos que o objetivo primordial da Escola era orientar “a formação de elites”, esta formação seria alicerçada em uma divulgação e promoção das noções de política, sociologia e economia. A partir dessas disciplinas o

¹⁷¹SIMONSEN, Op. cit. p. 33.

intuito era o de despertar uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública.

Nesse sentido, a Escola foi fundada em 1933. Mas, como conta o próprio Simonsen, “iniciando o terceiro ano letivo [em 1936], passou a fazer parte do currículo o curso de História da Economia Nacional. [...] Dada a impossibilidade de a escola obter outros professores, mais doutos”, Simonsen não pôde “se furtar ao pesado encargo de professar a referida matéria”. Sendo assim, como dito anteriormente, as aulas ministradas por Simonsen se tornaram a base do livro que a Companhia Editora Nacional lançou em julho de 1937, como Volume 10 da série “Grande Formato” da coleção Brasileira.

A coleção Brasileira foi editada originalmente pela Companhia Editora Nacional no período de 1931 a 1993, a Coleção Brasileira reúne 415 títulos (439 volumes) de autores brasileiros e estrangeiros. Em linhas gerais, é comum encontrar identificadas como brasileiras coleções de tipologias documentais múltiplas (livros, jornais, volantes, retratos, mapas, gravuras, partituras etc.), que englobam desde itens sobre o Brasil, produzidos desde o século XVI, a itens publicados no Brasil ao longo do século XIX.

Enfim, podemos dizer que no capítulo três dessa sua obra, “Aproveitamento econômico das terras de Santa Cruz”, poderia muito bem ser um livro. Dada a sua discussão ampla, e, muitas vezes alicerçada em diversos documentos de época. Nessa parte Simonsen discute sobre as primeiras prospecções do atual território brasileiro pelos portugueses, os primeiros rendimentos da extração vegetal, a concorrência e os contrabandos dos franceses, o caso da nau Pelerine e de Martim Afonso de Sousa, faz considerações sobre a destruição das florestas, entre outras coisas como o trato com os corantes.

Porém, apesar de ser contundente em seus estudos, nesse trabalho o tema da exploração do pau-brasil é pensado a partir da ideia de que a história está dividida em “ciclos econômicos”. Isto é, segundo Lima¹⁷², os historiadores a fim de explicar a história do Brasil, usaram como categoria central o comércio exterior. Ou seja, cada fase em que dominou um produto de exportação foi caracterizado como “o ciclo de tal produto”: o do pau-brasil, o do açúcar, o do ouro (ou mineração) e o do café. Enfim, a historiadora

¹⁷²LIMA, Josemara Salles, Op. cit.

Josemara Lima¹⁷³ aponta que as obras iniciais que possuem a “teoria dos ciclos” para o Brasil, são as de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico* publicada em 1929 e João Frederico Normano, *Evolução econômica do Brasil* publicada em 1939.

Segundo Lima¹⁷⁴, Azevedo analisa a história de Portugal dividida em épocas que correspondem a períodos de maior importância de um produto colonial; buscando enquadrar o Brasil nos períodos de exportação de produtos do Império Ultramarino Português. Já Normano, também ao parecer de Lima¹⁷⁵, analisa somente o Brasil, com um trabalho mais elaborado e busca explicar como ocorria a sucessão de “sistemas econômicos inteiros”. Elucidando então a tese empreendida por Simonsen, podemos considerar que a ideia dos “ciclos econômicos” atingiu seu acabamento. Em ordem cronológica ele analisou os produtos de exportação de maior relevância em cada época – e também os secundários –, indicando as fases de formação econômica do país. O pau-brasil, nessa obra, representa o primeiro ciclo; como ele mesmo trata:

A exploração comercial da terra de Santa Cruz não podia, portanto, oferecer, de início, atrativos a Portugal, absorvido como estava nos problemas do riquíssimo escambo com o Oriente. E a nau com que Cabral comunicou a El-Rei D. Manuel a nova da descoberta, levou também as primeiras amostras do pau-brasil, como sendo a única mercadoria de valor real que se apresentava fácil aos olhos dos mercadores portugueses. As plantas e as substâncias tintoriais, numa época em que não se conheciam as anilinas artificiais, apresentavam real interesse ao comércio¹⁷⁶.

Um ano depois da publicação de Roberto Cochrane Simonsen, no ano de 1938, o historiador baiano José Bernardino de Souza fora encarregado de realizar um estudo sobre o pau-brasil pelo IHGB, que, para comemorar o centenário da instituição, convocara o Terceiro Congresso de História Nacional, durante o qual Bernardino apresentou sua tese. Esse trabalho foi base para o livro *O pau-brasil na história nacional*, publicado em 1939 na coleção Brasileira, e que teve uma segunda edição em 1978. Nele, o autor compilou quase tudo o que até então se sabia sobre a árvore, nesse sentido, seu marco cronológico é longo – mais de 300 anos – vai de 1500 a 1875.

José Bernardino de Souza, foi um historiador, geógrafo e professor universitário, além de ministro de contas brasileiro. Atuou como professor de Direito Internacional

¹⁷³LIMA, Josemara Salles, Op. cit.

¹⁷⁴LIMA, Josemara Salles, Op. cit.

¹⁷⁵LIMA, Josemara Salles, Op. cit.

¹⁷⁶ SIMONSEN, Op. cit. p. 70-71.

Público na Faculdade Livre de Direito da Bahia entre 1906 a 1937. Também desempenhou funções docentes no ensino secundário da Bahia, tendo sido professor da cadeira de Geografia e História Universal e do Brasil no Ginásio Carneiro Ribeiro e, a partir de 1915, de História Universal no Ginásio Estadual da Bahia. Também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGB) e da Academia de Letras da Bahia (ALB), sendo que nesta instituição foi o fundador da cadeira de nº 14.

Nessa obra o autor divide a história do pau-brasil em duas grandes partes: “o pau-brasil ao tempo de Colônia” e o “o pau-brasil ao tempo de Império”, porém, antes da história propriamente dita – como ele mesmo destaca –, em três capítulos o autor explora as individualidades botânicas e geográficas da árvore, e a descrição dos cronistas sobre o pau-brasil. Dessa forma, podemos notar um livro que não analisa somente o período reservado ao chamado “ciclo do pau-brasil” – que seria os primeiros anos do século XVI, que ocorreram uma intensa exploração portuguesa na costa marítima do continente sul-americano.

Bernardino ao separar a história do pau-brasil em dois momentos, Colônia e Império, entende uma história de ruptura e continuidade, o qual o pau-brasil (um único elemento) consegue dar bases para vários eventos em um único momento: a independência do Brasil.

Primeiro entende uma ruptura, pois, pouco antes da proclamação de Independência, em 17 de julho de 1822, o ministro da fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, determinou a proibição de envio de pau-brasil para a metrópole. Logo estancava-se uma das fontes em que se supria por mais de três séculos o erário da metrópole, mas que ao mesmo tempo metaforiza uma continuidade econômica, pois mesmo após a descoberta do corante sintético, em 1826, o lenho tintorial ao longo do século XIX, ainda tem elevada importância dentre os produtos brasileiros, “que mereceu dar o nome à mais rica e fértil porção do globo”¹⁷⁷.

Apesar que Bueno diga, sobre Bernardino, que seu “texto não é um deslumbre, mas os detalhes e as brechas para novas e até então insuspeitadas investigações suplantam eventuais tropeços estilísticos”¹⁷⁸ considero que Bernardino, claro, não avançou proveitosamente a partir de um embasamento teórico-metodológico, que ele se conteve

¹⁷⁷Vasconcelos, 1832 *apud* Souza 1978.

¹⁷⁸BUENO, Op. cit. p. 38.

em escrever uma história da exploração da árvore, de forma descritiva, apresentando as medidas tomadas em relação a sua exploração do século XVI ao XIX, mas se o fez assim é porque se tornou não somente membro do IHGB, mas também herdeiro dos historiadores do século XIX – e da dita “história oficial” –, ao ponto que tenha tentando calcular a quantidade de madeira explorada em cada período.

Voltando para as considerações de *O pau-brasil na história nacional* (1978), visualizamos que uma das preocupações de Bernardino não foi em todo superada, que apesar de centenas de anos, entre eles de esforços de pesquisas entre historiadoras e historiadores, nenhum pesquisador conseguiu desenvolver um assunto tão recorrente da história do Brasil.

Nunca imaginei que tal assunto fosse tão deficientemente estudado; muitas vezes cheguei a impacientar-me com a deficiência de dados nos autores nacionais, e pelas repetições de erros encontrados nas obras brasileiras ou estrangeiras¹⁷⁹.

Além de não ter uma sistematização teórica, seu trabalho está praticamente todo baseado em fontes primárias. Devido ao teor compilatório da obra, há poucas citações de outros autores, ele cita, por exemplo, Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo Varnhagen, mas, esse fator não faz desmerecer sua obra, especialmente se pensarmos que outro esforço de compilação ampla sobre as menções ao pau-brasil na história do Brasil tenha sido feito somente no ano de 2016, pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa.

Em seguida, outra obra da década de 1930, porém feita com o objetivo de analisar a etimologia de “brasil” foi lançada, em 1939, por Antônio Leôncio Pereira Ferraz com o título *Terra da Ibirapitanga*¹⁸⁰. Além de ter escrito um trabalho monográfico para o IPGH, em maio de 1933 candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Constitucionalista de Mato Grosso, elegendando-se segundo suplente. Já reformado no posto de coronel, tornou-se em novembro de 1945 interventor federal no Piauí, em Substituição a Leônidas Melo, destituído do cargo em seguida à deposição de Getúlio Vargas em 1945. Nesse trabalho, escrito para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, ele apresenta tese sobre o nome

¹⁷⁹Ibidem, SOUSA, Bernardino, 1978, p. 14.

¹⁸⁰FERRAZ, A. L. Pereira. *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

“brasil”. Procura indicar através de documentos, o uso do termo nos seus primórdios, e analisa os vários nomes dados à árvore. Assim, para resgatar as origens da palavra “brasil”, Ferraz fala do comércio de tinturaria antes mesmo do século XVI, no qual o “brasil asiático” (*Caesalpinia sappan*) aparece nas exportações para a Europa. Também procura delinear como o nome foi sendo utilizado para denominar as terras portuguesas no Novo Mundo e a importância que teve para o comércio até o século XIX.

2. 4. Pau-brasil: por alguns dos “intérpretes” do Brasil

Para o pau-brasil a década de 1930 foi longa, a década havia se encerrado com a publicação de Terra da Ibirapitanga, porém uma outra publicação de 1937 fazia menções contundentes ao Pau-de-pernambuco, em *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, autoria do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Como o nome da obra se anuncia, neste ensaio Freyre situa as relações sociais e cotidianas dos senhores de engenho com o solo, a água, a mata, os animais e o próprio homem.

Mas, antes de tudo, temos que ter em mente que Gilberto Freyre parte de seu lugar social – um intelectual da elite pernambucana –; e um escritor/ensaísta que deu bases a tese da suposta “democracia racial”, que viu a integração dos índios, negros e brancos em um grande cadinho harmonioso das três raças.

Enfim, em seu livro Freyre vem trazer para seus estudos não “o Nordeste” em suas variações multifacetadas, seus diferentes cenários geográficos, culturais, sociais e econômicos, mas, sim “um Nordeste”, aquele Nordeste do litoral – da Zona da Mata – úmido e das terras de massapê, de barro, argila e húmus. O Nordeste que Freyre pinta é o do açúcar, que é o mesmo Nordeste do pau-brasil. No capítulo “a Cana e a Mata”, Freyre vem apontar que o canavial desvirginou todo o mato grosso do modo mais cru: a queimada. Segundo o autor, foi o fogo que abriu o mato virgem para o cultivo da cana-de-açúcar; e se não pelo fogo, pelo machado que:

Portugal retirou de madeira do Nordeste do Brasil – madeira gorda e de lei [...] – para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura volutuosa, para construir seus barcos e seus navios, forma um capítulo da história da exploração econômica do Brasil pela Metrópole¹⁸¹.

¹⁸¹Ibidem, FREYRE, 2004, p. 87.

A visão de Freyre sobre a relação entre a cana-de-açúcar, o homem e as matas pernambucanas é bastante inquietante, tanto é que suas provocações foram seminais para esse trabalho, foi através de suas leituras que tive apreço e curiosidade por meu objeto de estudo. Mas ainda sobre os anos 1930, podemos dizer que, se na metade do século XIX, nos escritos do IHGB, predominava uma história político-administrativa e biográfica, valorizando as ações e documentos oficiais; nos anos 1930, aparece uma “história nova”, econômico-social-mental, que valoriza as iniciativas coletivas, anônimas, inconscientes, não-oficiais, reveladas por uma documentação maciça, múltipla, interdisciplinar. Freyre é um dos pioneiros nesse novo tipo de se fazer história¹⁸².

Mas enfim, dando continuidade, é indispensável pontuar que: se os anos da década de 1930 foram os anos mais frutíferos se tratando de produções sobre o pau-brasil, aos poucos as análises dessa parte da história do Brasil foi caindo em um pequeno obscurantismo, sendo relegado a pequenos capítulos, tópicos e até mesmo vagas citações, de livros que se concentram em conjecturações distantes desse pau de tinta.

Vemos somente um destaque mais elevado no ano de 1945, em *História Econômica do Brasil*, conhecida obra de Caio Prado Júnior, um dos primeiros autores de tradição historiográfica marxista no Brasil. Nesse livro, que segmenta a história brasileira em períodos econômicos, o autor é amplo em suas discussões, mas ao mesmo tempo é breve ao tratar sobre o pau-brasil. Ao longo da leitura percebemos que o assunto é quase que recluso ao período que intitulou por “Preliminares”, que vai de 1500 a 1530, o qual analisa tanto o meio geográfico, como o caráter inicial e geral da formação econômica brasileira, e nesse sentido temos a primeira atividade: “A Extração do Pau-Brasil” – cito. Como se bastasse estar em meio a breves notas preliminares, para o autor a exploração do pau-brasil é aquela que “não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira”¹⁸³ ou mais ainda “era uma exploração rudimentar”.

Considero outras duas ponderações de Caio Prado Jr., que serão no capítulo III revisitadas e discutidas, a primeira delas diz que “foi rápida a decadência da exploração

¹⁸²BURKE, P. A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo, Unesp, 1991.

¹⁸³PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 16.

do pau-brasil. Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse”¹⁸⁴ (PRADO Jr., 2012, p. 17), é, de fato foi rápida a decadência da exploração do pau tintorial, mas será que o negócio do pau-brasil perdeu em todo o seu interesse ao longo dos anos da colonização portuguesa? Ou mesmo, será que a exploração do pau-brasil não serviu em nada para fixar qualquer núcleo de povoamento no país? Tal como vemos na segunda pontuação feita pelo autor:

De sorte que a exploração do pau-brasil, mesmo desta forma indireta, não serviu em nada para fixar qualquer núcleo de povoamento no país. Nem era de esperá-lo. Não havia interesse em localizar-se num ponto, quando a madeira procurada se espalhava aos azares da natureza e se esgotava rapidamente pelo corte intensivo. A indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento regular e estável. **Não são muitos os dados que possuímos sobre esta primeira forma de atividade econômica no Brasil**¹⁸⁵.

Mais uma vez esbarramos na questão do diminuto número de fontes e informações sobre o pau-brasil, que até hoje dificulta os estudos dos historiadores e historiadoras, mas que, aos poucos com a maior facilidade de circulação de informações – e também documentos antigos –, assim como o maior uso de fontes, para além daqueles “documentos oficiais”, vem sendo aos poucos superada. A questão que permanece quase que sólida no emaranhado do tempo é que, queira quer sim, queira quer não: “os primeiros contatos com o território que hoje constitui o Brasil devem-se àquela madeira”¹⁸⁶.

Ainda nessa linha, dos “intérpretes” do Brasil, podemos citar o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o qual ao estudar o pau-brasil se detém no período de sua exploração apenas nos primeiros anos da colonização. Falamos isso através de seu livro intitulado por *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), com codireção de Pedro Moacyr Campos, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), o qual busca suscitar as primeiras frotas portuguesas de reconhecimento do “novo” território, as expedições entre 1500 a 1503, e é claro o pau-brasil.

¹⁸⁴Ibidem, PRADO Jr., Caio. 2012, p. 17.

¹⁸⁵Ibidem, PRADO Jr., Caio. 2012, p. 16. (Grifo meu).

¹⁸⁶Ibidem, PRADO Jr., Caio. 2012, p. 15.

Ainda que o objeto central do livro não seja especificamente o pau-brasil, ou o estudo do pau-brasil na história nacional, como fez Bernardino, Sérgio Buarque de Holanda no tomo I, volume 1º, destaca que:

foi o pau-brasil, também, um dos atrativos dos comerciantes franceses que percorreram, já a esse tempo, o nosso litoral, e uma das causas das fricções que se suscitaram aqui entre eles e os portugueses. Pouco se sabe do trado de pau de tinta que então se desenvolveu. Contudo, a julgar pelo resultado de estudos recentes, divergiram muito os métodos utilizados pelos dois povos¹⁸⁷.

Nesse sentido o autor nos dá o fato de que enquanto os franceses buscavam se relacionar de forma mais direta com os indígenas no processo de trato do pau de tinta, os portugueses, por outro lado, tendiam a se distanciar das relações mais próximas, por sua vez estabelecendo feitorias em zonas mais afastadas das populações indígenas.

Ainda considerando as contribuições de Holanda, o autor escreve para a mesma coleção, porém no volume 2ª, do tomo I. Nele o autor considera que a busca de metais preciosos nos primeiros anos de “descoberta” foi infrutífera, mas a sondagem na floresta revelou a presença de madeira tintorial, que logo foi considerada monopólio real. Escreve ainda o autor, “A expansão acompanhou a floresta tropical que se estendia da zona costeira até a Paraíba do Norte. Dela provinha o pau-brasil e os troncos de pau-d’arco [ipê] que se reservavam para a marinha real”¹⁸⁸. Logo, percebemos também a preocupação de espacializar a região de extração pau-brasil.

Afora esses dois historiadores, e um sociólogo, podemos citar o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), que além de antropólogo se tornou sociólogo, educador, escritor e político brasileiro. Destacou-se, entre outras coisas, por seu trabalho em defesa da causa indígena e da educação no país. Em seu livro *O povo brasileiro* (1995), aponta para uma história cultural, uma história étnica do Brasil, ou melhor, do povo brasileiro.

Nesse livro, em hipótese alguma o pau-brasil é visto enquanto algo que relaciona o homem (indígena ou europeu) ao mundo natural, por outro lado, é mero objeto que costura as relações entre europeu e indígena. Mesmo assim podemos fazer reflexões profundas e críticas a respeito dessa relação entre seres humanos e pau-brasil ao ler a obra de Darcy Ribeiro. Através, por exemplo, da forma que ele destrincha o diálogo entre o

¹⁸⁷HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira HGCB. Tomo I, vol. 1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1985, p. 90.

¹⁸⁸HOLANDA, 1960 *apud* LIMA, 2009, p. 17.

francês Jean de Léry e um velho tupinambá – como numa espécie de análise da sofreguidão indígena, em questionar o empenho de juntar toras de pau vermelho, como se estivessem condenados, para sobreviver, a alcançá-las e embarca-las incansavelmente. E mais, percebemos como as relações – entre elas, as de gênero – seriam atravessadas, digo: se por um lado as mulheres serviam aos desejos obsessivos dos europeus – de multiplicar-se nos ventres das índias e por suas pernas e braços a seu serviço, para plantar e colher suas roças, para caçar e pescar o que comiam –, por outro lado, os homens se relacionavam ao trato do pau-brasil: “serviam principalmente para tombar e juntar paus-de-tinta ou para produzir outra mercadoria para seu lucro e bem-estar”¹⁸⁹.

2. 5. Pau-brasil: os recentes debates da história ambiental

A segunda parte do tronco historiográfico do pau-brasil concentra suas publicações a partir da década de 1990. Essa segunda vertente já se distancia gradativamente da relação histórica do pau-brasil como produto exclusivamente econômico – algo que na década de 30 Freyre tentava encaminhar. O brasilianista Warren Dean, que escreveu *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996), visualiza a partir do campo emergente da Environmental History um protagonismo das florestas, das matas e das árvores ao longo da história do Brasil – em amplas significações: econômicas, políticas, sociais, por exemplo.

Em seu livro, o foco de análise é a destruição da floresta costeira do Atlântico Sul – a Mata Atlântica brasileira –, seu recorte temporal é longo e capaz de observar toda as transições ocorridas à longo prazo; isto é, trata desde antes do século XV e se alonga aos séculos XVI ao XX. Concordo que “os problemas, que a prática da extração da árvore trazia, são abordados nesse livro em umas poucas páginas”¹⁹⁰, assim como pontuou Josemara Lima. Porém, Dean estava trabalhando dentro de suas condições; ou seja, a partir de recursos e materiais limitados, o próprio Dean pontua que “existe muito pouco registro de como foi praticado o comércio de pau-brasil”, e, de fato quando ele realizou suas pesquisas não havia a facilidade que temos hoje, de ter acesso digital a inúmeros documentos digitalizados.

¹⁸⁹RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 43.

¹⁹⁰Ibidem, LIMA, 2009, p. 17.

Apesar de Lima considerar que “o assunto é tratado no meio de outros tantos nos cinco séculos de exploração da Mata Atlântica pelos europeus [...] Não há um capítulo para as ações que sofreu a árvore, e seu tema aparece em páginas dispersas”¹⁹¹. Podemos dizer, sim, que o capítulo “A segunda leva de invasores humanos” é uma explanação contundente sobre as ações que sofreu a árvore, se principalmente consideramos que a mais de 30 anos o assunto não era explorado pelos intelectuais brasileiros.

Enfim, é isto que Dean trás: Uma visualização sucinta sobre a extração do pau-brasil, no século XVI; considerando essa extração como um dos primeiros impactos ambientais na Mata Atlântica brasileira. Nas páginas de “A segunda leva de invasores humanos”, ele apresenta algumas questões relacionadas a árvore, pau-brasil, e outras madeiras de lei – o tráfico, os indígenas, os jesuítas etc.

Mas, claro, temos que dirigir algumas críticas ao Warren Dean. Seu trabalho, se tratando da devastação e destruição da Mata Atlântica brasileira, deveria, é claro, dar mais importância a uma das árvores que mais sofreu desse processo de destruição extrativista – o pau-brasil –, que não cessou no século XVI, mas tem continuidade até os dias atuais.

Além do mais, à luz de seu trabalho, posteriores críticas foram feitas a sua obra. A mais contundente dessas críticas foi feita por diversos historiadores ambientais, tais como Regina Horta Duarte (2013)¹⁹², Ely Bergo Carvalho (2005)¹⁹³ e German Palácio (2001)¹⁹⁴. Todos escrevem que as obras de Warren Dean, deixam como contribuição a ideia de que a ecologia deve ser integrada nas explicações históricas. Contudo, criticam o autor pois ao escrever a partir de uma visão ecologista acaba cometendo erros “presentistas” – ou seja, ele atribui a temas do passado, juízos de valor do presente. Tratando as relações entre seres humanos e florestas com tom fatalista e catastrófico.

Embora acredite que, deva sim o historiador ser acometido pela febre do seu tempo, isto é, por suas inquietações pessoais ou as demandas psicológicas que lhe atordoam. Antes de qualquer posição, acerto metodológico ou trato com as fontes, somos nós que sentimos nossos temas transversalmente. Portanto, o tom considerado “fatalista”

¹⁹¹Ibidem, LIMA, 2009, p. 17.

¹⁹²DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

¹⁹³CARVALHO, Ely Bergo de. *Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A ferro e fogo*. Esboços. Florianópolis, v.13. p. 107-124, 2005.

¹⁹⁴PALACIO, German A. “*En búsqueda de conceptos para una historiografía ambiental*”. In PALACIO, German A. (org.) *Naturaleza en disputa: Ensayos de historia ambiental de Colombia 1850-1995*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

ou “catastrófico” não necessariamente faz limite com a visão tida como “presentista” – em primeira análise os trabalhos historiográficos são parte também da manifestação política e social perante as inconformidades com a relação (mais direta) que está em voga entre humanos e meio ambiente/natureza. Nesse sentido, e, sem desconsiderar essas e outras críticas feitas ao Warren Dean, é importante investigar não sua visão “presentista”, mas por qual motivo lhe atordoou essas questões num tom tão fatalista e catastrófico.

Em sequência, o trabalho mais próximo de *A ferro e a fogo*, realizado por Dean, é um trabalho produzido contemporaneamente ao seu, produzido pelo historiador ambiental José Augusto Drummond, em 1997, seu trabalho recebeu o título de *Devastação e preservação ambiental: Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro* (1997). Apesar de não ter um recorte específico para a questão do pau-brasil, o autor procura, entre outras coisas, situar os leitores no contexto das primeiras iniciativas coloniais europeias na área do Rio de Janeiro.

Nesse livro, pelo fato de transitar por uma parte da história do Rio de Janeiro – estado que está situado na região da Mata Atlântica – o autor também transita pela história do pau-brasil. Nesse sentido, relaciona a história do pau-brasil à história da devastação [e proteção] das matas, mas também relaciona a história dessa árvore à devastação dos homens, pois

Apesar de não apresentar qualquer renome ou atrativo extraordinário, o pau-brasil transitou rapidamente da ignota história natural da floresta tropical sul-americana para a história econômica europeia e provocou rivalidades sangrentas entre os colonizadores portugueses e franceses e entre os seus respectivos aliados indígenas¹⁹⁵.

Drummond também atenta para uma análise ambientalista – se é claro, pudéssemos levar essa prática para o século XVI –, tal como vemos nas seguintes passagens: “É muito improvável que os indígenas, que localizavam, cortavam e transportavam as toras de pau-brasil, se importassem ambientalmente com a sua rarefação”¹⁹⁶. E, mais, complementa: “quase acabamos com a árvore que dá nome ao nosso país, uma atitude nada ambientalista”¹⁹⁷.

¹⁹⁵DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 177-197.

¹⁹⁶DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. 1997. p. 44.

¹⁹⁷Ibidem, DRUMMOND, José Augusto, 1997, p. 67.

Além dessa obra, em 2002, Drummond escreveu um artigo para a revista *Varia História*. Esse artigo possui o título: *Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático* (2002), um título por si só provocativo, que já declara qual o seu objetivo: trazer para jovens pesquisadores motivos que fazem do Brasil um objeto privilegiado para a história ambiental. Ao enumerar esses motivos, o autor, é claro, não descarta a importância histórica do pau-brasil. Na parte “O significado de um nome”, Drummond arrasta para o debate da história ambiental uma questão pertinente: o Brasil é o único país do mundo que possui o nome de uma árvore, mas nem por isso se trata de um país que preza pelo meio ambiente, por uma sensibilidade ambientalista. É só um pontapé para uma discussão ampla, como ele mesmo observa, “essa nomeação refletia a importância econômica da árvore e não uma sensibilidade ‘ambientalista’”¹⁹⁸.

Continuando, ainda no ano de 2002, temos um dos clássicos da produção da história ambiental no Brasil, trata-se do livro *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888* (2004), escrito pelo historiador José Augusto Pádua, que, assim como os demais, publicou um livro que não fala especificamente sobre a exploração do pau-brasil, mas aborda a exploração da Mata Atlântica. Nessa obra o autor propõe uma análise da crítica ambiental, no Brasil escravista, identificada em autores da segunda metade do século XVIII e do século XIX. Nesse sentido, podemos observar que, embora a tradição crítica da devastação da natureza produzida no Brasil dos séculos já mencionados não deva ser vista como precursora do debate atual, as suas reflexões ganham relevância teórica e projeção histórica.

Nessa parte, em síntese, Pádua retorna aos escritores dos primeiros séculos de presença portuguesa no Brasil para considerar que o Brasil – esse país que conhecemos – não é o único país do mundo batizado com o nome de uma árvore por motivos ecologistas, mas, sim, porque “desde os primórdios da ocupação europeia, que a descrição das riquezas naturais do Brasil, muitas vezes com um certo exagero, era a principal estratégia para criar uma imagem atraente de país”¹⁹⁹. E mais, se por um lado é um país que tem uma rica tradição de simpatia cultural e elogio laudatório da natureza, por outro, é um país que tem uma longa história de contínua agressão contra as suas principais

¹⁹⁸DRUMMOND, José Augusto. *Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático*. 2002 p. 19.

¹⁹⁹PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 84.

manifestações naturais²⁰⁰. Isto é, o que a adoção do nome nos mostra é uma clara indicação do desejo europeu de explorar lucrativamente a abundância natural da América.

Regredindo alguns anos antes do pensamento de Pádua, no ano de 2000, temos o historiador norte-americano Shawan Willian Miller, formado em História e especialista em América Latina. Em seu livro: *Fruitless Trees. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber* (2000)²⁰¹, escreveu sobre a exploração da madeira no período colonial brasileiro – entre as madeiras, a do pau-brasil. Segundo Lima²⁰², Miller argumenta que o impacto “negativo” das atividades sobre a natureza, durante a colonização da América Portuguesa, ocorreu devido ao monopólio régio em conjunto de uma escassa política florestal, que não proporcionou os incentivos para a conservação das florestas. Trata-se de uma linha de pensamento que está sendo repensada recentemente. No mais, Lima²⁰³ afirma que Miller, considera as estratégias dos colonizadores de forma a desnaturalizar a ideia de que não houve escolhas e que a destruição e desperdício eram processos inevitáveis dos indivíduos naquela época.

Na mesma perspectiva de Josemara Lima, José Augusto Pádua²⁰⁴ escreve que, Shawn Miller defende a tese de que o conjunto das políticas conservacionistas e monopolistas das madeiras nobres do Brasil por parte do Estado português foi contraproducente, ajudando a aumentar os desmatamentos na medida em que dificultou o aproveitamento comercial das madeiras pelos próprios proprietários. Pádua analisou uma parte dessas medidas que foram estudadas por Miller, mas, como esclarece o autor, seu trabalho “não trata de discutir os resultados concretos dessa política” e sim analisar as bases teóricas que moldaram aquelas políticas.

Por outro lado, ao analisar a obra de Miller, Carlos Ferreira de Abreu Castro²⁰⁵, vê a posição defendida por Shawn Miller considerando que o autor aponta que a destruição das florestas brasileiras se deve não à ausência de controle pelas autoridades portuguesas, mas sim ao seu excesso. Ao ler a obra de Miller, Castro anota que, “na perspectiva defendida por Miller, Portugal não pode ser acusado de ter destruído as

²⁰⁰Ibidem, PÁDUA, José Augusto. 2004.

²⁰¹ Minhas considerações sobre este livro, e sobre as ponderações do historiador em questão, são feitas a partir de comentários da obra *Fruitless Trees. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*, de Shawan Willian Miller. Pelo fato da obra em questão não ter sido acessível à esta pesquisa.

²⁰² MILLER, 2000, *apud* LIMA, 2009.

²⁰³ MILLER, 2000, *apud* LIMA, 2009.

²⁰⁴ MILLER, 2000, *apud* PADUA, 2004.

²⁰⁵CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2002.

florestas tropicais brasileiras, pois quase todas as civilizações destruíram, em diferentes graus, as suas florestas, mas sim de tê-las destruído sem produzir capital social”²⁰⁶.

Para mais, ao ver de Carlos Castro, Miller pensa no sentido de que, aquilo que torna peculiar o desaparecimento da Mata Atlântica, abundante em madeiras valiosas, é o fato de ser um dos maiores desperdícios de recursos de que se tem notícia na história: “desflorestamento é uma tragédia; desflorestamento é um desastre sem mitigação se pouco ou nenhum benefício se tira desse processo”²⁰⁷.

Logo, tal destruição não se deve à capacidade específica dos portugueses em relação à floresta, mas por terem implantado aqui a política florestal mais restritiva do mundo, qualificada por Miller de gananciosa, avara e egoísta, já que restringia o uso pela iniciativa particular de recursos extremamente abundantes. Exatamente por caracterizar-se por aspectos altamente restritivos, tal política não forneceu, no entender de Miller, “incentivos para a conservação” e criou “poucas oportunidades de obtenção de lucros com a madeira”, estimulando os “proprietários a destruir o que, por decreto, não lhes pertencia”²⁰⁸.

Além das contribuições de Miller para a história ambiental e para o estudo das florestas na história brasileira, temos também os esforços de Carlos Ferreira de Abreu Castro, engenheiro-florestal, e também um dos comentadores da obra de Shawn Miller. Castro em sua tese de doutorado *Gestão florestal no Brasil Colônia* (2002)²⁰⁹, faz um exame histórico dos usos da Mata Atlântica, analisando a extração e exportação do pau-brasil.

No geral, Castro escreve sobre o suprimento e a exportação do pau-brasil entre 1500 e a década de 1870. Apesar de seu longo recorte temporal ser estranho para um historiador, Castro consegue fazer um amplo estudo de longa duração através da revisão de leis, modalidades de concessão e práticas comerciais – sem deixar, é claro, de notar que no conjunto da documentação faltam muitas informações sobre a exploração do pau-brasil (motivos de tristezas para diversos outros que se propuseram a conta a história desse lenho tintorial).

²⁰⁶MILLER, 2000, p. 9 *apud* CASTRO, 2002, p. 181-182.

²⁰⁷MILLER, 2000, p. 9 *apud* CASTRO, 2002, p. 182.

²⁰⁸MILLER, 2000, p. 8 *apud* CASTRO, 2002, p. 182.

²⁰⁹CASTRO, 2002, Op. cit.

No mais, caso fizermos um esforço historiográfico de observar os trabalhos que abordaram ou foram dedicados exclusivamente à exploração do pau-brasil, constata-se que o tema aparece quase sempre em uma perspectiva econômica, dando ênfase à exploração feita no século XVI. Mas essa não é a característica única do trabalho de Carlos Ferreira Castro, ele busca dimensionar o papel das atividades domésticas e econômicas do período colonial e a sua atuação na eliminação quase que completa da Mata Atlântica, “um dos, se não o mais, diversificado ambiente terrestre” (2002, p. 179). Além do mais, foi objetivo do autor demonstrar que houve tentativas importantes para ordenar e organizar o processo de colonização do Brasil e que houve esforços para conservar e proteger a paisagem que indicam respeito pelo meio ambiente.

Isto é, nessa tese Castro²¹⁰ procura demonstrar que a política florestal portuguesa na colônia brasileira se caracterizou por uma exploração bem mais orgânica dos recursos naturais do que usualmente se pensa, e não por um processo de extração dos recursos desenfreado e realizado ao acaso²¹¹. A floresta não foi destruída aleatoriamente, havendo, na verdade, um trabalho de planejamento e gestão, expresso em uma legislação extensa e abrangente.

Com relação as opiniões de alguns historiadores ambientais brasileiros sobre a tese de Castro, temos a fala de José Augusto Drummond – já citado. O qual considera que a produção de Castro vem na esteira de uma revisão lenta e ainda pouco visível das apreciações sobre as políticas e práticas florestais dos colonizadores portugueses no Brasil. A opinião dominante ainda é a de que os portugueses foram agudamente destrutivos e imprevidentes nas suas práticas florestais no Brasil Colônia. Drummond escreve,

entre o fato insofismável [irrefutável] de que a extensa Mata Atlântica foi virtualmente eliminada ao longo da história brasileira e os achados de que certas espécies foram produzidas de forma sustentada por mais de 300 anos [...], há campo fértil para novas pesquisas bem focalizadas e fundamentadas quanto à de Castro”²¹².

O pensamento que permanece, a respeito da tese de Castro é que,

²¹⁰Ibidem, CASTRO, 2002, p. 179.

²¹¹ Diferente daquilo que Sergio Buarque de Holanda pensa, em *Raízes do Brasil*. Nesse ensaio o historiador alega que o colonizador português realizou um tipo de colonização predatória.

²¹²DRUMMOND, José Augusto. *Anotações de um integrante de bancas examinadoras*. In *Ambiente e Sociedade*, vol. V, nº 2, ago.-dez., 2002 e nº 1, jan.-jul., 2003, p. 210.

Em vez de se imputar a Portugal a culpa por ter nos deixado uma “herança predatória”, devemos tomar consciência que a destruição das florestas brasileiras não é obra de 500 anos, mas principalmente dos últimos 50 anos. Bradar contra o passado, silenciar no presente, considerar que avançamos e estamos mais conscientes de nossa responsabilidade com o meio natural, sem transformar esta consciência em ações simples e eficientes de conservação, está sendo a receita para a destruição sem volta das florestas brasileiras. Mas creio que ainda há tempo²¹³.

Enfim, mais recentemente – digo, nos últimos dez anos – temos alguns trabalhos que podemos situar num outro galho de produções da história ambiental, esse por sua vez, diferente dos demais trabalhos anteriores, recortam o pau-brasil de forma específica, isto é, como um objeto de estudo central. Sendo assim, não segmentam suas análises de forma superficial ou secundária, mas vai às fontes históricas fazendo indagações e problemáticas a respeito do negócio econômico e cultural do pau-brasil. Como é o caso da dissertação de mestrado de Josemara Salles Lima, intitulada por *Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos para a sua conservação nos séculos XIX e XX*²¹⁴.

Nessa produção a autora vai além da periodização usualmente estudada pelos historiadores, reclusos apenas ao século XVI. Nesse sentido, faz seu recorte temporal com destaque aos séculos XIX e XX. Mas não se trata de algo genuinamente inédito, como a própria pontua: “o que este trabalho tentou trazer de mais original e novo em relação aos trabalhos históricos fora da história ambiental é o que esse campo possibilita”²¹⁵. Ou seja, são questionamentos novos na medida em que as perguntas fogem das questões econômicas, até então colocadas nas produções acerca do lenho tintorial. Sendo assim, a autora questiona mais o campo mental e intelectual, busca saber qual a relação homem-natureza no sentido de definir e localizar os discursos – políticos e ambientalistas – sobre o pau-brasil. Como Lima mesmo diz,

São perguntas que talvez só poderiam ser pensadas neste tempo histórico, em que os movimentos ambientalistas ganham força, assim como ganham atenção as preocupações e os questionamentos sobre o tipo de relação que o ser humano e a sociedade estabelecem com a natureza²¹⁶.

O próprio surgimento da história ambiental, na década de 1970, está ligado ao período histórico em que as preocupações ambientais começam a ganhar força. Como

²¹³Ibidem, CASTRO, 2002, p. 186.

²¹⁴LIMA, Josemara Salles. 2009, Op. cit.

²¹⁵Ibidem, LIMA, Josemara Salles. 2009, p. 20.

²¹⁶ Ibidem, LIMA, Josemara Salles. 2009, p. 19.

vemos, vários autores ligados aos estudos da história ambiental nos aportam alguns elementos a partir dos quais a exploração do pau-brasil pode ser entendida, pelo menos parcialmente. Isso porque essa espécie de árvore faz parte da Mata Atlântica – o bioma que esses autores se esforçaram em entender as relações com os seres humanos –, ou seja, se pensarmos na amplitude de análises históricas que um bioma oferece, estudar uma árvore poderia ser um estudo de caso – seria uma entre tantas espécies.

Mas, isso não é o que ocorre na dissertação de Josemara Lima, pois ela não se detém em fazer um estudo a partir das matas, mas a partir dos salões políticos de debate, a partir da importância simbólica do pau-brasil no decorrer de parte da história brasileira. Isto é, traz para o tronco da história ambiental uma pesquisa sobre a exploração de uma árvore que mesmo que não conquistou tanto espaço e importância na historiografia brasileira, mas, por outro lado se consolidou como um símbolo (tanto da nação, quanto da destruição).

Por fim, o trabalho mais recente é o do historiador Uiá Freire Dias Dos Santos, o qual foi nomeado pelo autor por *Negociação e conflito na administração do Pau-brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605-1650)*²¹⁷. Em linhas gerais, esse trabalho tem como objetivo principal a análise da Capitania de Porto Seguro numa perspectiva socioeconômica e política. Mas não no sentido de privilegiar muito questões como as técnicas que dizem respeito ao significado e funcionamento das instituições jurídicas e administrativas do Império português. Por outro lado, algo que permeia sua análise é a relevância da atividade extrativista de pau-brasil para a capitania e seus desdobramentos no âmbito econômico, social e político.

Sabendo disso, o autor constrói a partir do estudo do negócio do pau-brasil e a relação dos atores sociais envolvidos na economia extrativista, uma compreensão histórica do possível lugar da Capitania de Porto Seguro no Sistema Colonial. Por exemplo, segundo o autor:

Há evidências do papel dos jesuítas no que diz respeito à mão de obra indígena e da importância desta para o desenvolvimento da atividade madeireira, conflitos entre colonos, jesuítas, autoridades políticas e o feitor do pau-brasil, acusação de contrabando, articulação da Capitania de Porto Seguro no

²¹⁷SANTOS, Uiá Freire Dias dos. *Negociação e Conflito na Administração do Pau Brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605 – 1650)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

comércio marítimo colonial e a importância da atividade madeireira para a economia e sociedade local²¹⁸.

Nesse sentido o trabalho de Uiá Santos é um trabalho amplamente documentado, pois para entender essas relações históricas o pesquisador se utiliza desde documentos manuscritos à mapas e relatos de cronistas. Com relação as fontes podemos perceber que o corpo documental dos manuscritos trabalhados está depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, o qual podemos acessar a partir do Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”²¹⁹.

Para concluir essa parte, apenas destaco algo que considero pertinente, e que também foi observado por Uiá Santos é a questão de que:

Infelizmente, o negócio do pau-brasil não despertou muita atenção dos historiadores. Apesar de ser ponto recorrente entre as análises, sobretudo na fase inicial da conquista e colonização da América portuguesa, a atividade extrativista parece perder importância à medida em que se avança no tempo²²⁰.

Portanto, fica visível que independente de todo o esforço das leituras no âmbito da história ambiental e de todos os esforços recentes da historiografia brasileira a partir dos mais variados aportes teóricos e abordagens em voga, nada disso supri até o momento o desejo e a ousadia investigativa a respeito do corte, embarque, negócio, trato, conflito, administração etc., etc., com relação ao pau-brasil.

2. 6. Pau-brasil: escrever para informar ou vender?

Passaremos a analisar criticamente e refletir como o pau-brasil é apresentado em alguns livros didáticos e manuais de história. Bem como em alguns livros, que nas últimas décadas do século XXI vem ganhando destaque – ainda que com edições limitadas – nas prateleiras de livrarias.

²¹⁸Ibidem, SANTOS, Uiá Freire Dias dos. 2015, p. 26.

²¹⁹ Criado na década de 1990, o Projeto Resgate foi uma grande iniciativa de preservação e valorização do patrimônio documental do Brasil sendo responsável pela identificação, catalogação e digitalização de mais de 340 mil documentos em menos de dez anos de trabalho. Toda essa documentação foi microfilmada, gravada em CD-ROMS e, entre os anos de 1993 e 2003, distribuída pelo Ministério da Cultura para os principais arquivos, centros de pesquisas, universidades e bibliotecas do país.

²²⁰ Ibidem, SANTOS, Uiá Freire Dias dos. 2015, p. 20.

Primeiro, nos livros didáticos e manuais, vemos superficiais parágrafos – que muito raramente passam de um – citar dentre os primeiros contatos entre portugueses e indígenas e as primeiras explorações da costa, do atual território brasileiro, e, mais, em alguns casos, acrescentando ao lado do “escambo do pau-brasil” a primeira missa ou a expedição de Cabral. São, em muitas vezes, assuntos e temas que se relacionam apenas vistos a partir de um contexto amplo, mas, nos casos analisados são revisitações soltas no espaço e no tempo, que não acompanham os ritmos e as inovações da academia.

A questão é que esses livros – *Pau-brasil*²²¹, *Pau-Brasil: a cor e o som*²²² e livros didáticos editorados por Valéria Vaz através da Edições SM²²³ para alunos de Ensino Fundamental e Médio –, mesmo que tenham sido feitos a partir de um padrão pré-estabelecido pelo mercado editorial, como é o caso dos livros didáticos, e, que tiveram uma parca cobrança no que diz respeito ao ato de tecer considerações críticas aos processos históricos, são eles que chegam ao público amplo, são eles que vendem e informam. São eles que são consumidos, dentro das escolas e pelos alunos e alunas da educação básica. Por isso mesmo temos que pensar em reelaborarmos como essa história está sendo transmitida, que não seja um assunto diminuto e recluso a vagas e inconclusas informações como:

Em 1501, Gaspar de Lemos mapeou a costa e constatou a existência de pau-brasil ao longo do litoral. O tronco dessa árvore contém uma resina que serve de corante para tecidos, com tons que variam do marrom ao castanho-claro. O corante de pau-brasil tinha grande valor na Europa, o que atraiu a atenção da Coroa. O resultado foi a criação do estanco, ou monopólio régio, da exploração do pau-brasil. Apenas o rei de Portugal podia autorizar, em seu proveito, a extração e venda da madeira²²⁴.

Ora, realmente apenas o rei de Portugal tinha o controle definitivo e soberano sobre o que seria decidido com as toras de pau-brasil retiradas ao longo da costa? Somente o reino de Portugal realizava essas incursões? Por qual motivo o corante de pau-brasil tinha tanta importância no contexto europeu, quais as razões de tanta atenção? Como era retirada a resina de seu tronco? São perguntas que passam despercebido até mesmo das

²²¹BUENO, 2002, Op. cit.

²²²MARANHÃO, Ricardo. *Pau-brasil a cor e o som* / Ricardo Maranhão, Simone Mateos; ilustrado por Vallandro Keating. – São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

²²³VAZ, Valéria. *Geração alpha história: ensino fundamental: anos finais*. Editora responsável Valéria Vaz. – 2. ed. – São Paulo: Edições SM, 2018.

²²⁴Ser protagonista: História – Volume 2, 2013, p. 49.

questões propostas pelos editores, algo relacionado a isso deve ser compreendido e investigado e pesquisas futuras.

Entretanto, é possível observar através de algumas edições mais recentes – localizadas nos últimos cinco anos –, a identificação dos interesses mercantis portugueses na colonização da América, com foco na exploração do pau-brasil; bem como, o interesse da cultura europeia pela cor vermelha. Porém, os recursos de análises são restritos aos casos locais ou de interação direta entre colônia e metrópole – não se aborda, por exemplo, questões particulares ao contrabando, as disputas de corte, embarque e comércio.

Os portugueses encontraram em nosso litoral uma espécie de árvore, a qual chamaram pau-brasil, de cuja madeira era possível extrair um potente corante vermelho. Na Europa, os tecidos de cor vermelha eram valiosos e indicavam *status* social. Até o século XVI, as tinturas vermelhas eram extraídas, principalmente, de um molusco do mar Mediterrâneo. O processo de extração era complexo, o que encarecia muito a produção desse corante: era necessário ferver milhares de moluscos para produzir uma quantidade pequena de tinta. Da madeira do pau-brasil, no entanto, era possível extrair uma resina que rendia muito mais corante²²⁵.

Afora essa consideração panorâmica aos livros didáticos²²⁶, temos dois livros que ganharam destaque no cenário intelectual, primeiro pelos seus autores, e, segundo por tratarem de um assunto tão sensível da história brasileira: o pau-brasil. O primeiro desses livros é *Pau-Brasil*²²⁷, que foi organizado pelo jornalista Eduardo Bueno, mas que tem a contribuição intelectual de diversos outros autores.

Pau-brasil é mais que um livro. Ao mesmo tempo, *Pau-brasil* não é somente um grito de alerta, uma tentativa de resgate histórico, cultural e ecológico ou um testemunho militante. *Pau-brasil*, o livro, é uma declaração de amor, formal e impositiva, à árvore que nos tornou “brasileiros”. [...]. É uma declaração multidisciplinar: com raízes fincadas na botânica, com a solidez de um lenho na linha da investigação historiográfica, com a disposição de reduzir a pó a árvore e descobrir, a final, como funcionava o corante que fez a fama, a fortuna e a desgraça do nosso “pau-de-tinta”²²⁸.

²²⁵VAZ, Valéria. *Geração alpha história: ensino fundamental: anos finais*. Editora responsável Valéria Vaz. – 2. ed. – São Paulo: Edições SM, 2018.

²²⁶A escolha dessas duas coleções deve-se ao fato de que são as editoras em uso, no presente momento, nas Escolas das Redes Municipais e Estaduais da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE. Nesse mesmo período, em que escrevia esta dissertação transpunha minhas reflexões para sala de aula desta cidade apresentada, sempre levando em consideração como o tema é apresentado nos livros citados, assim como a forma que poderíamos pensar o tema com detalhes para além dos quais estavam apresentados.

²²⁷BUENO, 2002, Op. cit.

²²⁸Ibidem, BUENO, 2002, p. 11.

Seria, *Pau-brasil*²²⁹, um livro fenomenal em conteúdo e escrita caso não fosse a insegurança metodológica dos autores e os jargões anti-históricos e anacrônicos do organizador, tal como: “a história da Terra do (Pau-)Brasil sem dúvida se inicia com a chegada dos portugueses e não com os nativos que já ocupavam o cenário havia uns 15 mil anos (ou talvez mais)”²³⁰. Ou pior: “os Tupi e demais povos nativos do Brasil passaram, num minuto, da Idade da Pedra para a Idade do Ferro”²³¹ como se os indígenas fossem menos evoluídos que os europeus, ou meras ferramentas dos europeus, os quais simplesmente os estimularam para perpetrar um autêntico massacre ao pau-brasil.

O segundo livro é *Pau-Brasil: a cor e o som*²³², que conta apenas com uma edição, que não ultrapassa a soma de 3.000 exemplares. No mais, trata-se de um livro coordenado por Norberto Tabira Torres Barachuhy – um filantropo, que produz mudas de pau-brasil para distribuição gratuita –, e escrito pelo historiador Ricardo Maranhão – doutor em história e professor de Gastronomia –, ganhador do Prêmio Jabuti de Gastronomia. *Pau-Brasil: a cor e o som*, no geral, é um livro que segue na mesma esteira do anterior – *Pau-brasil*, de Eduardo Bueno –, pois tenta dar forma a uma grande e totalizadora história do Brasil, através desse símbolo nacional. Mais ainda, possui um apelo em resgatar e preservar o pau-brasil. O autor, por sua vez, tem um maior cuidado em suas conjecturações e na própria metodologia, mas não é rara as vezes que beba da mesma fonte e das mesmas ideias de Eduardo Bueno, e dos demais autores de *Pau-Brasil*.

Em suma, ambos os livros tratam dos 500 anos de história da madeira que deu nome ao país. Além disso, têm ricos acervos fotográficos, bem como muitas das fontes são apresentadas digitalizada de forma a comunicar e atingir o leitor com uma melhor precisão e dinamismos. Além do mais, são livros não só de história, mas também de meio-ambiente, de música etc.

É nesse sentido que, podemos refletir sobre a seguinte questão: se desde os esforços dos primeiros historiadores – Bernardino e outros –, até os trabalhos mais recentes no meio acadêmico – de Josemara Lima e Uiá Santos –, os estudos (pensando nos mais variados posicionamentos, seja culturalistas ou economicistas) vêm por hora caindo em um obscurantismo e profundo desinteresse entre historiadores e historiadoras.

²²⁹BUENO, 2002, Op. cit.

²³⁰Ibidem, BUENO, 2002, p. 31.

²³¹Ibidem, BUENO, 2002, p. 31.

²³²MARANHÃO, Ricardo. *Pau-brasil a cor e o som* / Ricardo Maranhão, Simone Mateos; ilustrado por Vallandro Keating. – São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

Principalmente se pensarmos que a História Ambiental ainda não alcança amplos espaços de reflexões em todas as regiões brasileiras, e sobre os mais variados temas. Temos que, ainda com que com receio – receio que o próprio ambiente acadêmico cria –, valorizar produções como as de Bueno²³³ e Maranhão²³⁴, temos que analisar suas respectivas importâncias sociais, uma importância na medida em que quebra a estética de uma escrita acadêmica bruta, que consegue levar a história do pau-brasil para vias de circulação mais ampla. Valorizá-las não como um mero galho tortuoso, mas uma orquídea que cresce sob a proteção do tronco e das folhas do pau-brasil.

Enfim, encerro este capítulo fazendo uma breve consideração. Com certeza, existem outros trabalhos a respeito do pau-brasil que tenham sido produzidos e publicados – e tantos outros apenas produzidos, mas nunca divulgados. Mas o olhar impreciso de jovem historiador, com recursos limitados para pesquisas amplas, tenha deixado escapar. Espero, entretanto, conhecer novas obras que tratem sobre o pau-brasil, e, se não eu, que outros pesquisadores assumam essa tarefa – que com certeza renderá bons frutos.

²³³BUENO, 2002, Op. cit.

²³⁴Ibidem, MARANHÃO, Ricardo. 2016.

Tabela 3: Historiografia do pau-brasil.



Historiografia do pau-brasil

1

As raízes

As incursões temáticas de Varnhagen (em *História Geral do Brasil*) e do IHGB, a partir de 1850.

2

1ª parte do tronco

Produções iniciadas nos anos 1930. Surgimento da ideia de “ciclos econômicos”, de uma história econômica do Pau-brasil.

3

2ª parte do tronco

Produções ligadas aos recentes debates da História Ambiental e Ecológica.

4

Galho tortuoso

Produções independentes, de forte apelo cultural, porém com pouco empenho analítico e metodológico. Além de como o tema é representado em livros didáticos

PARTE II
*O PAU-BRASIL NO TEMPO DA AMÉRICA PORTUGUESA:
OS CAMINHOS E OS USOS DO PAU-BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E
XVII*



Pode-se percorrer o mundo passando pelas terras
de Felipe.

Lope de Vega, *La octava maravilla*, 1618.

Imagem 13: Cortes verticais da casca ao cerne do pau-brasil.



Legenda: Pau-brasil (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). Corte ligeiramente vertical no tronco. O cerne tem cor de brasa, donde se originou o nome de nossa pátria; a parte em tons claros e escuros que envolve o cerne é o alburno, que é revestido por casca fina. Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, 2008. Editado de Fabio Colombini.

CAPÍTULO IV

O MUNDO IBÉRICO E A EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL

1. A expansão Portuguesa (1500-1600): Contatos e Negociações

Em meados do século XVI, os Portugueses estavam já bem entrincheirados na Ásia marítima e em vários pontos da orla da África Ocidental e oriental. Também tinham dado início à ocupação do Brasil costeiro e haviam chegado praticamente ao fim os primeiros contatos por via marítima com povos desconhecidos. Portugal adquiria uma rede quase global de colônias, fortalezas e feitorias dispersas por três continentes e numerosas ilhas. Estruturado este império marítimo, Portugal estava em transição de uma era de primeiros contatos fronteiriços – isto é, contatos ao longo das fronteiras dos territórios agora controlados pelos Portugueses, e também cada vez mais no Interior além desses territórios de divisa.

As possessões portuguesas na Ásia integravam um imenso território de nações, reinos e cidades, muitos deles ricos e altamente sofisticados segundo os padrões europeus da época. No Brasil e em África, os colonatos portugueses confinavam com regiões e sociedades pouco menos complexas – modestas em termos e realizações materiais, para os modos europeus. Todas essas experiências portuguesas nos contatos fronteiriços foram inevitavelmente ricas e variadas. Porém, vale destacar que, essas zonas de fronteira eram, acima de tudo, linhas de defesa em zonas de confronto²³⁵.

Entretanto, é claro que nem todos os contatos fronteiriços dos Portugueses foram militares. As fronteiras são, sobretudo, zonas de transição através das quais podem ocorrer toda a espécie de contatos pacíficos. Nas fronteiras, as culturas encontraram-se, aprendem umas sobre as outras, trocam informações e estabelecem compromissos. Este teve lugar onde quer que os Portugueses encontraram outros povos, tradições e modos de vida²³⁶.

Na América Portuguesa, também a fronteira que delimitava os colonatos costeiros era muitas vezes atravessada pelos franciscanos, jesuítas ou outros missionários. Mas tratava-se de um tipo diferente de fronteira missionária, para além da qual não

²³⁵C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. Londres, 1969, p. 208.

²³⁶THOMAZ, L. F. F. R. *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Macau, 1993, p. 46.

existiam grandes reinos exóticos, mas sim territórios aparentemente sem lei. Em 1607-1608, os padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira realizaram uma viagem épica até o interior do Ceará, entrando em contato com o remoto povo Takarijú, falante da língua Jê, localizado além de Ibiapaba. Desconfiaram deles e da sua mensagem, atacaram o seu acampamento, mataram Pinto à mocada e obrigaram Figueira, em estado de choque, a ir-se embora²³⁷. Era óbvio que os riscos associados durante os contatos e as conexões, principalmente quando as incursões dos negreiros já tinham espalhado medo e desconfiança.

Não obstante, “cada tipo de contato tinha sua historicidade” – é óbvio que as relações não seguem um padrão predefinido, as questões de relações interétnicas nos primeiros tempos da colonização, dependiam as práticas políticas indígenas²³⁸. Muitas vezes, as negociações eram formais, com representantes oficiais da coroa portuguesa avistando-se e negociando com os líderes locais, os quais, por seu lado, enviavam por vezes representantes de Lisboa. No entanto, alguns comerciantes, aventureiros ou clérigos portugueses também conduziram negociações com povos indígenas, com agendas muito diferentes das da coroa. Inclusive havendo conflitos entre os próprios representantes da Metrópole – como veremos mais à frente.

À medida que os Portugueses consolidaram a sua presença no Ultramar, contatos e negociações fundiram-se, quase que imperceptivelmente, em interações. Os Portugueses e vários povos da Ásia, da África e do Brasil associaram-se cada vez mais no cotidiano. Aprenderam a conhecer-se mutuamente, trocaram ideias e adaptaram-se aos modos uns dos outros – este processo de transculturação mútua levou gradualmente a relações de longo prazo mais estáveis. O mundo do comércio também foi um importante palco de interações. O envolvimento intercultural no comércio exigia um nível considerável de compreensão e confiança mútuas. Porém, vale destacar que, diferente dos contatos e das negociações com os reinos Asiáticos, na América Portuguesa os contatos e as negociações rapidamente se converteram em interações e desejos de levar aos povos nativos a conformarem-se com as normas das crenças e do comportamento português,

²³⁷HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Londres, 1978, p. 209.

²³⁸APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Contatos interétnicos entre povos indígenas e colonizadores no sertão da Capitania Real da Paraíba, entre os séculos XVI e XVIII. In: REGO, André de Oliveira; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Novas Histórias dos povos indígenas no Brasil: territorialidades da escrita interdisciplinar indígena e não-indígena*. Salvador: SAGGA, 2018.

especialmente através da conversão ao catolicismo, que constituiu como poderoso impulso para estes.

2. A exploração do pau-brasil: um feito espontâneo e localizado?

Depois da chegada dos portugueses à costa brasileira, em 1500, a colonização não foi um processo planejado ou pensado: ela “se fez apesar de seus autores”²³⁹, ou pelo menos assim diria Sérgio Buarque de Holanda, e, diria mais: que “aventureiros” – e não “trabalhadores” – foram os envolvidos em tal processo. É, suas palavras em *Raízes do Brasil* ecoaram, e, atualmente, até quem diga que os portugueses estavam em praias brasileiras, no século XV, “tirando férias”, se aventurando pelas matas e pelos corpos das índias.

Em “o semeador e o ladrilhador”, capítulo 4 de *Raízes do Brasil*, Buarque de Holanda tenta distinguir mais claramente o domínio colonial português do espanhol, de modo a destacar aquilo que frequentemente se denomina padrão colonial ibérico. De acordo com esse padrão, os espanhóis teriam se esforçado para “vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste” em suas colônias. Para Portugal, contudo, “a colônia [seria] simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos”. São vários os motivos, e amplas as fontes documentais de Holanda, para atestar isso, e, apesar de que a intenção do autor não era declarar a colonização como fracassada, mas sim reconstruir a história colonial analiticamente, a partir de uma perspectiva de longa duração, com o intuito de atestar sua interpretação da sociedade brasileira.

Enfim, diferente do que pensamos, ou melhor: do que Sérgio Buarque de Holanda supunha e outra parte da população brasileira replica, no passado colonial os eventos não se deram ao acaso, como o desabrochar espontâneo de uma flor, isto é, as explorações do pau-brasil não ocorreram de forma espontânea e localizada, sem constituir uma política deliberada.

A questão que levanto nas linhas a seguir é que, apesar dos primeiros anos de presença portuguesa, e, de forma geral, europeia, no atual território brasileiro ser assunto debatido exaustivamente, é também aceito de forma factual – observando os pontos

²³⁹Op. Cit, HOLLANDA, 1995.

anteriormente citados. Contudo, o pau-brasil – uma árvore não tão simples, que faz parte da história de um país antagônico e com suas próprias especificidades – é um veio histórico para pensarmos que:

1. A colonização e a exploração do território brasileiro fizeram parte de um processo conjunto, sistêmico e organizado;
2. Sobretudo houve esforços para planejar e gerir o corte e o envio de pau-brasil;
3. Os tons do vermelho de tingir panos ligaram povos, uniu culturas, regiões e diversificou costumes.

Mas, minhas considerações não são algo que reluz o ineditismo da questão. O engenheiro florestal Carlos Ferreira de Abreu, em sua tese de doutorado – citada em *Pau-brasil: os recentes debates da história ambiental* –, discute que a política florestal portuguesa na colônia brasileira se caracterizou por uma exploração bem mais orgânica dos recursos naturais do que usualmente se pensa, e não por um processo de extração dos recursos desenfreado e realizado ao acaso. Segundo suas conclusões, a floresta não foi destruída aleatoriamente, havendo, na verdade, um trabalho de planejamento e gestão, expresso em uma legislação extensa e abrangente²⁴⁰. Principalmente a partir do Regimento do Pau-Brasil, assinado por Felipe II, em 12 de dezembro de 1605, instrumento leal contendo medidas visando racionalizar o extrativismo e conservar para futuras explorações as matas de pau-brasil.

Além disso, com base em Castro²⁴¹, podemos dizer que no contexto histórico daquele período, a ideia de conservação – registrada nos mecanismos de gestão e controle do poder colonial – era o de garantir a exploração sistemática das terras e dos recursos naturais em oposição a uma ação casual, desregrada e destrutiva dos elementos da natureza. Logo, a partir de suas análises, feitas a partir de dados relativos aos impactos ambientais provocados por diferentes atividades florestais durante o período colonial, percebe-se que não se justifica a tão propalada ideia de que herdamos da colonização lusitana boa parte de nossos problemas ambientais. Na Colônia brasileira, as atividades florestais apresentaram relevantes aspectos conservacionistas, plenamente visíveis no conjunto das medidas legais encetadas pela administração portuguesa.

²⁴⁰Idem, CASTRO, 2002

²⁴¹Idem, CASTRO, 2002

Em sentido diferente do historiador Warren Dean, em *A ferro e a fogo*, a produção de Castro não nega que a exploração dos recursos naturais realizada no período colonial redundou na degradação da floresta e de outros ecossistemas outrora ricos e diversos. Isto é, Castro não faz uma história da destruição e devastação das matas. Entretanto, o autor apenas dimensiona o papel da exploração do pau-brasil na eliminação quase que completa da Mata Atlântica, um dos, se não o mais, diversificado ambiente terrestre. E, sobretudo, demonstra que houve tentativas importantes para ordenar e organizar o processo de colonização do Brasil e que houve esforços para conservar e proteger a paisagem.

Castro coloca alguns fatos que atestam esses esforços para a organização do ambiente e da paisagem, porém, acredita que essas movimentações só se iniciaram no século XVII com o regimento do pau-brasil, de 1605. Nós, entretanto, acreditamos que o primeiro processo de organização do território brasileiro foi, logicamente, devido a exploração do pau-brasil, mas ainda no início do século XVI, com o arrendamento de terras ao cristão-novo Fernão de Loronha e a criação de feitorias.

De três anos para cá foi descoberta Terra Nova, da qual se trazem todos os anos 20 mil quintais de pau-brasil, o qual brasil é cortado de árvores muito grossa, muito pesada e nobre; contudo, não tinge com aquela perfeição como faz o nosso sappan do Levante [Oriente]. Apesar disso, se despacha muito para Flandres, para Castela, para Itália e muitos locais, e cujo quintal vale de dois e meio para três ducados. Esse brasil está arrendado para Firnando dalla Rogna [Fernão, ou Fernando de Noronha], critão-novo, por dez anos, por quatro mil ducados ao ano. Todos os anos, Firnando dalla Rogna manda em viagem seus navios e homens à dita Terra Nova, tudo à sua custa, com essa condição: que o Sereníssimo Rei [dom Manuel] proíba que, doravante, seja o sappan trazido da Índia²⁴².

A partir principalmente de documentos como o citado acima: a “Relazione” de Lunardo de Chá Masser, escrita de 1506 a 1507, importante documento publicado primeiro na Itália e depois em Lisboa, no volume das *Memórias da comissão portuguesa do centenário do descobrimento da América*, e outros como a carta de Pietro Rondinelli, escrita de Sevilha em 3 de outubro de 1502, publicada na *Raccolta colombiana*, sabemos um pouco sobre o primeiro contrato de arrendamento do Brasil.

Na carta de Pietro Rondinelli, lemos que após a chegada das primeiras armadas exploradora, D. Manuel arrendou o Brasil a um grupo de capitalistas, cristãos-novos, ou

²⁴²Memórias da comissão portuguesa do centenário do descobrimento da América, Lisboa, 1892.

judeus conversos, à frente dos quais estava Fernão de Loronha. Além disso, nos dizeres da carta:

são obrigados a mandar todos os anos 6 navios a descobrir todos os anos trezentas léguas adiante, e a fazer uma fortaleza no território descoberto, e mantê-la nos ditos 3 anos; e no primeiro ano nada pagam, no segundo um sexto, no terceiro um quarto e fazem conta de trazer pau-brasil e escravos, e talvez achem outra coisa de proveito²⁴³.

Entendemos, então, que após esse momento a paisagem deixou de ser algo politicamente neutro. E também, os portugueses agiram e imaginaram bem depressa um meio de ganhar dinheiro com aquela árvore. Pois a magnitude do que viram não deixou de impressionar, as sonoras descrições, das quais muitas alegavam a grandiosidade das matas e árvores, ecoaram pelo Atlântico. As novas notícias, e novas plantas, chegaram no Além'mar e sem pressa, porém de forma organizada sob a tutela do Estado português, o “trato”²⁴⁴ do pau-brasil se iniciou.

Aí que entramos no segundo questionamento, seria a exploração do pau-brasil um feito localizado, restrito a apenas alguns hectares de matas? Não podemos negar que para os colonizadores, viver ou, simplesmente, estar em novas terras significou ter de se adaptar às circunstâncias locais, a um novo ambiente que não lhe era familiar, a uma paisagem incerta e nova. O Brasil era problema novo em face da expansão comercial e marítima que os povos europeus estavam iniciando. Um problema que resultou na exploração desmedida do território.

E é preciso lembrar que andar em meio a esta mata especialmente para obter pau-brasil, uma única tora que fosse, era preciso antes cruzar o oceano Atlântico. Depois, considerando a quantidade citada pelo agente veneziano, seria indispensável a armação de uma ou mais feitorias. Por fim, era preciso já ter localizado a árvore em meio ao emaranhado da mata e dispor de braços para o abate, preparo, remoção, acumulação e carregamento. Isso sem falar numa sucessão de contatos bem-sucedidos que tivessem assegurado um desfecho favorável no processo relativamente complexo de arregimentar

²⁴³ RACCOLTA COLOMBIANA, Parte III, vol. II, p. 121.

²⁴⁴ Segundo Bernardino José de Sousa, “trato” é velha palavra portuguesa, que, além de outros significados, tem o de negócios, exercício de mercancia, ocupação em comprar e vender (Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*). Trato do pau-brasil é expressão corrente em documentos oficiais e nas crônicas do tempo, para designar o seu tráfico, o seu comércio.

os nativos e convencê-los a desempenhar tanto o duro labor de lenhadores como de bestas de carga.

Logo, surgem algumas dúvidas, tais como: que informações poderiam dispor os navegadores europeus em geral, e os portugueses em particular, sobre a existência do pau-brasil naquelas paragens até então (supostamente) pouco conhecidas, a ponto de propiciarem com tanta rapidez um fluxo de madeira nas dimensões reveladas, o século XVI nos legou várias perguntas, a dificuldade em ter acesso as fontes é um problema que ergue como um elevado tronco na frente do historiador.

Mas, sensivelmente, podemos dizer, com base nas fontes as quais tivemos acesso, que a exploração foi antes de tudo um plano com monopólio e feitorias, e que, antes de qualquer coisa: muitos – ou a maioria – desses questionamentos são facilmente respondidos através do estudo histórico dos povos indígenas. Se por um lado o europeu se deparava com uma natureza diferente do habitual, e, se encontrava com povos antes não vistos; foi neste processo que a sabedoria dos ameríndios, dos povos de língua Tupi, foram em todo fundamentais para o reconhecimento do território, o qual eram eles os conhecedores seculares dos biomas e das florestas, as quais conviviam simbolicamente – determinando até as árvores que deveriam ser retiradas e o momento ideal para a derrubada. Porém, trataremos melhor desses e outros aspectos mais adiante.

Agora, basta acrescentar que, talvez ao longo do século XVI a exploração do pau-brasil não estava em todo sistematicamente organizada e amplamente localizada, mas com certeza todo o processo ocorrido nesse século, e principalmente os descaminhos e o contrabando da árvore pelos franceses e ingleses, serviram de bases para que no início do século XVII, em 1605, o processo de trato provocasse o surgimento de um regimento até então único.

Eu El-rei. Faço saber aos que este Meu Regimento virem, que sendo informado das muitas desordens que lia no certão do páo brasil, e na conservação delle, de que se tem seguido haver hoje muita falta, e ir-se buscar muitas legoas pelo certão dentro, cada vez será o damno mayor se se não atalhar, e der nisso a Ordem conveniente, e necessaria, como em cousa de tanta importancia para a Minha Real Fazenda, tomando informações de pessoas de experiência das partes do Brasil, e comunicando-as com as do Meu Conselho, Mandeí fazer este Regimento, que Hei por bem, e Mando se guarde daqui em diante inviolavelmente²⁴⁵.

²⁴⁵REGIMENTO sobre o pau-brasil. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272.

Integrando critérios econômicos, políticos e ameríndios, o Regimento de 1605 fornecia às autoridades metropolitanas instrumentos essenciais para o planejamento e a gestão dos contratos de concessão, tais como a definição anual de cotas de exploração, corte somente com licença e o estímulo à regeneração natural mediante métodos indígenas, rotação de exploração e delimitação de áreas reservadas. Para implantar as medidas previstas no Regimento, foi criada uma estrutura de apoio político, legal e de controle policial, prevendo-se duras penalidades para todos aqueles que transgredissem os preceitos ali estabelecidos.

Sem contar que 20 anos após o regimento ser outorgado temos alguns documentos, datados da década de vinte do século XVII, que atestam as disputas de controle, da administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, na capitania de Pernambuco^{246 247}. Mostrando para nós, que não se trata de algo feito de forma espontânea, muito menos restrito a alguns espaços e alguns grupos.

O teor desses documentos consiste, como dito, em cartas indicando que os jesuítas tomassem o controle da administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, na capitania, pois era comum os desvios ocasionados pelos particulares que tiravam o sustento dessa fonte de renda. Acreditava-se que os votos de pobreza dos jesuítas, iriam impedir que eles contrabandassem o pau-brasil, incidindo num maior lucro para as partes envolvidas²⁴⁸. Porém, para Silva²⁴⁹, os jesuítas eram uma Ordem de contrastes, já que enquanto pregavam o voto da pobreza viviam em completa abundância a partir das regalias que o Rei passou a dar para que eles ajudassem na colonização do Brasil. Mesmo que esses mesmos Reis tivessem a intenção de barrar o crescimento exacerbado do patrimônio jesuítico, cediam perante à necessidade de seus favores, notadamente no que dizia respeito aos índios. Toda a educação dos indígenas estava sob responsabilidade dos inacianos.

²⁴⁶Carta de Sebastião de Sebastião Pestrelo sobre a conveniência de se empregarem os jesuítas na administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, antes de ser embarcado para o Reino. (1625) AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 112.

²⁴⁷Carta do [ex-governador geral do Estado do Brasil] Gaspar de Sousa, ao rei [D. Filipe III], sobre ser improprio ceder aos jesuítas a administração do corte, transporte e guarda do pau-brasil, sugerindo que esta responsabilidade seja transferida aos governadores e capitães das capitanias. (1625) AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 111.

²⁴⁸625, AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 112

²⁴⁹Idem, SILVA, 2014

As disputas entre jesuítas e governadores e capitães de capitania, os primeiros arrendamentos, o regimento de 1605, e, muitas outras matérias de documentos nos fazem ver aquilo que os historiadores parecem não ter percebido. Que a constatação da existência da madeira tintorial no Brasil somente poderia ocorrer de duas formas: por um golpe de sorte ou através de uma trabalhosa e demorada familiarização com a natureza e os habitantes locais. (O golpe de sorte é estatisticamente improvável, pois a Mata Atlântica abriga mais de dez mil espécies vegetais, das quais o pau-brasil é apenas uma e, assim mesmo, espalhada aleatoriamente na selva fechada e fora da linha ciliar da costa).

3. O pau-brasil no período filipino (1580-1640)

Após a consolidação da atividade açucareira e as conquistas territoriais sobre os indígenas do final do século XVI houve um incremento no desenvolvimento da América Portuguesa. Segundo Schwartz, “a produção do açúcar estimulou uma ampla variedade de atividades e serviços”²⁵⁰. Assim, ao movimento de embarcações na costa seguiu-se um aumento considerável de população nas regiões de produção açucareira, crescimento e diversidade no comércio com a chegada de mercadorias de diversas partes do Império português, crescimento do tráfico de escravos e o fornecimento do serviço de artesãos, médicos, advogados e funcionários do governo.

No ano de 1580, a nobreza portuguesa e a monarquia castelhana uniram-se em uma aliança que resultou na unificação das coroas da Península Ibérica sob o reinado de Filipe I de Portugal, também conhecido como Filipe II de Espanha. Como resultado dessa aliança, a nobreza portuguesa foi amplamente favorecida durante o período Filipino.

As possibilidades oferecidas pela integração ampliaram a articulação dos impérios no sistema comercial oferecendo uma maior base de sustentação para os mesmos. Segundo Wolfgang Lenk, ocorreu a abertura do “acesso [de] mercadores portugueses à prata americana, produto essencial na aquisição das mercadorias do Oriente”²⁵¹. Reconhecida foi, também, a possibilidade de superação da concorrência naval britânica, holandesa e da resistência dos povos asiáticos no Oriente. Por outro lado,

²⁵⁰SCHWARTZ, Stuart. B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 – 1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 95.

²⁵¹LENK, Wolfgang. Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624 – 1652). São Paulo: Alameda, 2013, p. 210.

a prata americana e o acesso ao mercado de escravos africanos fomentaram uma recuperação da disponibilidade de mão de obra na América espanhola²⁵².

Uma das consequências maiores da União Ibérica foi a inserção do Império Português e, por sua vez o Brasil, nos conflitos entre a Espanha e o Reino dos Países Baixos²⁵³ que se iniciaram a partir da União de Utrecht que reconheceu a independência das Províncias Unidas. Aliado ao fator político, as guerras tiveram também uma motivação religiosa²⁵⁴. Esse período culminou com a invasão da Bahia em 1624 e na ocupação de Pernambuco de 1630 a 1654.

Por todo o período das guerras neerlandesas, e a consequente ocupação da capitania de Pernambuco e suas anexas, reduziu-se o fluxo de exportação de pau-brasil oriundo da região que compreendia o Rio Grande do Norte até o São Francisco. Segundo Bernardino José de Souza, o comércio do pau-brasil vindo de Pernambuco declinou muito entre os anos de 1630 e 1633 havendo uma sensível melhora entre os anos de 1635 e 1636, sendo que a partir do governo de Maurício de Nassau os contratadores reapareceram “com os seus homens nas matas de pau-brasil, e carregamentos vultosos foram destinados aos Países Baixos²⁵⁵”.

Evaldo Cabral de Mello lembrou que a Companhia de Comércio obteve o monopólio do pau-brasil a partir da década de 1640. Segundo Mello, com a queda na produção do açúcar, a madeira adquiriu um peso maior no conjunto das exportações pernambucanas. Nesse mesmo contexto, o autor de *Olinda Restaurada*, afirmou que em função da preservação do monopólio régio da venda em Portugal o Conselho Ultramarino foi favorável a que o monarca “fizesse vista grossa a exportação de particulares, permitindo aos colonos extrair, transportar e vender o pau-brasil que quisessem, sem

²⁵²LENK, Wolfgang. Guerra e pacto colonial. Op. Cit. p. 210 – 211.

²⁵³Segundo Celso Furtado, “as terras compreendidas atualmente pela Holanda, a Bélgica e parte do norte da França eram conhecidas, no começo dos tempos modernos, pela designação geral de *Nederlanden*, isto é, Países Baixos. Quando as sete províncias setentrionais – entre as quais se destacavam a Holanda e a Zelândia – conquistaram sua independência em fins do século XVI, as demais passaram a chamar-se Países Baixos espanhóis. A parte independente chamou-se então Províncias Unidas, prevalecendo subsequentemente o nome de Holanda. A independência das Províncias Unidas data, oficialmente, de 1579 (União de Utrecht), mas a guerra com a Espanha continuou pelos trinta anos seguintes, até a trégua dos doze anos firmada em 1609. Dessa forma, os flamengos das Províncias Unidas, que haviam desenvolvido enormemente o seu comércio com Portugal, quando estavam submetidos a Espanha, foram obrigados a abandoná-lo quando adquiriram a independência, pois no ano seguinte a Espanha ocupava Portugal”. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Op. Cit. p.15.

²⁵⁴Cf. MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras holandesas na Bahia, 1624 – 1654*. Tese de doutorado. Salvador, PPGH-UFBA, 2010.

²⁵⁵*Ibidem*, SOUZA, 1939.

incorrer nas penas da legislação”²⁵⁶. Contudo, é muito provável que os neerlandeses tivessem dificultado muito as exportações para Portugal e se apropriado do negócio da madeira corante como apontado por Bernardino de Souza.

4. O poder simbólico do vermelho: o pau-brasil vai à Europa

Muito tempo antes da presença europeia nas terras que viria a se tornar o Brasil e a construção das relações com a *Paubrasilia echinata*, a cor dos vestuários, uniformes e símbolos já era um assunto dos mais importantes para várias sociedades. Usar cores era sempre uma designação de pertencimento a um grupo social, um estamento, classe, um exército, enfim, uma maneira de se diferenciar.

Na maioria das sociedades agrícolas da Antiguidade, os camponeses e a maior parte da população usavam roupas sem coloração, isto é, com a cor natural dos fios com que eram tecidas, em geral de lã, linho, algodão ou cânhamo, além de fibras vegetais específicas de regiões como as do papiro, no Egito. Só os poderosos é que usavam cores no vestuário ou em enfeites, como broches, braceletes, colares, gargantilhas e cintos.

“O vermelho é ‘cor’, acima de tudo. Algumas palavras como *coloratus* em latim e *colorado* em espanhol significam tanto ‘vermelho’ como ‘colorido’. E na língua russa, a palavra ‘krasnoi’ quer dizer tanto ‘vermelho’ como ‘belo’.”²⁵⁷ Um dos motivos do predomínio do vermelho em nossa cultura desde a mais longínqua antiguidade, segundo Michel Pastoreau, deve-se ao fato de que muito cedo o homem começou a fabricar pigmentos vermelhos. Desde o período paleolítico, há 35 mil anos, o ser humano já utilizava o vermelho, obtido a partir de argilas e terras avermelhadas. Mas no Neolítico surgiu a erva garance cujas raízes produzem uma cor avermelhada²⁵⁸.

A história mundial da tinturaria no século XVII foi marcada pela prevalência do uso do pau-brasil de Pernambuco. O uso de plantas, frutos e raízes como corantes possui longa fortuna e movimentou um mercado global para o anil (azul), a cochonilha (vermelho), o cedro (rosa), o urucum (laranja), a imbuia (castanho), a acácia negra

²⁵⁶Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007, p. 137.

²⁵⁷LEITE, Mazé. *Pequena história da cor vermelha*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.ph?id_coluna_texto=5683>. Acesso em 11 de agosto, 2022.

²⁵⁸PASTOREAU, Michel. *Le Petit Livre des coluleurs*, citado por LEITE, Mazé, op. cit.

(marrom), o açafão (amarelo) e muitas outras; além do *brésil* de Pernambuco que era extraído nas matas do norte do estado do Brasil em vultosas quantidades.

O mercado mundial de tecidos deslocaria seu centro de produção para os teares industriais da Grã-Bretanha no final do século XVIII, no entanto, a tinturaria europeia ainda buscava imitar os seculares processos de tintura têxtil dos indianos e chineses, como apontou Kenneth Pomeranz e Sven Beckert^{259 260}.

No início do século XV, a conquista pelas tropas portuguesas da guarnecida cidade de Ceuta, empório islâmico do norte da África, que conectava o Atlântico ao Mediterrâneo, representou um dos relevantes marcos da formação do império marítimo português, assim como modificou indelevelmente suas operações aduaneiras e alfandegárias. O desejo lusitano de controlar a empresa de Ceuta, a praça africana onde os califas comercializavam os cobiçados produtos orientais,²⁶¹ foi o início da mais valiosa repartição alfandegária de toda a história da Coroa portuguesa entre os séculos XV e XVIII: a Casa da Índia. Inicialmente foi chamada de Casa de Ceuta²⁶².

Em meio a tantos produtos valiosos pertencentes aos negócios da Coroa, gêneros provenientes das quatro partes do mundo, como consta no poema de Sebastião de Afonseca e Paiva no século XVII, das “opulentas cidades e famosas/ donde vem pedras preciosas/ açúcar, beijoim, cravo e pimenta/ com o que o Reino se sustenta”,²⁶³ figurava o rentável e monopolizado mercado de tinturaria proveniente do pau-brasil, controlado por Lisboa a partir da Casa da Índia.

²⁵⁹POMERANZ, Kenneth. A grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna. Lisboa: Edições 70, 2013.

²⁶⁰BECKERT, Sven. Empire of cotton. A global history. Nova York: Alfred A. Knopf, 2014.

²⁶¹PERES, Damião. Regimento das Cazas das Índias e Mina. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947, várias páginas; MAURO, Frédéric. Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670), vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 189; MORAIS, Tancredo de. A Casa da Índia. Periódico do Club Militar Naval, nº 64, Lisboa, nov./dez. [193-], p. 1458-1459.

²⁶²PAYVA, Sebastião Affonseca e. *Relação da feliz chegada da sereníssima senhora d. Maria Sofia Isabel, rainha de Portugal à cidade de Lisboa, em 11 de agosto de 1687 e descrição da ponte da Casa da Índia*. Lisboa: Officina Domingos Carneiro, 1687, p. 10.

²⁶³SOUZA, Bernardinho José de. *O pau brasil na história nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 110; SIQUEIRA, Maria Isabel de. O Regimento do pau-brasil durante o período filipino no Brasil: continuidade ou inovação legislativa. *Revista do IHGB*, 166 (426), Rio de Janeiro, jan./mar., 2005, p. 88; e FINDLAY, Ronald & O'ROURKE, Kevin H. *Power and plenty. Trade, war and the world economy in the second millennium*. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 166.

CAPÍTULO V

DISPUTAS IMPERIAIS E AS NAVEGAÇÕES MARÍTIMAS PORTUGUESAS

O que Portugal retirou de madeira do Nordeste do Brasil – madeira gorda e de lei, que a outra lhe dava até repugnância – para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura volutuosa, para construir seus barcos e seus navios, forma um capítulo da história da exploração econômica do Brasil pela Metrópole, na sua fase já parasitaria, que **um dia precisa ser escrito com vagar e minúcia**²⁶⁴.

Eu poderia falar de qualquer madeira gorda e de lei do Nordeste do Brasil, que Portugal retirou para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, ou quaisquer que seja o uso que tenha dado... mas preferi escolher apenas uma madeira: a do pau-brasil. Não seria justo omitir que o pensamento de Freyre esteve em minha mente desde o início da produção e pesquisa desse trabalho até sua conclusão. Desde o início, meu objetivo foi o de realizar nessa pesquisa, uma história da relação socioambiental do pau-brasil com os seres humanos, tendo como alento a realização de uma história feita com vagar e minúcia. Meu alento foi o de posicionar o pau-brasil como um “protagonista” – até certo ponto – de uma história que relaciona o homem com a natureza.

Dado o contexto das navegações marítimas o passado do Brasil é, antes de tudo, uma história repleta de conexões. Não se trata de um local isolado dos acontecimentos e contextos que se desenrolavam fora dos limites territoriais, que no início da época Moderna não eram postos e estabelecidos como atualmente. Visto que, os povos que nessa terra habitava, por fatores não humanos, dividia espaço com uma árvore que já germinava antes de os primeiros *Homo sapiens* pisarem nos terrenos das densas matas da “costa do pau-brasil”, mas, não eram dois elementos isolados e apartados, o natural e o humano desde as mais antigas datas já se relacionavam – se conectavam.

E nessa história, entre seres humanos e *Paubrasilia echinata*, haveria de acontecer mais conexões e complexas. Pois não é simples que estando do outro lado do oceano Atlântico, e não dividindo o território com a árvore *Paubrasilia echinata*, Portugal tenha dado início a sua exploração em terras D’além mar. O Império Português se conectou através de outras circunstâncias, teve de se conectar com outra natureza e outros

²⁶⁴FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª edição – São Paulo: Global, 2004, p. 87. (Grifo meu).

povos, para depois se conectar com o pau-Brasil – a madeira, que, diferente da lógica indígena também servia para tingir panos.

Diante do exposto nosso trabalho pretende propor outras possibilidades de reflexões além do que já foram abordadas nas pesquisas como: a tese de doutorado de Carlos Ferreira de Abreu Castro – *Gestão Florestal no Brasil Colônia*, defendido em junho de 2002 e o livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* – livro do brasilianista Warren Dean lançada no Brasil pela primeira vez em 1996. Nossa pesquisa se baseia na perspectiva de uma lógica global dos impérios ibéricos e conectadas através de redes culturais e ambientais entre povos distintos no trato e no conhecimento sobre o pau-brasil.

Se Warren Dean, diria que a destruição da Mata Atlântica foi um processo sistêmico e organizado – e que o “primeiro” passo deste processo seria a “primeira leva de invasores” –, e desta feita por outro lado Castro aponta que na colônia brasileira, as atividades florestais apresentavam relevantes aspectos conservacionistas, plenamente visíveis no conjunto das medidas legais encetadas pela administração portuguesa – tendo como o “primeiro” passo deste processo o “Regimento do Pau-brasil de 1605”.

Proponho nos próximos capítulos que esta é sim uma história de uma relação socioambiental. Porém, ainda que neste processo haja exemplos de planejamentos conservacionistas – expressos no Regimento do Pau-brasil de 1605 –, existiam intensas disputas de controle de corte, contratos, diálogos, redes de contato, entre outras práticas de políticas-econômicas internas; portanto, mesmo que se tentassem criar regimentos e decretos as lutas, conflitos de interesses internos sobrepunha os interesses da Coroa Portuguesa. Logo, este suposto planejamento elaborado por Castro não poderia, para mim, ser expresso em um documento oficial, sim através de várias redes de informações e conexões, as quais se desembocam no regimento de 1605.

1. O processo de navegação: racionalidade, ciência e novas técnicas na expansão portuguesa

Nos primeiros anos da expansão portuguesa até meados do século XVII, os marinheiros portugueses e aqueles que ponderavam o impacto de suas circum-navegações afirmaram o valor da experiência como critério de “verdade científica”. Quer como

critério estabelecido através da prática, quer como valor na observação, a experiência foi extremamente importante para problematizar as estruturas de conhecimento herdadas da Antiguidade Clássica. Isto aplicou-se sobretudo em domínios como a geografia física dos oceanos e costas, a configuração celestial das estrelas e constelações, e a existência de populações humanas, vegetais e animais desconhecidas e insuspeitas, áreas nas quais as expedições portuguesas teriam um grande impacto – em contato com outros reinos e povos que também estavam em processos distintos de experimentações²⁶⁵.

Estas novas realidades foram absorvidas no decurso de um processo lento e empírico que durou mais de um século. No entanto, o ritmo arrastado deste processo não inviabilizou a oportunidade emergente de produzir uma nova arquitetura do conhecimento. O processo foi longo e, em certo momento entediante: como podemos pensar em descrever a experiência de homens que assistiram, com os seus próprios olhos, o enfraquecimento da sua visão herdada do mundo, ou que souberam por outros as fraquezas dos alicerces que a sustentavam?²⁶⁶

Desde o início da expansão marítima, recorrendo à espada, os vassalos do rei ampliavam as conquistas e recebiam como recompensas títulos de cavaleiros de Ordens Militares, terras e cargos na administração local. Mas os serviços dedicados à monarquia não se restringiam à arte da guerra; as viagens, aos poucos, tornaram-se instrumentos indispensáveis para reunir conhecimento capaz de viabilizar o governo do ultramar. Inicialmente, os vassalos percorriam os novos territórios e produziam inventários da natureza e de suas produções. Descreviam também os povos, seus costumes e sua capacidade de gerar produtos coloniais para fomentar o comércio do reino. Essas informações, sob a forma de cartas, relatórios e tratados, dirigiam-se ao soberano radicado em Lisboa, centro do império. Assim como a espada, a escrita tornou-se, então, um importante serviço dedicado ao rei, pois lhe informava sobre acontecimentos, terras distantes, minas, lavouras e a disposição de súditos em obedecer a suas leis. O conhecimento sobre o ultramar rendia aos moradores das conquistas a possibilidade de também alcançar privilégios; como os guerreiros, eles poderiam dispor de terras, títulos de cavaleiros e cargos de prestígio.

²⁶⁵CROWLEY, Roger. Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro império global. Editora Critica, 1ª ed. 2016.

²⁶⁶O livro da *Fábrica das Naus*, produzido em 1580 foi o primeiro tratado de arquitetura naval escrito em português.

No século XVIII, quando a ciência se tornou instrumento necessário para medir terras, produzir mapas, aperfeiçoar as lavouras e as minas, esses vassallos perderam, em parte, a capacidade de informar ao monarca sobre as suas conquistas. O Estado, por conseguinte, assumiu a tarefa de instruir profissionais que teriam a nobre tarefa de reunir informações, cientificamente capazes de promover reformas, delimitar os limites do império e introduzir técnicas responsáveis por modernizar as atividades produtivas. A Universidade de Coimbra era, portanto, o centro promotor da modernização da agricultura, manufatura e comércio. Filhos de militares, comerciantes e proprietários de terras foram enviados à Universidade com a intenção de receber formação e, posteriormente, ingressarem na magistratura ou em cargos de prestígio na administração metropolitana ou colonial. Formava-se, então, uma elite composta de bacharéis em matemática, filosofia e leis, que deveria percorrer o ultramar e, em viagens filosóficas, ativar os vínculos entre as colônias e a metrópole²⁶⁷.

2. Nos caminhos do poder: a expansão Portuguesa em um contexto global

O Império de Portugal no princípio da Época Moderna foi único, mas sua singularidade só pode ser apreciada em contraste com a história de outros impérios. O contexto tem de ser global e não limitado, como costuma ser, ao imperialismo europeu. Nesta fase da história, o imperialismo marítimo foi genuinamente uma das características originais da era moderna, do ser humano; os impérios marítimos, forjados em torno de mares colados às suas orlas e dependentes das comunicações marítimas, eram conhecidos no Mediterrâneo desde a Antiguidade e a Idade Média. Neste empreendimento também estava outros impérios em disputas, na moldagem das sociedades que encontrou. Durante todo o século XVI e na maior parte do século XVII, o empenhamento imperial português foi maior na Ásia e na rota imperial que lá conduzia. Foi somente no século XVII que o posto avançado de Portugal se transportou para o “Novo Mundo”, o Brasil, só suscitou interesse como ramificação da mesma rota, descoberta no decurso de uma excursão no Atlântico em busca dos ventos que conduziam ao Oriente²⁶⁸.

²⁶⁷RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância* / Ronald Raminelli. – São Paulo: Alameda, 2008.

²⁶⁸ALBUQUERQUE, Luís. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, 1983, pp. 149-174; PERES, Damião. *História dos Descobrimentos*. Porto, 1983, pp. 327-349.

Além do mais, embora o impacto europeu tenha variado consideravelmente e sido quase negligenciável em algumas áreas, houve dois contextos que os seus efeitos foram tremendos. O contato, o conflito e o contágio reconfiguraram partes do Novo Mundo onde a colonização branca penetrou: novas doenças mataram milhões de pessoas e refizeram o perfil demográfico, e novas biotas despojaram e revestiram vastos ambientes. O imperialismo português desempenhou um papel inquestionável significado nestas transformações. A transplantação do açúcar para América, pela qual os colonos portugueses do Brasil foram em larga medida responsáveis, foi a influência mais abrangente sobre a ecologia mundial – no Nordeste brasileiro²⁶⁹. O Nordeste de hoje seria irreconhecível sem a expansão portuguesa.

Como dito, entre os séculos XV ao XVII, era no Índico que o português buscava fama e fortuna. Até a descoberta do ouro no Brasil, o mar da fortuna, para os portugueses, ficava a leste do cabo da Boa Esperança. Nem de longe uma árvore, até então desconhecida, desviaria os olhares de um reino abastecido pelos frutíferos comércios marítimos entre a Ásia e a Europa, os quais comerciavam bens de luxo, e, sobretudo, de arroz, trigo, sorgo, carnes secas e salgadas, frutas frescas, legumes e outros alimentos, algodão em rama, madeiras – entre elas o *Caesalpinia sappan*: uma espécie semelhante ao pau-brasil encontrado no continente asiático²⁷⁰.

É, de fato, os olhares portugueses não eram em sua totalidade voltados para Terra do Brasil. Talvez por isso que ao me debruçar no estudo do primeiro quartel do século XVI (1500-1525) percebi que se trata de um período todo inçado de dúvidas, apesar de diversos esforços de pesquisadores deste e do outro lado do Atlântico. Fosse pelo quase abandono em que deixou por anos o rei de Portugal a terra do pau-brasil, fascinado como estava pelas rotas de comércio das especiarias da Índia, fosse pelo segredo que era de costume adotar-se nas expedições náuticas da época, dada a rivalidade das duas coroas da península ibérica no início das grandes navegações oceânicas²⁷¹. Mas, não há como negar, que a madeira do pau-brasil foi a primeira riqueza permutável, e também as razões das primeiras lutas ao longo da costa, o motivo das primeiras preocupações políticas em torno da posse da nova possessão territorial.

²⁶⁹Op. cit, FREYRE, 2004.

²⁷⁰FRAGOSO...[et. al.], organizadores. Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. – Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 16.

²⁷¹Op. cit, SOUSA, Bernardino, 1978.

Tendo em vista a vastidão de temas e casos que podem ser explorados ao relacionar os portugueses com a exploração de pau-brasil, nos primeiros anos do século XVI, optei por pensar a partir do rastro do seguinte problema: teria sido fácil para algum dos tripulantes ou passageiros da frota de Cabral encontrar pau-brasil naquela memorável semana de abril de 1500, nas paradisíacas paisagens do sul da Bahia?

É certo que nos primeiros 30 anos da presença portuguesa na nova terra, a chamada *Costa do pau-brasil* era, como Castro²⁷² costuma dizer: uma imensa fazenda florestal, frequentada apenas por traficantes de pau-brasil e pelas expedições guarda-costas. Poderia ser considerada, em termos atuais, a “*Floresta Nacional da Ibirapitanga*”²⁷³. Tão logo os portugueses chegaram ao litoral brasileiro, o rei de Portugal firmou um contrato de concessão com particulares, dando início à exploração comercial da floresta brasileira, o que marcou profundamente a economia colonial.

Mas voltemos a falar: para obter uma única tora que fosse, de pau-brasil, era preciso antes cruzar um oceano. E mais ainda: se eram uma grande fazenda floresta, essa fazenda estavam sobre o domínio indígena – domínio topográfico e militar –, logo, teriam antes de se aliar a esses povos para posteriormente conhecer e dominar tanto o ambiente, como a paisagem local, e, por ventura a memória dos indígenas.

Formava-se assim um império que só é de fato perceptível ao olhar daqueles que se colocavam sensíveis a perceber o equilíbrio instável, a fantástica capacidade humana de erigir estratégias e práticas sociais suficientemente forte e fracas para dar sustentação e movimento aos modos de vida dos súditos do rei de Portugal e seus domínios na *Época Moderna*²⁷⁴.

Se assim não fosse feito os primeiros exploradores portugueses, não saberiam lidar com todo aquele ambiente desconhecido. Nem tão pouco saberiam localizar uma árvore de pau-brasil. Pois, os comerciantes e usuários conheciam os produtos Orientais, mas não as matrizes de onde procediam. Se Cristóvão Colombo ou Caminha por ventura conhecesse o *sappan* – o chamado pau-brasil asiático, que era um produto que já frequentava as alfandegas e mercados europeus desde pelo menos 1270 –, estaria, quando muito, familiarizado com suas lascas (a forma como aquela madeira tintorial chegava à Itália, vinda do oriente). E, é muito improvável, também, que o pau-brasil nativo da

²⁷²CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2002.

²⁷³Idem, CASTRO, 2002.

²⁷⁴FRAGOSO, p. 24, 2010.

América fosse absolutamente idêntico ao *sappan*. Digo essas coisas para afirmar que: Caminha, nem ninguém da tripulação de Cabral, teria condições de reconhecer a árvore de pau-brasil na forma como ela se encontrava na natureza.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, **porque a estender d’olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa**²⁷⁵.

Logo, a partir da descrição de Caminha das terras recém exploradas, a penetração em profundidade na desconhecida mata fechada forçosamente teria de envolver grande dispêndio de tempo, pessoas e recursos na busca dos exemplares para o abate. Isso era algo que nem a frota e menos ainda uma pequena naveta de mantimentos poderia ter à disposição. Se não construindo, a partir dessa e de outras intromissões no território, relações e redes de contato.

Redes essas que desde o princípio não foram sendo construídas e articuladas apenas entre portugueses e indígenas, mas, também entre indígenas e franceses – e porque não portugueses e franceses. E, se assim foi:

O contrabando dos franceses foi muito mais grave, e tal foi a insistência de sua prática que certo foi ela uma das causas que levaram D. João III, que sucedera a D. Manuel em 1521, a olhar mais detidamente para o Brasil. Também já começara a esse tempo o desencanto da Índia – sorvedouro de vidas e de capitais²⁷⁶.

Os contatos iniciais, podemos dizer, eram reais “a conversação deles conosco era já tanta que quase nos estorvavam no nosso trabalho”²⁷⁷. As conexões eram diretas. E foram as bases dessas teias de contato que, desde muito tempo, vem sendo construída como um símbolo da propalada herança predatória europeia. Uma sanha que cruzou oceanos, dizimou povos, e construiu cidades e impérios.

Só assim: através de um entendimento de uma monarquia pluricontinental – que foi a portuguesa –, através da noção de análise de redes mercantis, sociopolíticas, governativas e ambientais, um esforço coletivo e conjunto para alimentar uma nova realidade de análise histórica sobre a história dos espaços ultramarinos no interior do Império Português, entre os séculos XVI e XVIII²⁷⁸.

²⁷⁵CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. – Porto Alegre: L&PM, 2014, 112. Grifo meu.

²⁷⁶Ibidem, SOUSA, Bernardino, 1978, p. 67.

²⁷⁷Ibidem, CASTRO, Sílvio, 2014, p. 105.

²⁷⁸FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 24.

3. Custos e tendências: o mito do pau-brasil no processo de fixação territorial do Império Português no Atlântico

Muitos dos historiadores que até o presente momento se destinam a pesquisar e analisar a “história do Pau-brasil” ou a “história do início da colonização portuguesa no Brasil”, concluem até então que a exploração do pau-brasil foi tão intensa durante o primeiro século de presença de europeus no Brasil que a espécie foi praticamente extinta, fruto também da imprevidência e da ganância dos próprios nativos. Além disso, alega-se que as queimadas feitas pelos indígenas para desbastar a mata e facilitar o corte das árvores de pau-brasil ajudaram a reduzir consideravelmente o número de exemplares dessa espécie²⁷⁹.

Tabela 4: Fontes de receitas regias (séculos XVI-XVIII).

Ano	1506	1518-1519	1588	1607	1619	1681	1716	1766
Fontes de Receitas	Valor em %							
Reino	36,3	33,5	42,5	45,9	45,7	70,2	65,4	45,5
Alfândegas			1,8	13	10,9	16,9	5,1	3,6
Alfândegas de Lisboa	5	5,5	9,5			21,4	17,8	11,5
Comércio da Índia	28,3	41	17,3	16,3	15,1	7	1,5	0,6
Tabaco						18,2	19,3	18,5
Norte de África			0,1	0,3	0,1			
Madeira	5,7	6,8	2,2	1,5	1,6			
Açores	0,5	2,4	2,7	2,8	1,9	1,6		
Cabo Verde e Guiné	2,9		1,5	1,1	0,9	1,8		
El Mina	25,2	16,4	3,6	0,7	1,7			
São Tomé			0,7	0,4	5			
Angola			1	1,7	1,7	1,1		0,5
Brasil	1		2,4	4,6	5		13,8	34,9
Pau-brasil	1		1,2	1,7	1,5			2,6
Ouro e Diamantes							8,8	27,8
Império Oriental			26	24,7	26,5			
Total (Império)	35,4	25,6	40,2	37,8	39,2	4,6	13,8	35,4
Total (império + comércio)	63,7	66,6	57,5	54,1	54,3	29,8	34,6	54,5
Total	100							

Legenda: Valores em milhões de réis. Fonte: Vitorino Magalhães Godinho. Finanças Públicas estrutura do Estado. Ensaio II – Sobre a História de Portugal. (Lisboa, 2ª ed., 1978; 1ª ed., 1968. Iniciativas Editoriais, s. d. pp. 244-264.

²⁷⁹CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. Gestão Florestal no Brasil Colônia. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2002, p. 58.

Segundo, o quadro que temos acima não foi o pau-brasil que manteve de pé durante quase 100 anos o interesse português pelo território brasileiro. A madeira que é propalada como o “primeiro grande ciclo econômico brasileiro”, era parte ínfima das fontes de rendas da Coroa Portuguesa. Sim, as conectividades, as ações políticas, as disputas contra outros reinos e contra os próprios indígenas e suas relações que manteve o alerta e o desejo por aquelas terras.

Não há possibilidades matemáticas capazes de em um interim de 25 anos – de contato inicial – os volumes de pau-brasil serem retirados da costa conforme aponta a literatura nos séculos XVI e XVII, tendo em vista que os dados das receitas regias apontam um movimento mais intenso após o século XVIII: seja suas relações com o pau-brasil, com o território brasileiro e suas outras formulas de exploração.

Tabela 5: Volumes de pau-brasil relatado na literatura nos séculos XVI e XVII.

Ano	Produção anual relatada (Em toneladas)	Observações e Fontes
1500-1532	300 (média para o período) 125 (carga do Bretoa) 125-150 (carga do La Pélérine) 1.200 (cota do segundo contrato de Magalhães)	Roberto Simonsen, p. 55 Alexander Marchant. Varios Autores. Leonardo da Caá Masser.
1540-1543	240 (contrabando dois barcos/ano)	Francisco Varnhagen, citado por Bernardino José de Souza, p. 141.
1550	2.500 (cem mil toros estocados)	Jean de Léry.
1560-1570	1.800 (total das capitanias)	R. Simonsen, com base em dados apresentados por Gandavo.
1588	4.700	Warren Dean, p. 64
1602-1640 (Período Filipino)	600 (cota dos contratos)	R. Simonsen, Antônio Ferraz, p. 81, Bernardino J. de Souza.
1630-1654 (Holandeses)	140 (média para o período)	

Fonte: CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2002.

Eduardo Bueno, em *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*, diz que, “Calcula-se que durante três séculos os portugueses abateram 70 milhões de árvores, 187 mil por ano, 511 por dia. A exploração quase o extermina. Hoje só é encontrado na Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro”²⁸⁰. Isso dá

²⁸⁰BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*. Almanaque Brasil, dezembro de 2001, p. 10.

aproximadamente 93.500 ton/ano, por 375 anos, cerca de 46.750 ha por ano. Informações desconexas que acabam criando uma visão distorcida da realidade e prejudicial ao debate relacionado às relações florestais.

4. França, Países Baixos: as disputas entre impérios e conexões

Apesar da política do *Mare Clausum*, os países não ibéricos não se descuidavam de ter o conhecimento e o uso da cartografia no *estado da arte*. O planisfério do francês Pierre Desceliers (Mapa X), é um exemplo disso, também conhecido como de Francisco I – rei da França –, que o teria mandado fazer em 1546. Nessa época, na França, por determinação real, foram copiados numerosos mapas, tendo por base os mapas portugueses, para uso eminentemente político, pois, embora a França não tivesse participado das grandes navegações, seus reis queriam interferir na política do Atlântico. E para isso precisavam manter-se a par dos “descobrimientos” de Portugal e Espanha.

As Coroas ibéricas utilizavam o *Mare Clausum*, que era basicamente uma política de mar fechado – defendido prioritariamente pelos reinos de Espanha e Portugal, no século XV –, onde os direitos de navegação eram exclusivos para a nação que havia desbravado, ou seja, uma espécie de ações dentro de um projeto geopolítico de controles do mar. Walter Raleigh escreveu em 1612 que, “aquele que contra o mar, controla o comércio; e aquele que controla o comércio controla tudo”. Este pensamento foi compreendido pelos estrategistas navais do século XIX e XX, e pode ser transportado para operações portuguesas nos mares. A atuação das naus portuguesas no início do século XVI no Atlântico e no Índico foi na prática, exercícios de controle do mar e a busca de seu domínio, pois, no entender de Portugal o mar como extensão do território é propriedade de seu descobridor.

Na teoria do Poder Marítimo do norte-americano Alfred Thayer Mahan este assegurou que o Poder Marítimo de um país decorre essencialmente da posição geográfica, da configuração física do litoral, extensão territorial, do caráter do seu povo e do seu governo (dedicação de ambos para as coisas do mar). Portugal, tinha entre outros esses fatores.

O planisfério de Pierre Desceliers, de 1546, é outro exemplo da influência dessa influência e da cartografia portuguesa junto à escola de Dieppe (França): “para além das

abundantes iluminuras de índios, animais e flora, são absolutamente copiados de Viegas os traçados dos grandes rios do sistema platino, no sul, e do Maranhão, no norte”²⁸¹. As iluminuras localizadas na parte americana do planisfério de Desceliers são referência explícita ao pau-brasil já que as árvores cortadas mostram seu cerne vermelho.

Mapa 4: Mapa-múndi de Pierre Desceliers, de Arques, na França, de 1546.



Legenda: Padre, cartógrafo e instrutor de pilotos, foi um dos primeiros hidrógrafos franceses; produziu grandes cartas náuticas baseadas, principalmente, nas informações geográficas obtidas pelas viagens do navegador Jacques Cartier. **Fonte:** Pierre Desceliers, 1546.

Para tratar este e outros mapas presentes na cartografia antiga, tomaremos como inspiração os trabalhos de Brian Harley²⁸², que partem da noção de que os mapas são constructos retóricos os quais devem ser lidos como textos. Trabalhando em um contexto

²⁸¹MARQUES, A. P. *A cartografia do Brasil no século XVI*. Revista da Universidade de Coimbra, v.34, p.447-462, 1988.

²⁸²Idem, HARLEY, 1989.

de ampla discussão sobre teorias sociais, Harley estava preocupado com a forma naturalizada como costumeiramente os mapas eram consumidos.

As ideias apresentadas por Harley entram como um contraponto à noção que se criou de como se dá a constituição de um mapa, de como seria a maneira correta de elaborá-lo e de interpretá-lo, da naturalização que se consolidou quanto a sua forma e ao seu conteúdo. Entretanto, o autor não queria e não chegou a criar um método ou técnica de “desconstrução”, salientando que essa abordagem deveria ser caracterizada por uma estratégia ampla de ações. Ao fazer isso, mencionava trabalhos que analisavam brasões e arte decorativa ao redor da carta, enquanto outras iniciativas questionavam as iconografias usadas para criar a noção de “lugares de interesse” no espaço.

4.1. Os caminhos no Além’mar: o contrabando francês

A guerra do pau-brasil tornou-se em última análise a primeira campanha pela integridade nacional²⁸³.

Muito embora Portugal fosse o principal império a conduzir o trato do pau-brasil, não se restringiam somente a eles o corte e comércio dessa madeira. Há alguns que digam até que o tráfico francês clandestino de madeiras corantes era tão bem estruturado quanto o dos portugueses ou até melhor.

Poucos anos após o descobrimento, começaram a visitar os portos do Brasil navios de mercadores franceses que, sem tardar, entraram em relações com os indígenas, atraindo a simpatia desses povos de tal jeito, que Capistrano de Abreu resume o perigo para Lisboa, na seguinte frase em seus *Capítulos de história colonial*: “durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos *peró* (portugueses) ou aos *mair* (franceses)”²⁸⁴.

Sem dúvida o risco era eminente, tanto era que o padre Anchieta, na *Informação sobre o Brasil* (1584), assinala a primeira aparição dos franceses no Brasil em 1504, e a crescente intromissão dos franceses a partir de 1516:

²⁸³COLÓGERAS. Conferência na Biblioteca Nacional, 7 de novembro de 1912.

²⁸⁴ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800* / J. Capistrano de Abreu. - Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 42.

Resgatavam então na Bahia, na foz do rio Paraguaçu. Não tardaram as naus francesas de Dieppe e de Honfleur na costa desocupada e de tal maneira cresceu o tráfico dos intrusos que, em 1516, D. Manuel mandou, por meio de seus agentes, representar contra as expedições, na corte de França. **A situação chegou a termos de esgotados todos os recursos da diplomacia tratar o próprio rei com os contrabandistas ou corsários**, dentre os quais um célebre João Afonso e famigerado João Anjo, posteriormente visconde de Dieppe²⁸⁵.

As expedições francesas ao Brasil tornaram-se cada vez mais numerosas. E como não surtiram efeito as reclamações de Portugal junto ao rei da França, resolveu D. João III agir em som de guerra. Entre 1526 e 1527, o rei resolveu despachar em perseguição aos contrabandistas de pau-brasil a flotilha de Cristóvão Jaques, capitão “guarda-costas”, que antes estivera no Brasil, em 1516, momento o qual ajudou a instalar uma feitoria em Itamaracá. Nesse segundo momento, Cristóvão Jacques cumpriu exatamente a sua missão: aprisionou naus inimigas que carregavam pau-brasil; combateu os contrabandistas, principalmente três naus bretoas, mas, somente no começo do século XVII que Portugal passa a tomar decisões mais severas:

Primeiramente Hei por bem, e Mado, **que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito páo brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitánias**, em cujo districto estiver a mata, **em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda**²⁸⁶.

Para alguns, é historicamente improvável pensar que os rigores de tal regimento fossem determinados antes da data de sua publicação, há, inclusive, informações que demonstra a frouxidão dos aparatos das leis que vigorassem no Além’mar, pois ousadia de alguns contrabandistas demonstram que não se intimidavam com a possibilidade de sofrer severas penas caso capturado:

De Cabo Frio a Paraíba, e até o Rio Grande do Norte onde, em 1598, Manuel Mascarenhas Homem surpreendeu uma nau francesa surta no porto dos Búzios, dando-lhe combate, pontilhava-se a costa de esconderijos de contrabando, que se fez até o fim do século XVI²⁸⁷.

Apesar de ser improvável informa-nos o Fr. Vicente de Salvador, que em 1574,

²⁸⁵SOUSA, 1978, p. 67 *apud* ANCHIETA, 1584. (Grifo meu).

²⁸⁶REGIMENTO sobre o pau-brasil. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXXVIII, p. 272. (Grifo meu).

²⁸⁷Ibidem, SALVADOR, 1627, p. 104-105.

também estavam três naus francesas à carga na baía da Traição, e o capitão-mor da ilha de Itamaracá havia dado um assalto, **que matou alguns franceses**, e lhes queimou muito pau que tinham feito²⁸⁸.

Alguns contrabandos, é claro, acabavam de forma trágica, como esse ocorrido na baía da Traição, na Paraíba, porém, inumeráveis foram os bem-sucedidos; e, se assim o faziam, com tanta facilidade, é porque tinham antes do desembarque uma séria rede de contatos e de relações. Que ajudavam a contornar as investidas portuguesas e auxiliavam no corte, no armazenamento e no embarque das toras de pau-brasil, entre outros estabelecimentos para fazer o comércio e a extração do corante – os próprios Potiguara, diz Fr. Vicente de Salvador, tinham alianças com os franceses. Pois é, quantos prejuízos esse e outros sujeitos não causou a Portugal. E quantos lucros para os franceses. Há alguns que digam até que:

Muito dinheiro em pau-brasil ganhou o célebre armador Ango, segundo deste nome, que foi banqueiro da coroa de França e que ao que se diz – pensou até em declarar pessoalmente guerra a Portugal, para vingar-se da repressão que este movia contra suas esquadras²⁸⁹.

Se os franceses souberam estabelecer redes e tomar proveitos do ambiente e administrar a paisagem do Brasil, os espanhóis também não ficaram de fora desse processo. Damião de Góis, na *Crônica do rei D. Manuel*, fala de dois navios espanhóis que em 1517 voltaram carregados de pau-brasil e informa que os interessados, à vista das reclamações de D. Manuel ao Imperador Carlos V, foram rigorosamente castigados, como quebrantadores da paz entre os reinos²⁹⁰. E como estes, é possível que outros navios de armadores de Castela contrabandassem o precioso lenho nas costas do Brasil. Se os reinos de França e de Espanha exploravam a todo custo a costa do pau-brasil, mesmo com os impedimentos e estratégias do reino de Portugal para barrar o contrabando.

²⁸⁸Ibidem, SALVADOR, 1627, p. 67. (Grifo meu).

²⁸⁹ARINOS, 1938 *apud* SOUSA, 1978, p. 71.

²⁹⁰GOES, Damião. de, 1566. *Chronica do felicissimo Rei Dom Emanvuel*, composta por bamiam de Goes, dividida em qvatro partes, das quaes esta he ha primeira. Em casa de Françisco Correa, impressor do sereníssimo Cardeal Infante, Lisboa.

4.2. Os caminhos no Além'mar: a manufatura holandesa

Outro local que estabelecia conexões diretas entre esses impérios era os Países Baixos. Se no Brasil, a extração dos troncos era feita pelo trabalho indígena em troca de produtos e, posteriormente pelo trabalho escravo, em Amsterdã, parte do processamento dos troncos para a produção do corante era feita pelo trabalho forçado de prisioneiros holandeses, que eram obrigados a ralar troncos de pau-brasil na prisão de Rasphuis (Casa da Grosa)^{291 292}.

O trabalho, obrigatório, impunha aos prisioneiros raspar os troncos de pau-brasil com grandes frosas até convertê-los em pó, que era vendido para a indústria de tintas. Rasphuis processava grandes quantidades de pau-brasil, e, durante a maior parte da sua existência, monopolizou o processamento da madeira vermelha em boa parte dos Países Baixos²⁹³.

Aos poucos vamos percebendo que essa grande operação era realizada por centenas de traficantes espanhóis, ingleses e sobretudo franceses. Que, inclusive, havia a participação de prisioneiros e comerciantes dos Países Baixos. Logo, a simples exploração por parte dos portugueses e sua estratégia de escambo com os indígenas não dão conta do todo que as tramas políticas e econômicas que o pau-brasil oferece para esta parte da história do Brasil. Eles, os franceses, espanhóis e outros, também fizeram parte dos primeiros “brasileiros” – adjetivo que era utilizado para indicar aqueles que trabalhavam com exploração de pau-brasil.

Formavam então redes posto que essas conexões não se restringiam a meros relacionamentos. Ambicionavam alcançar determinados fins que dependiam de recursos disponíveis quase sempre fora de seu alcance. Agindo assim, procuravam tirar o melhor partido possível das diferenças e das distâncias que os vinculavam através do espaço e do tempo.

²⁹¹Inaugurada em 1596, a prisão de Rasphuis foi um dos primeiros presídios da Europa criados com o intuito não só de castigar, como de corrigir os criminosos por meio do trabalho forçado e da disciplina rígida. Nesse contexto, os Países Baixos já contavam com uma burguesia defensora da ética protestante do trabalho. Dentro de um país ainda carente de mão de obra, o modelo prisional de Rasphuis, acabou servindo de exemplo para outras prisões por toda a Europa (MELOSSI, D., & PAVARINI, M., 1985, p. 32).

²⁹² Ibidem, MARANHÃO, Ricardo. 2016. p. 58.

²⁹³Idem, MARANHÃO, 2016, p. 58.

5. Os caminhos das matas: a significação e o valor indígenas

A amplitude geográfica e ecológica na qual os europeus do século XVI se deparavam era em si gigantesca, se nas descrições dos velhos cronistas portugueses e viajantes da atual Alemanha, a vasta Mata Atlântica brasileira era uma natureza estranha, indomável, uma terra sempre vasta e verde: “A América é uma terra extensa. Existem lá muitas tribos de homens selvagens com diversas línguas e numerosos animais estranhos. Tem um aspecto aprazível. **As árvores estão sempre verdes**”²⁹⁴.

Mas, por outro lado, essa terra onde “as árvores estão sempre verde”, e muito embora se mostre estranha e indomável para os europeus, era, por outro lado, um “jardim domado”, conhecido e explorado pelos povos indígenas. Se não fossem os indígenas muito dificilmente os europeus sequer teriam desembarcado de suas naus. Nesse sentido, é preciso afirmar que, os povos indígenas são sujeitos centrais, pois antes dos europeus se relacionarem com o pau-brasil, este já era sujeito nas vivências simbólicas e cotidianas dos povos indígenas.

Ao lermos e analisarmos, por exemplo, o *Atlas Delle Navigazione e Viaggi* (Mapa 5) de Giovanni Battista Ramusio, ou Giacomo Gastaldi, que se trata da primeira representação cartográfica feita do Brasil individualmente, observamos a forte e impactante relação dos franceses com os indígenas, e o cotidiano da extração de pau-brasil. Mais do que isso, os mapas produzidos, além de representarem as partes do Novo Mundo e da Ásia já descobertas, apresentavam, na maioria das vezes, desenhos²⁹⁵ referentes a diversos aspectos, muitos deles alusivos ao pau-brasil.

Conforme Juciene Ricarte Apolinário, o conhecimento sobre os vegetais constituía a principal fonte de acesso ao mundo natural americano para os europeus. Assim sendo, desde os primeiros contatos interétnicos, os colonizadores portugueses ficaram impressionados com a diversidade de plantas e infinidade de usos estabelecidos para esses vegetais pelos povos indígenas contatados na América Portuguesa²⁹⁶.

²⁹⁴STADEN, 2010, p. 133. Grifo meu.

²⁹⁵Esses desenhos são chamados de iluminura, cuja definição é: “conjunto de elementos decorativos e das representações com imagens executadas num manuscrito para o embelezar” (Ferreira, s. d.). Essas iluminuras davam grande valor estético aos mapas e preenchiam vazios de representação, uma vez que ainda não existiam informações geográficas para serem cartografadas em muitas áreas representadas pelos mapas, principalmente das regiões interiores dos continentes.

²⁹⁶APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai. Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX /

Mapa 5: Carta Brasil, de Giovanni Battista Ramusio, de 1556.



Legenda: Exemplar colorizado da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica — Universidade de São Paulo. Publicado pela primeira vez em 1556 no terceiro volume da obra *Navigazioni et Viaggi de Giovanni Battista Ramusio*, o mapa acima, de Giovanni Battista Ramusio, tem sido considerado por muitos especialistas como a primeira representação cartográfica do Brasil, ou melhor, daquilo que hoje denominamos Brasil. **Fonte:** Giovanni Battista Ramusio, *Delle Navigazioni et Viaggi* (1556).

De fato, é inegável que nesse contexto os povos indígenas, ao compartilharem as suas práticas culturais nas terras brasileiras, construíram e criaram diversas outras práticas para o manuseio vegetal. Mas, a questão é que muitas dessas novas experiências serviram diante das necessidades imediatas para além de seus grupos, principalmente de muitos outros não indígenas²⁹⁷.

Além desses aspectos, à primeira vista, a representação do Brasil por Gastaldi é “politicamente neutra”: nenhum brasão é colocado nos contornos do país, não há nenhuma legenda que se refere à nacionalidade dos descobridores ou dos governantes. E ainda assim o Brasil de Gastaldi é disputado: fora do contorno do país aparecem as

Lorelai Kury...[et al.]; Organização Lorelai Kury; tradução Chris Hieatt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013. p. 182.

²⁹⁷APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Op cit.

referências políticas e diplomáticas. Trata-se das armas transportadas por muitos navios indo e vindo ao longo da costa brasileira.

Os cinco navios visíveis no mapa são todos diferentes. Das duas folhas que ocupa o mapa é o lado esquerdo que concentra a maioria dos navios (quatro); o lado direito só tem um. Entre todos os navios vemos dois com flores-de-lis francesas e três com brasões portugueses. Eles estão pintados os três na costa do Brasil, em um perímetro do espaço aquático do país. As embarcações francesas estão representadas do lado de fora em relação aos navios portugueses. Seria isso uma interpretação iconográfica da ideia que as patrulhas navais portuguesas barraram o acesso do Brasil para os franceses?

Em todo caso, de todos, um dos dois navios franceses que ocupa uma posição privilegiada: é o maior de e mais detalhado, localizado quase no meio da área de água ao redor do Brasil; as suas velas estão inchadas e criam a sensação de movimento rápido; está se dirigindo para o Brasil, a sua proa está voltada para a costa.

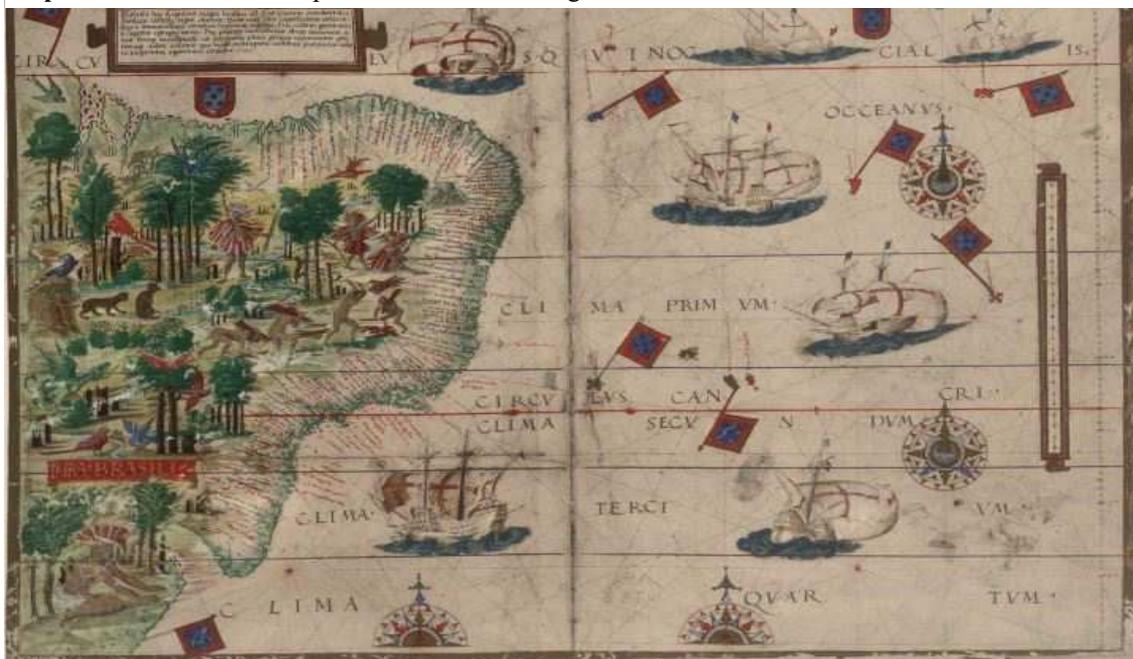
Da mesma forma, veem-se no mapa de Gastaldi vários personagens que cortam madeira (dois nativos do lado esquerdo, um personagem no centro e seu vizinho com uma foice com a qual corta os ramos do tronco). Outros quatro personagens pelo menos carregam os troncos nos seus ombros; os troncos separados ou juntos são deitados no chão. Para animar o cenário, o pintor introduz aves (papagaios, obviamente) que se sentam em troncos colocados no chão ou ficam empoleirados em troncos transportados pelos índios.

Os esforços consideráveis dos indígenas recompensados com uma ferramenta de pouco valor deram aos autores franceses do século XVI um pretexto para refletir sobre essa incoerência. As opiniões divergiram muito, ao tempo que Pierre Crignon constata que “esses povos dão mais importância a um prego do que a um escudo”, o viajante André Thevet acha que os índios fazem tanto esforço devido ao amor que eles sentem pelos cristãos: eles os “amam, prezam e veneram”;²⁹⁸ por seu lado, o capuchinho Yves d'Evreux no início do século XVII louva a sabedoria dos índios que reconhecem um valor concreto

²⁹⁸THEVET A. La Cosmographie universelle d'André Thevet cosmographe du Roi, illustrée de diverses figures des choses les plus remarquables vues par l'auteur et inconnues de nos Anciens et Modernes. In : Les Français en Amérique pendant la seconde moitié du XVI^e siècle. Paris : Presses universitaires françaises, 1953, p. 221.

e real de uma ferramenta em vez de deslumbrar-se com falsos valores e do luxo encarnados nas pedras preciosas²⁹⁹.

Mapa 6: Atlas Miller, de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel, de 1519 .



Legenda: Representação inserida naquela que pode ser considerada a primeira carta temática (econômica) do Brasil; mostra “índios abatendo e cortando em toras o pau-brasil, ao lado de monos e araras multicolorida. **Fonte:** Lopo Homem, *Carta do Brasil* (1519).

Na Carta do Brasil pertencente ao Atlas Miller, de 1519 e atribuída a Lopo Homem Reinéis, que pode ser considerada a primeira carta temática (econômica) do Brasil. Por exemplo, notam-se quatro indígenas envolvidos nas atividades de corte e transporte de toras de pau-brasil, cuja coloração é mais avermelhada do que a de outros troncos, possivelmente indicando que se tratava de toras de pau-brasil já descascadas e cortadas.

Lopo Homem foi um cartógrafo português, também autor de cartas-portulanos, trabalhou em Lisboa, Londres (fugiu para lá quando era jovem, após cometer um crime em Portugal) e Veneza, onde viveu a partir de 1568; filho e discípulo do patriarca da

²⁹⁹ EVREUX Y. d'. Suite de l'Histoire des choses plus mémorables advenues en l'île de Maragnan es années 1613 et 1614. In : Evreux Y. d', Clastres H. (éd.). Voyage au nord du Brésil fait en 1613 et 1614, Paris, Payot, 1985, p. 83 – 84.

família de cartógrafos, Lopo Homem, Diogo produziu 13 atlas e 12 cartas náuticas entre 1557 e 1576, a maioria de grande valor decorativo e relativa exatidão nos traçados³⁰⁰.

Nenhuma de suas 83 folhas de mapas está em Portugal; encontram-se em Paris (França), Londres (Inglaterra), Dresden (Alemanha) e na Itália. É dos cartógrafos portugueses quinhentistas que maior número de trabalhos foram encontrados e o mais político deles³⁰¹.

Imagem 14: Detalhe da Carta do Brasil, de Lopo Homem.



Legenda: Detalhe da Carta do Brasil, de Lopo Homem. **Fonte:** Lopo Homem, *Carta do Brasil* (1519).

Nesse sentido, aqueles os quais criaram, desenvolveram, projetaram e organizaram os caminhos das matas do pau-de-tinta, e, já familiarizados com os usos do pau-brasil, foram os povos indígenas. Mesmo assim, há ainda aqueles que repliquem a parca ideia de que esses grupos indígenas tiveram suas primeiras relações com o “arabutã” apenas nos primeiros anos de exploração portuguesa no território brasileiro. Ou pior, que a extração dos troncos era feita pelo trabalho indígena em troca de “bugigangas” – termo esse que denota tipos de preconceito minimizando a compreensão indígena de mundo e relações. O que se fica posto é que, certamente, os portugueses não tinham a menor ideia

³⁰⁰BELLUZZO, A. M. M. O Brasil dos viajantes: imaginários do Novo Mundo (volume 1). São Paulo: Fundação Emílio Odebrecht/Metalivros, 1994. Volume 1, 156p.

³⁰¹CORTESÃO, A. & TEIXEIRA DA MOTA, A. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. 6 volumes.

de onde as árvores se encontravam ou de como identificá-las, sendo assim, a extração teve origem no conhecimento que os nativos tinham da floresta³⁰².

De acordo com os relatos de Jean de Léry, talvez o primeiro cronista a descrever o pau-brasil, nos primeiros 30 anos do contato entre europeus e povos nativos, a exploração, segundo os testemunhos do tempo, se fazia do seguinte modo: 1) Após a descoberta a mata do pau-de-tinta para lá se dirigiam os mercadores, portugueses ou franceses, acompanhados de índios, cuja boa vontade ou cujos serviços haviam conseguido em troca de panos vistosos, contas, objetos metálicos, chocalhos etc³⁰³. 2) Armados de machados e foices, os caboclos iniciavam a derrubada das ‘ibirapitangas’: uma vez no chão espontavam os ramos, falquejavam os troncos, tirando-lhes o branco ou alburno, porque só no âmago ou durâmen estava o Brasil³⁰⁴. 3) Por fim, os índios cortavam-nos depois em toros de 5 a 10 palmos que amontoavam em rumas³⁰⁵.

Porém, esse relato nos coloca uma série de questionamentos. Primeiro, como bem sabemos o intercâmbio desses bens, longe de ser apenas uma troca de objetos utilitários, gerou a circulação de novos significados e poderes cristalizados em forma material. Portanto, a manipulação desses emblemas semânticos passou a constituir uma forma de discurso performático apropriado às transações de poderes complementares e à negociação de novas relações sociais³⁰⁶.

Em outras palavras, o que quero dizer é que, não se tratava de uma simples ação da “boa vontade” indígena. Não era, na verdade, uma ação de pura e simples troca do trabalho duro e extenuante, em que o indígena se dispunha a trocar por alguns objetos antes não vistos e emblemáticos.

Da mesma forma que a madeira não era “descoberta”. Poderia ser um achado inusitado para o europeu, mas não para os povos habituados com as matas. Naquela época, muitos desses povos – para não generalizar que todos – já tinham desvendando os caminhos das matas. Para os indígenas não se tratava, portanto, de uma descoberta. Não

³⁰²Ibidem, DEAN, 2004, p. 63.

³⁰³Ibidem LÉRY, Jean de, 1980.

³⁰⁴Ibidem LÉRY, Jean de, 1980.

³⁰⁵Ibidem LÉRY, Jean de, 1980.

³⁰⁶HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT Bruce; RAMOS, Alcida Rita. (Org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-americano. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

me surpreenderia que eles fossem os sujeitos que levava – não de boa vontade – os portugueses e franceses ao encontro das “matas de pau-de-tinta”.

Imagem 15: Indígenas cortando pau-brasil para os franceses.



Legenda: Representação de como esse povo corta e carrega o pau-brasil para os navios. **Fonte:** Thevet, 1558: fôlio 117r.

O francês André Thevet, religioso franciscano e cosmógrafo, em sua passagem pelo Rio de Janeiro (1555 – 1556), descreveu de forma sucinta o pau-brasil e sua importância comercial na época. Segundo Thevet,

tal árvore, tendo sido descoberta em nosso tempo, serviu de grande alívio aos mercadores, e meio de novas buscas para os que tinham o costume de navegar, os quais, chegando a este país, e vendo os selvagens adornados com tão belas plumagens de cores diversas, e também que esse povo tinha o corpo pintado diversificadamente, indagaram qual o meio dessa tintura, e alguns lhe mostraram a árvore que chamamos brasil, e os selvagens, Orabutan/Araboutã.

Essa árvore é muito bela de se olhar e grande, com uma casca superficialmente de cor acinzentada, e a madeira vermelha por dentro, principalmente o cerne, que é a parte mais importante, e que é a carga maior dos mercadores. E direi de passagem que, de uma árvore tão grossa que só pode ser abraçada por três homens, tira-se somente do cerne e da medula vermelha uma porção que corresponde à largura da coxa de um homem³⁰⁷.

As análises históricas e antropológicas têm tratado a incorporação de mercadorias por grupos indígenas como uma espécie de contaminação do seu sistema material e como fonte de degeneração de suas relações sociais.

Os nativos, diz-se, por se deixarem seduzir pelas “quiquilharias” inúteis dos colonizadores, são vítimas de sua própria ingenuidade; no afã de satisfazer o seu desejo, vão caindo sem perceber na armadilha de relações econômicas espoliativas que acabam por destruir a sua cultura³⁰⁸.

Embora essa visão resulte da consciência que efeitos devastadores da expansão colonial têm sobre as culturas indígenas, ironicamente, ela ratifica exatamente a perspectiva dominante. Com isso em vista, o mais sensato, talvez, seja se ater as palavras de Catherine V. Howard: “tais noções são mais reveladoras da nossa própria mitologia anti-histórica projetada nas imagens que construímos do Outro exótico, do que esclarecedoras da história cultural das sociedades encurraladas pelo ocidente”³⁰⁹.

Isso não quer dizer que não havia trocas materiais entre os indígenas e não indígenas. Mas antes de ter, fosse qual fosse a intenção dos povos indígenas, não faziam tais atividades por bondade aos “benevolentes” e “superiores” conquistadores, não faziam pela “grandiosidade” e “superioridade” de tais objetos, por outro lado, metamorfoseava e domesticava devidamente os bens de troca. Isto é, os povos indígenas redirecionavam-nos e captavam suas propriedades para satisfazer a seus próprios fins, numa tentativa de apropriação e pacificação dos poderes do branco. Pois,

Os objetos podem ser desvinculados de que os produziu, circular independentemente destes, inserir-se em novos contextos e ser submetidos a complexas transformações de significados e valor³¹⁰.

³⁰⁷THEVET, André. A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009, p. 173.

³⁰⁸HOWARD, Catherine V. *A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai*. In: ALBERT Bruce; RAMOS, Alcida Rita. (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-americano*. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 26.

³⁰⁹Ibidem, HOWARD, Catherine V. 2002, p. 27.

³¹⁰MUNN, N. D. *Gawan Kula: spatiotemporal control and the symbolism of influence*. In: LEACH, J. (Org.) *The Kula: New Perspectives on the Massim*. Cambridge: Cambridge Press, 1983, p. 277-308

Portanto, é indispensável pensar que os indígenas buscavam, sobretudo, meios de tomar proveito dos contextos. Da mesma forma, não há dúvida de que o pau-brasil fazia parte da vida cotidiana dos Tupi e de outros povos indígenas da floresta brasileira, já que vestígios arqueológicos comprovam que era uma das lenhas de uso mais frequente nas fogueiras acesas para cozinhar ou aquecer³¹¹. Mas não se limitava somente a isso. Sabendo de suas utilizações medicinais, da durabilidade e das qualidades da madeira, entre outras utilizações, também, usavam para a fabricação de embarcações, remos etc³¹². Não se limita, portanto, a relação simples que popularmente é associada a esses povos, de que apenas sob o comando dos portugueses os indígenas penetravam a mata, com o intuito de derrubar e transportar para o litoral para embarcá-las.

Fosse qual fosse a efetiva ligação do Tupi com o pau-brasil, ela se transformaria por completo a partir do dia 22 de abril de 1500. Afinal, menos de dois anos depois do descobrimento oficial do Brasil a ibirapitanga começou a se tornar a árvore mais importante da história dos povos indígenas que ocupavam o litoral brasileiro e, ainda que indiretamente, uma das principais responsáveis pelo processo que os conduziria ao seu extermínio.

³¹¹CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

³¹²Ibidem RIBEIRO, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*PAU-BRASIL, HISTÓRIAS DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADES:
POR UMA RELEITURA SOBRE O PROCESSO DE PLANEJAMENTO
AMBIENTAL NA COLONIA*



O PAU-BRASIL DESENCADEOU VÍCIOS E VIRTUDES, CÓLERAS E AVENTURAS.

Por mais imóvel que uma árvore possa parecer – pois naturalmente são retidas numa posição estática ao solo –, não podemos nunca afirmar que uma planta (principalmente entendendo sua natureza histórica, social e econômica, como o lenho do pau-brasil) se comporta como objeto passivo ou inanimado ao longo da história.

O entendimento sobre papel do pau-brasil no conjunto das diversas relações socioambientais e econômicas, no âmbito da circulação de plantas e das relações interétnicas, a partir de documentos produzidos entre o final do século XVI e início do século XVII, através do conjunto de documentos, fontes e análises feitas ao longo deste trabalho indicam sobretudo as diversas conexões e saberes em disputa a partir dos séculos XVI e XVII com extensão aos dias atuais nos faz perceber, portanto, que a exploração do pau-brasil, seu corte, embarque e trato, parte não como algo feito por acaso, mas sim através de um processo de integração econômica em escala global, entre povos indígenas, portugueses, franceses, holandeses etc.

Sendo assim, é importante considerar que este estudo faz um esforço de revisão historiográfica sobre os estudos a respeito da árvore; segundo, busca alargar os debates no campo da história ambiental sobre a Mata Atlântica, e, sobretudo, estimula as pesquisas de história ambiental no Nordeste brasileiro; terceiro, acresce a pautas de estudo e análises de recursos amplamente debatidos entre os historiadores, como o uso da cartografia, dos relatos e relatórios de cronistas e viajantes.

Por fim, muito embora a delimitação temporal proposta tenha sido a passagem do século XVI ao XVII a história do pau-brasil e a relação desta árvore com os seres humanos é, na verdade, algo dinâmico; logo, a relação entre passado e presente se mostra sempre como sujeito ativo, sempre com potencial para lançarmos novas perguntas.

Tendo isso em vista é perceptível que, muitos dos questionamentos aqui apresentados e dos problemas pensados têm em si a necessidade de continuar a serem questionados à medida que falamos de um dos primeiros sujeitos de contato entre diferentes povos e culturas ao longo do território o qual posteriormente veio a ser conhecido como Brasil. Será relevante em prospecções futuras sugerir outros problemas, por exemplo: A quem interessa a memória do pau-brasil? Ou quais são as discussões sobre a institucionalização do pau-brasil? Quais são os esforços em preservação e

conservação dessa madeira? É preciso pensar sobre diversidades, culturas e principalmente as ideias simbólicas as quais o pau-brasil, hoje, está vinculado.

A história da América Portuguesa é, antes de tudo, uma história de conexões. Não se trata de uma história isolada dos acontecimentos e contextos que se desenrolavam fora dos limites territoriais, que naquela época não eram postos e estabelecidos como atualmente. Visto que, os povos que nessa terra habitava, por fatores não humanos, dividia espaço com uma árvore que já germinava antes de os primeiros *Homo sapiens* pisarem nos terrenos das densas matas da “costa do pau-brasil”, mas não eram dois elementos isolados e apartados, o natural e o humano desde as mais antigas datas já se relacionavam – se conectavam.

E nessa história, entre seres humanos e *Paubrasilia echinata*, haveria de acontecer mais conexões e conexões complexas, pois não é simples que estando do outro lado do oceano Atlântico, e não dividindo o território com a árvore *Paubrasilia echinata*, Portugal ter dado início a sua exploração em terras D'além mar. Portugal, se conectou através de outras circunstâncias, teve de se conectar com outra natureza e outros povos, para depois se conectar com o pau-brasil – o pau, que, diferente da lógica indígena também servia para tingir panos. E mais, concluímos também que as conexões não se limitaram apenas aos portugueses, fomos também colonizados – para não dizer explorados – por outros além desses. Os franceses, ingleses, espanhóis, holandeses e italianos, dividiam espaços (palmos de terras novas e ricas) com os adversários portugueses. Esses também se puseram como agentes exploradores, criando redes e teias de contato, obtendo informações e controlando posições para o contrabando e a defesa do pau-brasil.

Então, o que aprendemos – historicamente – depois do processo que sucedeu à instalação da agro manufatura do açúcar, o extrativismo do pau-brasil, que se constituíram nas principais atividades econômicas nos primeiros séculos de exploração da Mata Atlântica? O que aprendemos a partir de uma cultura da cana, que o passado colonial no Nordeste:

Aristocratizou o branco em senhor e degradou o índio e principalmente o negro, primeiro em escravo, depois em pária. Aristocratizou a casa de pedra-e-cal em casa-grande e degradou a choça de palha em mocambo. **Valorizou o canavial e tornou desprezível a mata**³¹³.

³¹³Idem, FREYRE, 2004, p. 97. Grifo meu.

O pau-brasil foi capaz de conectar diferentes povos, que tinham múltiplos objetivos. Logo, pensando nas recentes inovações nos estudos da história estamos diante de algo que não é simplesmente e apenas uma árvore. Pois há mais que seiva no alburno, e brasilina no cerne do pau-brasil – há história(s). São histórias que representam diálogos; diálogos que muitas vezes intensificam a própria história humana.

Diante desses diálogos estive grande parte desta produção diante de duas falas a respeito do processo de planejamento e relação para com a floresta atlântica brasileira. Primeiro, Warren Dean³¹⁴, que explica pioneiramente que houve um processo sistêmico e organizado em prol da destruição da floresta; e, o primeiro passo para o início deste processo seria “a primeira leva de invasores” – ou seja, os complexos processos e procedimentos indígena para com a natureza. Por outro lado Carlos Castro³¹⁵ afirmar que, na América Portuguesa, as atividades florestais apresentaram relevantes aspectos conservacionistas, plenamente visíveis no conjunto das medidas legais encetadas pela administração portuguesa; e, o “primeiro” passo deste processo seria visível no Regimento do pau-brasil de 1605.

Considero assim como Carlos Castro que houve, sim, uma tentativa de planejamento por parte das autoridades portuguesas, isto é: um plano contínuo e organizado de exploração do território, neste caso, do pau-brasil. Porém, acrescento que esse planejamento não é expresso em um documento oficial, mas se dá através de várias redes de informações e conexões, as quais se desembocam na produção do Regimento de 1605. Proponho, contudo, que devemos considerar sobretudo que existiam intensas disputas de controle de corte, contratos, diálogos, redes de contato, entre outras práticas de políticas-econômicas internas; portanto, mesmo que se tentassem criar regimentos e decretos as lutas, conflitos de interesses internos sobrepuja os interesses da Coroa Portuguesa. Logo, este suposto planejamento elaborado por Castro não poderia ser realizado de forma sistêmica e contínua – por meio de uma legislação extensa e abrangente – como aparenta ser.

Se por um lado, observamos uma observação ligada estritamente a destruição da floresta pelos primeiros invasores ou um fim prático para exploração do pau-brasil ou quaisquer que sejam os outros objetos da natureza a serem utilizados e explorados é algo

³¹⁴Ibidem, DEAN, 2004.

³¹⁵Ibidem, DEAN, 2004.

que não fornece entendimento para as complexas redes de contato entre as duas formas de “planejamento”.

Portanto, não foi tão somente o pau-brasil que deu início ao processo de colonização, nem tão pouco sua importância monetária, sim os esforços em conter o contrabando e os saques de produtos oriundos da natureza das terras do pau-brasil. Tendo em vista o processo que poderia acarretar para que outros impérios europeus enfraquecessem ou desmontassem as possessões Ultramarinas Portuguesas, tanto foi que conforme apresentado o auge de exploração do pau-brasil se deu durante o século XVIII, não durante as primeiras incursões territoriais aqui empreendidas.

Diante dessas e das considerações anteriormente já empreendidas, é preciso perceber que pau-brasil não é objeto que está único e exclusivamente no passado, não é madeira morta e extinta. O pau-brasil ainda existe e resiste em nossas reservas, em nossos parques, em algumas de nossas ruas e cidades. Estamos longe de ter o número nativo de árvores de pau-brasil, mas temos exemplares em biomas que não a Mata Atlântica devido a um pequeno esforço em resgatar a simbologia nacional em meados da década de 1980.

Por isso, não podemos mais considerar que a história das conexões, das relações entre seres humanos e pau-brasil, se restrinja a apenas ao século XVI. Devemos, inicialmente, observar uma história que permita reconsiderar a antiga ideia de “ciclos econômicos”, pois desde os primeiros anos do avanço “civilizador” do machado europeu, o pau-brasil nunca deixou de ser apagado e apanhado da história brasileira – há, portanto, uma continuação histórica que perpassa a restrita concepção de “ciclo”.

E, se falamos em ciclo, não há como deixar de ver que mesmo após o suposto fim do “ciclo do açúcar”, do “ciclo do pau-brasil”, que as antigas matas do litoral do Nordeste, terras arrasadas após o “ciclo do açúcar”, dos séculos XVI ao XVIII, ainda serem palcos de grandes canaviais de cana-de-açúcar, agora, e como antes, desprovidos da ibirapitanga – referência indígena ao pau-brasil. São divagações que, sem dúvidas, mostram aos poucos que a escrita desse trabalho foi se tornando política – como qualquer outra –, uma política ecológica, ou melhor: por uma política ecológica. Pois há mais que seiva e brasilina no alburno do pau-brasil, há política – há histórias.

Devemos, em sala de aula, olhar o pau-brasil e contextualizá-lo politicamente e de forma conectada, pois vivemos em tempos de uma segunda *primavera silenciosa* – fazendo alusão a famosa obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. Em tempos de

políticas e discursos anti-ambientalistas; em tempos em que há desenfreadas queimadas criminosas, perpetradas pelo homem em favor da cana-de-açúcar e em detrimento da Mata Atlântica; da soja pelo Cerrado, dos grandes latifúndios pela diversidade Amazônica. Em tempos de silenciamento perante crimes cometidos contra ambientalistas, nos faz parecer que a cada ano que atravessamos esperamos também diversas notícias que deixariam as fábulas de Rachel Carson ainda mais tristes.

Um tempo repleto de situações que nos fazem refletir que: olhar para os processos históricos que dialogam e interagem seres humanos e natureza, que tem os objetivos aqui propostos é, portanto, fundamentalmente necessário. Trata-se de um dever histórico – para com a sociedade, para com o meio ambiente. Principalmente se pensarmos que, de um lado, o meio ambiente vem sendo desvalorizado, em detrimento de políticas utilitaristas e anticientíficas, devemos procuramos defender e valorizar o meio ambiente, a partir de uma perspectiva histórica e científica.

Concordando com pensamento de Carlos Ferreira Castro, considero que, entender as relações passadas com as florestas brasileiras e suas madeiras, é ter em mente que:

Em vez de se imputar a Portugal a culpa por ter nos deixado uma “herança predatória”, devemos tomar consciência que a destruição das florestas brasileiras não é obra de 500 anos, mas principalmente dos últimos 50 anos. Bradar contra o passado, silenciar no presente, considerar que avançamos e estamos mais conscientes de nossas responsabilidades com o meio natural, sem transformar esta consciência em ações simples e eficientes de conservação, está sendo a receita para a destruição sem volta das florestas brasileiras³¹⁶.

Esta fala coerente do referido pesquisador é uma maneira pragmática para destacarmos que além de existir atualmente muitos desafios interpretativos, há para os historiadores uma carência no que se refere ao conhecimento de novas fontes sobre madeiras, pau-brasil e florestas; mas, independentemente dos desafios é preferível observar as mudanças do tempo histórico. As conexões que ocorreram e que ainda ocorrerá nunca serão compreendidas em sua totalidade, sempre haverá aquela pontinha solta, aquele laço que não se ata ou o círculo que não se fecha. A história e nela o passado sempre se mostra misteriosa, inculta, mas sempre provocativa as transformações. Nesse sentido, o futuro impõe pensar que as histórias do pau-brasil são, antes de qualquer outra análise, histórias de conexões e de diálogos.

³¹⁶Ibidem, CASTRO, 2002, p. 186.

REFERÊNCIAS
HISTÓRICAS, DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS



Os historiadores trabalham com fontes, nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas e métodos diferentes e técnicas variadas.

Carla Bassanezi Pinsky, *Apresentação – Fontes Históricas*, 2008.

I. FONTES DE PESQUISA

a) Regimento do pau-brasil e demais documentos do AHU

1604 (12 de julho, Valladolid)

Carta testemunhável (treslado) do rei de Portugal, D. Filipe II, aos contratadores do pau-brasil, aplicando sanções aos que o extraissem sem licença ou o tivessem em sua posse, não sendo contratador. **AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, D. 1.**

1612 (10 de julho, [Madrid])

Carta régia (cópia de capítulo) do rei [D. Filipe II] sobre a importância da Fazenda Real administrar o arrendamento e contrato do pau-brasil da capitania de Pernambuco. **AHU_CU_015, Cx. 1, D. 29.**

1619 (8 de junho, Rio de Janeiro)

Carta do governador e capitão-mor do Rio de Janeiro, Rui Vaz Pinto, ao rei [D. Filipe II] sobre os roubos à Fazenda Real, no pau-brasil, na fundição de metais do almofariz da cidade e artilharia das fortalezas, para construção do engenho do ex-governador Constantino de Menelau com interesses do ex-capitão de Cabo Frio, Estevão Gomes, e mais pessoas da capitania, de que se fez devassa pelo ex-ouvidor Gonçalo Homem de Almeida, e tirou residência a Constantino de Menelau o desembargador Antão de Mesquita; do dinheiro que gastou da Fazenda Real, e solicita se lhe tire residência e levante a homenagem. **AHU_CU_017, Cx. 1, D. 18.**

1625 (8 de agosto, Lisboa)

Carta do [ex-governador geral do Estado do Brasil] Gaspar de Sousa, ao rei [D. Filipe III], sobre ser impróprio ceder aos jesuítas a administração do corte, transporte e guarda do pau-brasil, sugerindo que esta responsabilidade seja transferida aos governadores e capitães das capitanias. **AHU_CU_015, Cx. 2, D. 111.**

1625 (23 de setembro, [Lisboa])

Carta de Sebastião Pestrelo sobre a conveniência de se empregarem os jesuítas na administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, antes de ser embarcado para o Reino. **AHU_CU_015, Cx. 2, D. 112.**

1662 (15 de julho, Lisboa)

Parecer do [conselheiro do Conselho Ultramarino] Feliciano Dourado, sobre uma devassa acerca do contrabando de pau-brasil feito pelos holandeses no porto de João Lostão, no Rio Grande do Norte. **AHU_CU_018, Cx. 1, D. 6.**

REGIMENTO sobre o pau-brasil. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272.

b) Relatos de cronistas e coevos

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil.** Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1997.

CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. – Porto Alegre: L&PM, 2014.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da Província do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1965.

GOES, Damião. de, 1566. **Chronica do felicissimo Rei Dom Emanuel, composta por bamiam de Goes, dividida em quatro partes, das quaes esta he ha primeira**. Em casa de Francisco Correa, impressor do serenissimo Cardeal Infante, Lisboa.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução e notas Sérgio Milliet. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MARCGRAF, George; LAET, Johannes de. **História Natural do Brasil... na qual se descrevem, não só as plantas e os animais, mas também as doenças, engenhos e costumes dos indígenas, e ilustrados com mais de quinhentas figuras**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942 [1648].

PAYVA, Sebastião Affonseca e. **Relação da feliz chegada da sereníssima senhora d. Maria Sofia Isabel, rainha de Portugal à cidade de Lisboa, em 11 de agosto de 1687 e descrição da ponte da Casa da Índia**. Lisboa: Officina Domingos Carneyro, 1687.

PISO, Willem. **História Natural do Brasil ilustrada... na qual se descrevem, não só as plantas e os animais, mas também as doenças, engenhos e costumes dos indígenas, e ilustrados com mais de quinhentas figuras**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1948 [1648].

_____. **História natural e médica da Índia Ocidental: em cinco livros**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957 [1658].

SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícias do Brasil, descrição verdadeira da costa daquele estado que pertence à coroa do reino de Portugal, sítio da Bahia de Todos Santos** [publicado em 1587].

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil**. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

THEVET, A. **As singularidades da França Antártica (1557)**. Belo horizonte, Itatiaia. 1978.

SPIX, J.B. von e MARTIUS, C.F.P. von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. (3 vols).

VASCONCELOS, S. **Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil (1668)**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2001.

c) Cartas cartográficas e outras fontes de referência

Lopo Homem, **Carta do Brasil** (1519).

MAPA: **imagens da formação territorial Brasileira**. Pesquisa e texto: ADONIAS, I.; fotografias: FURRER, B. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. 398p.

Giovanni Battista Ramusio, **Delle Navigationi et Viaggi** (1556).

Johannes van Keulen, **Tusschen Bahia Baxa (Punto de Lucena)** (1683).

II. OBRAS DE REFERÊNCIAS

a) História Geral do Brasil, dicionários, memórias e similares

Memórias da comissão portuguesa do centenário do descobrimento da América, Lisboa, 1892.

FERRAZ, Pereira L. A. **Terra da Ibirapitanga**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira HGCB**. Tomo I, vol. 1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1985.

_____. **Raízes do Brasil**. Coleção Intérpretes do Brasil, v. 3. Coord.: Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GUIMARÃES, Argeu. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro de diplomacia, política externa e direito constitucional**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Coleção Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

NORMANO, J. F. **Evolução econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

REIS, José Carlos Reis. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**, Volume 1, FGV Editora, 2007.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1970.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. (Coleção Brasiliana, v. 10)

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. São Paulo, 1978

WWF Brasil. **500 anos de destruição ambiental no Brasil: um balanço do meio ambiente**. Brasília, 2000.

b) História do pau-brasil

AMANO, Erika. **Pau-brasil, madeira e casca: formação, desenvolvimento e estrutura**. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Departamento de Botânica, 2007.

ARAGÃO, Éverton Alves. **Muito antes do Brasil, o pau-brasil: Circulação de plantas na América Portuguesa na primeira metade do século XVI**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2019.

BUENO, Eduardo... [et al.]. **Pau-brasil**. – São Paulo: Axis Mundi, 2002.

LIMA, Josemara Salles. **Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos de conservação - séculos XIX e XX**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

MARANHÃO, Ricardo. **Pau-brasil a cor e o som** / Ricardo Maranhão, Simone Mateos; ilustrado por Vallandro Keating. – São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

NEIVA, Athur. **“O Pau-Brasil (Caesalpinia echinata Lamarck, 1789) em botânica. Notas e comentários”**. In SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. Brasília: Conselho da Justiça Federal/Centro de Estudos Judiciários, 1999. (Edição Fac-similar do volume 162, da Coleção Brasileira, de 1939)

SANTOS, Uíá Freire Dias dos. **Negociação e Conflito na Administração do Pau Brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605 – 1650)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUSA, Bernardino José de. **O pau-brasil na história nacional**. – 2. ed. – São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, 1978.

III. BIBLIOGRAFIA

a) História do Brasil Colonial e do Império Ultramarino Português

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800** / J. Capistrano de Abreu. - Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALBUQUERQUE, Luís. **Os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa, 1983, pp. 149-174; PERES, Damião. *História dos Descobrimentos*. Porto, 1983.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Contatos interétnicos entre povos indígenas e colonizadores no sertão da Capitania Real da Paraíba, entre os séculos XVI e XVIII*. In: REGO, André de Oliveira; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Novas Histórias dos povos**

indígenas no Brasil: territorialidades da escrita interdisciplinar indígena e não-indígena. Salvador: SAGGA, 2018.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa.** In: KURY, Lorelai. Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX / Lorelai Kury...[et al.]; Organização Lorelai Kury; tradução Chris Hieatt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal econômico: esboço de história.** Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929.

BELLUZZO, A. M. M. **O Brasil dos viajantes: imaginários do Novo Mundo** (volume 1). São Paulo: Fundação Emílio Odebrecht/Metalivros, 1994.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. **Gestão Florestal no Brasil Colônia.** Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2002, p. 58.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. **Portugaliae monumenta cartographica (v. IV).** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro prático de cartografia - Da América portuguesa ao Brasil Império.** Editora: UFMG, 2007.

C. R., Boxer. **The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825.** Londres, 1969.

CROWLEY, Roger. **Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro império global.** Editora Critica, 1ª ed. 2016.

DIAS, Maria Helena; BOTELHO, Henrique Ferreira (coord.). **Quatro séculos de imagens da Cartografia portuguesa: Quatro séculos de imagens da Cartografia Portuguesa** (2ª ed.). Lisboa: Comissão Nacional de Geografia [etc.], 1999. ISBN 972-765-787-7.

FRAGOSO, Joao Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO...[et. al.], organizadores. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** – Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Tropical empiricism: making medical knowledge in colonial Brazil.** In: DELBOURGO, James; DEW, Nicholas (Orgs.). Science and Empire in the Atlantic world. Nova York; Abingdon: Routledge, 2008.

LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624 – 1652)**. São Paulo: Alameda, 2013.

HEMMING, John. **Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians**. Londres, 1978.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. **Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras holandesas na Bahia, 1624 – 1654**. Tese de doutorado. Salvador, PPGH-UFBA, 2010.

MANSO, M. de D.B. **A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais**. Macau: Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009. 274 p. Resenha de: AMANTINO, Marcia. A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais. *História Unisinos* 15(3):466-467, Setembro/Dezembro 2011.

MARQUES, A. P. **A cartografia do Brasil no século XVI**. *Revista da Universidade de Coimbra*, v.34, p.447-462, 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

PERES, Damião. **Regimento das Cazas das Indias e Mina**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947, várias páginas; MAURO, Frédéric. Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670), vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 189; MORAIS, Tancredo de. A Casa da Índia. *Periódico do Club Militar Naval*, nº 64, Lisboa, nov./dez. [193-], p. 1458-1459.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância** / Ronald Raminelli. – São Paulo: Alameda, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 – 1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Priscilla de Souza Mariano e. **A justiça no período Josefino: atividade judiciária e irregularidades dos ouvidores na comarca de Pernambuco entre 1750 e 1777**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

THEVET, André. **A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei**. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

_____. **La Cosmographie universelle d'André Thevet cosmographe du Roi, illustrée de diverses figures des choses les plus remarquables vues par l'auteur et inconnues de nos Anciens et Modernes**. In : *Les Français en Amérique pendant la seconde moitié du XVI^e siècle*. Paris : Presses universitaires françaises, 1953.

THOMAZ, L. F. F. R. **As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente**. Macau, 1993.

VITERBO, Sousa. **Trabalhos Náuticos dos Portugueses, Séculos XVI e XVII**. Lisboa: INCM, 1988.

a) Leituras de história ambiental, ecológica e verde

AGUIAR, J. O.; RODRIGUES, A. F.; SILVA, W. C. L. **Literaturas de viagem: fauna, flora e etnografia brasileira**. 1. ed. São Paulo/SP: Humanitas, 2013. v. 1. 128p.

ALMDEIDA, D., S. **Recuperação ambiental da Mata Atlântica**. Ilhéus: Editus, 2000.

ARAGÃO, Éverton Alves. **Nordeste: escrevendo uma História Ambiental**. *Epígrafe*, 8(8), 2020, 86-109.

BEINART, William; MIDLETON, Karen. **Transferência de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão**, 2009.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.

CARVALHO, Ely Berço. **Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A ferro e fogo**. v. 12 n. 13, 2005.

CASTRO, M. I. M. **Reflexões sobre a história ambiental**. *Universitas-FACE / História*, Brasília, v. 01, p. 25-43, 2003.

COSTA, Raíssa Barbosa da. **As cores da Mata Branca: Os sertões das caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793-1815)**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2013.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. Trad. José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DE ASÚA, Miguel; FRENCH, Roger. **A New World of animals: early modern europeans on the creatures of Iberian America**. Aldershot: Ashgate, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 177-197.

_____. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. 1997.

_____. **Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático**. 2002.

_____. **Anotações de um integrante de bancas examinadoras**. In *Ambiente e Sociedade*, vol. V, nº 2, ago.-dez., 2002 e nº 1, jan.-jul., 2003.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 7ª edição – São Paulo: Global, 2004.

FURLAN, S. A. & NUCCI, J. C. **A conservação das florestas tropicais**. São Paulo: Atual, 1999.

KURY, Lorelai. **Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX** / Lorelai Kury...[et al.]; Organização Lorelai Kury; tradução Chris Hieatt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

LANDIM DE SOUZA, M. F. & SIQUEIRA, E. R. **Caracterização florística e ecológica da Mata Atlântica de Sergipe**. In: SIQUEIRA, E. R. & RIBEIRO, F. E. *Mata Atlântica de Sergipe*. Aracaju: Embrapa, 2001, p. 9-50.

LEITÃO FILHO, H. (org.). **Ecologia da mata atlântica em Cubatão**. Campinas: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

LEWIS, G. P. **A revision of the Poicianella – Erythrostemon Group**. Kew, Royal Botanic Garden, 1998.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **Comentários ao Código Florestal. Doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001. 296p.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil: Desafios para uma história ambiental**. No. 22. Abril 2005. Universidade Central – Colombia. p. 26-35.

_____. **História ambiental: um olhar prospectivo**. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011. p. 23-35.

MILLER, Shawn William. **Fruitless Trees. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford, California: Stanford University Press, 2000.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **As bases teóricas da história ambiental**. Estud. av. vol.24 no.68 São Paulo, 2010.

PALACIO, German A. **“En búsqueda de conceptos para una historiografía ambiental”**. In PALACIO, German A. (org.) *Naturaleza en disputa: Ensayos de historia ambiental de Colombia 1850-1995*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RANTA, P et al. **The fragmented Atlantic rain forest of Brazil: size, shape and distribuion of forest fragmentes.** Biodiversity Conservation, v.7, p. 385-403, 1998.

SALGADO-LABORIAU, M. L. **História ecológica da Terra.** São Paulo: Edgard Blücher, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2009. 384 p. 4ª Ed.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCUDELLER, V. V. **Análise fitogeográfica da Mata Atlântica – Brasil.** Tese (Doutorado em Biologia) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História das Paisagens.** In: Ciro Flamiron Cardoso, Ronaldo Vainfas. (Org.) Domínios da História. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SINGER, Peter. **Libertação Animal.** Porto Alegre: Editora Lugano, 2004.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800.** Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. **Senhores & Caçadores: a origem da lei negra.** Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOREAU, Henry David. **Walden.** Tradução Denise Bottman. – Porto Alegre , RS; L&PM, 2018.

WILSON, Edward Osborne. **Diversidade da vida.** – São Paulo: Companhia das letras, 1994.

WINIWARTER, Verena. **Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos.** Abordagens Geográficas – volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 1-21.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

a) Bibliografia geral

BECKERT, Sven. **Empire of cotton. A global history.** Nova York: Alfred A. Knopf, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II.** 2ª edição. Lisboa: publicações dom quixote, 1995.

_____. **História e Ciências sociais.** Revista de História, Nº62, Vol. XXX. Ano XVI, 1965.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONASSA, E. M. A. et al. **Conceitos gerais em quimioterapia antineoplásica.** In: BONASSA, E. M. A.; GATO, M. I. R. Terapêutica oncológica para enfermeiros e farmacêuticos. 4. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012. p. 1-16.

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929-1989.** São Paulo, Unesp, 1991.

CARNEIRO, Henrique. **O saber indígena e os naturalistas europeus.** Revista Trajetos, v. 7, n. 3, 2009, p. 47-66.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa.** Trad. Sant'Anna Martins. - 1. ed. - São Paulo: Gaia, 2010.

GIDDENS, A. **Risco, confiança e reflexividade.** In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização Reflexiva. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. Histoire globale, histoires connectées: un changement d'échelle historiographique? [**Global History, connected histories: a shift of historiographical scale?**]. Revue d'histoire moderne et contemporaine - Traduzido do francês por Cadenza Academic Translations, 2007.

FEBVRE, L. **Combates pela história.** 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VAZ, Valéria. **Geração Alpha História: ensino fundamental: anos finais.** Editora responsável Valéria Vaz. - 2. ed. - São Paulo: Edições SM, 2018.

GUIMARAES, M. L. L. S. "Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional". In Revista Estudos Históricos, n. 1, p. 5-27. Rio de Janeiro, 1988.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização.** Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories.** Topoi, Rio de Janeiro, n. 2, p. 175-195, 2001.

HARTOG, François. **Experiências do tempo: da história universal à história global.** história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

HOWARD, Catherine V. **A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai.** In: ALBERT Bruce; RAMOS, Alcida Rita. (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-americano.* – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória.** Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LEITE, Mazé. **Pequena história da cor vermelha.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.ph?id_coluna_texto=5683>. Acesso em 11 de agosto, 2022.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Mantailou, povoado occitânico, 1294-1324.** Trad. Maria Lucia Machado. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Historia del clima desde el año mil.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1990.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte e cartas a Kugelmann.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MELOSSI, D.; PAVARINI, M. **Cárcel y fábrica: los Orígenes del sistema penitenciário (siglos XVI-XIX).** Cidade do México: Siglo XXI, 1985.

MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil.** EdUSP, 2004.

MOORE, J. **Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history.** *Organization and Environment*, v.16, n.4, p.431-58, Dec. 2003.

MUNN, N. D. **Gawan Kula: spatiotemporal control and the symbolism of influence.** In: LEACH, J. (Org.) *The Kula: New Perspectives on the Massim.* Cambridge: Cambridge Press, 1983.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto 2005.

POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna.** Lisboa: Edições 70, 2013.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação.** Trad. Jézio Gutierre: Bauru, EDUSC, 1999.

REIS, José Carlos Reis. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC,** Volume 1, FGV Editora, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **“As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos”**. Companhia das letras, 2ª edição, 1998.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia**. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.